

**O populismo de direita e a liberdade:
Um Estudo de Caso sobre o Brasil (2010 a 2018)**

Eduardo Alfradique de Oliveira

**Dissertação de Mestrado
em Ciência Política e
Relações Internacionais**

Setembro, 2022

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Ciência Política, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Carmen Fonseca.

*“Nascido cidadão de um Estado livre, e membro de seu corpo soberano,
por menor influência que minha voz possa ter nos negócios públicos,
o direito que tenho de votar basta para me impor
o dever de me instruir a seu respeito.”*

Jean-Jacques Rousseau, in O contrato social

*“Quanto do aprender a resistir
não será aprender a perguntar-se?”*

Julián Fuks, in A resistência

*“Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei
Transformai as velhas formas do viver”*

Gilberto Gil, in Tempo rei

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais Marcia e Lincoln, responsáveis pela minha formação e pelos meus valores fundacionais, que me permitiram correr atrás do meu sonho e da minha qualificação intelectual em um país distante do meu durante um período de tamanha preocupação como foi o da pandemia.

Agradeço, em segundo lugar, a toda a minha família – aos meus pais, aos meus irmãos queridos Fabiana e João Pedro, aos meus sobrinhos amados João e Felipe e ao meu cunhado Fábio, que fazem com que o lar seja um lugar de amor, de momentos felizes e de convivência respeitosa.

Agradeço a todos os meus amigos que compartilharam comigo, durante os últimos oito anos, os anseios, as preocupações e os sonhos pertinentes à cidadania brasileira. Todas as reflexões que tivemos conjuntamente estão de alguma forma inseridas nas páginas deste trabalho, sendo de fundamental importância para o amadurecimento das minhas ideias.

Agradeço a minha orientadora, Professora Doutora Carmen Fonseca, bem como todo o corpo docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pela contribuição durante o meu percurso acadêmico no ciclo do Mestrado e pelos ensinamentos ao longo dos anos de 2020 a 2022.

Agradeço, por fim, a todos aqueles indivíduos que contribuíram de alguma maneira para o aprofundamento da democracia no Brasil ao longo das últimas décadas. A utopia de vivermos em uma sociedade digna e que respeite a liberdade alheia resiste enquanto potencialidade em nosso país.

**O populismo de direita e a liberdade:
um Estudo de Caso sobre o Brasil, de 2010 a 2018**

Eduardo Alfradique de Oliveira

RESUMO: esta dissertação tem como objeto de estudo o populismo de direita, em uma articulação com o neoconservadorismo e o neoliberalismo, a partir da seguinte questão de investigação: de que maneira determinados atores políticos brasileiros de direita utilizaram o discurso populista sobre a temática da liberdade, entre os anos de 2010 e 2018, para atingir os seus objetivos institucionais de alteração da dinâmica política e social? Os dois primeiros capítulos, desta forma, se revestem da interpretação teórica que guiará este estudo, com o Capítulo 1 sendo pertinente às ideologias (populismo, neoconservadorismo e neoliberalismo) e com o Capítulo 2 sendo pertinente ao discurso sobre a liberdade segundo a Ciência Política. Os Capítulos 3 e 4 são concernentes ao Estudo de Caso do Brasil (2010 a 2018), a partir da metodologia da Análise Crítica do Discurso de parlamentares opositores ao governo federal no corte temporal estudado, que teriam destaque no futuro governo de Jair Messias Bolsonaro. O Estudo de Caso teve como intuito testar duas hipóteses: i. H0: o populismo de direita do Brasil corrompeu o discurso sobre a liberdade, a partir da presença de elementos da ideologia neoliberal e da neoconservadora; ii. H1: o discurso populista de direita se fortaleceu no Brasil na presença da crise econômica. A conclusão desta investigação afirma que a nova institucionalidade que comandaria o país a partir de 2019 seria aquela que advogava pela liberdade, mas não para todos; pela família, desde que fosse a tradicional; e, por fim, pela democracia, desde que fosse apenas aquela validada pelo seu ‘povo’ – povo este de Deus.

Palavras-Chave: populismo; neoconservadorismo; neoliberalismo; análise crítica do discurso

ABSTRACT: in this dissertation, we study right-wing populism, in conjunction with neoconservatism and neoliberalism. For this, we formulated this research question: how did certain right-wing Brazilian actors use the populist discourse on freedom, between 2010 and 2018, to achieve their institutional goals of changing political and social dynamics? Chapter 1 develops the theoretical framework on ideologies (populism, neoconservatism and neoliberalism). Chapter 2 explores the conceptual framework for

freedom to Political Science. Chapters 3 and 4 are a Case Study on Brazil (2010 to 2018), based on the Critical Discourse Analysis methodology. This Case Study aimed to test two hypotheses: i. H0: right-wing populism in Brazil has corrupted freedom's discourse, based on elements of neoliberal and neoconservative ideology; ii. H1: Brazilian right-wing populism has strengthened in the face of the economic crisis. We conclude that the new institutionality that has been running the country is the one that defended freedom, but not for everyone; the family, as long as it's the traditional one; and, finally, democracy, as long as it's only one validated by its 'people' – the people of God.

Keywords: populism; neoconservatism; neoliberalism; critical discourse analysis

Lista de Abreviaturas

ACD – Análise Crítica do Discurso;

Bancada BBB – Bancada da Bala, da Bíblia e do Boi;

DEM – (Partido) Democratas;

ONU – Organização das Nações Unidas;

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro;

PP – Partido Progressista;

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro;

PSC – Partido Social Cristão;

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira;

PSL – Partido Social Liberal;

PT – Partido dos Trabalhadores;

V-DEM - Varieties of Democracy.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1. Sobre o Populismo e suas Ideologias Complementares	6
1.1 Conceituação Inicial e Principais Correntes Teóricas do Populismo	7
1.2 Teoria Ideacional do Populismo e Teoria do Populismo como Estilo Discursivo .	9
1.2.1 Teoria Ideacional do Populismo.....	9
1.2.2 Teoria do Populismo como Estilo Discursivo.....	13
1.2.3 O Populismo e a Adequação da Escolha Metodológica da Ciência Política à Investigação	14
1.3 Ideologias Complementares ao Populismo.....	15
1.3.1 O Neoliberalismo enquanto Racionalidade Política.....	16
1.3.2 O Neoconservadorismo Social enquanto Moralidade Política.....	19
1.3.3 A Articulação Neoliberalismo - Neoconservadorismo Social	21
1.4 A Adequação da Base Teórica ao Estudo de Caso	23
1.5 Conclusões	24
Capítulo 2. Sobre a Distorção da Liberdade	26
2.1 Conceituações sobre a Liberdade	27
2.1.1 A Liberdade Negativa e a Liberdade Positiva.....	27
2.1.2 A Liberdade para o Liberalismo Clássico (Stuart Mill).....	30
2.1.3 A Liberdade para o Neoliberalismo (Hayek)	31
2.2 Críticas à defesa da Liberdade (Negativa).....	33
2.2.1 A Liberdade Negativa como Indutora de Coerção.....	33
2.2.2 A Liberdade Neoliberal como Ameaça Democrática	35
2.3 A campanha de Pat Buchanan à Presidência dos EUA.....	37
2.3.1 O Discurso de Pat Buchanan na Convenção Republicana	38
2.4 Conclusão.....	41
Capítulo 3. Brasil, de 2010 a 2014 – a fermentação discursiva da liberdade às avessas	42
3.1 Brasil, o futuro ‘chegou’: 2003 a 2009	43
3.1.1 Brasil, 2003 a 2009: Indicadores Econômicos e Sociais.....	44
3.1.2 Brasil, 2003 a 2009: Indicadores Políticos.....	46
3.2 O Estudo de Caso.....	48
3.2.1 A Metodologia: A Análise Crítica do Discurso	48
3.2.2 Desenho de Pesquisa e Método de Amostra	50
3.2.3 Análise Crítica do Discurso de Jair Bolsonaro, de 2010 a 2014.....	51
3.2.4 Análise Crítica do Discurso de Marco Feliciano, de 2011 a 2014.....	56
3.2.5 Análise Crítica do Discurso de Onyx Lorenzoni, de 2010 a 2014.....	59
3.3 Conclusão.....	62
Capítulo 4. Brasil, de 2015 a 2018 – a consolidação discursiva da liberdade às avessas	64
4.1 Estudo de Caso: 2015 a 2018.....	66
4.1.1 Análise Crítica do Discurso de Jair Bolsonaro, de 2015 a 2018.....	66
4.1.2 Análise Crítica do Discurso de Marco Feliciano, de 2015 a 2018.....	69
4.1.3 Análise Crítica do Discurso de Onyx Lorenzoni, de 2015 a 2018.....	74
4.1.4 Análise Crítica do Discurso de Jair Bolsonaro, no dia da eleição de 2018....	78

4.2 Brasil, momento de inversão: 2015 a 2018.....	80
4.2.1 Brasil, 2015 a 2018: Indicadores Econômicos e Sociais.....	81
4.2.2 Brasil, 2015 a 2018: Indicadores Políticos.....	83
4.2.3 Brasil, 2015 a 2018: A inversão dos indicadores	85
4.3 Conclusão.....	86
Conclusão	87
Bibliografia.....	91
Anexo	98

Lista de Figuras

Figura 1. Produto Interno Bruto [PIB] (Variação Real A/A, em %), de 2002 a 2009 ...	44
Figura 2. PIB Per Capita (em US\$ Correntes, ao ano), de 2002 a 2009	44
Figura 3. Taxa de Desemprego Mensal, nas Regiões Metropolitanas (em %, ao mês), de 2003 a 2009	45
Figura 4. Índice de Gini (em pontos, ao ano), de 2002 a 2009.....	45
Figura 5. Liberal Democracy Index (em pontos, ao ano), de 2002 a 2009	46
Figura 6. Polarização da Sociedade (em pontos, ao ano), de 2002 a 2009	46
Figura 7. Igualdade Perante a Lei e Índice de Liberdade Individual, de 2002 a 2009 ...	47
Figura 8. Índice de Liberdade de Expressão (em pontos, ao ano), de 2002 a 2009	47
Figura 9. Votos Recebidos nas Eleições para Deputado Federal	65
Figura 10. Produto Interno Bruto [PIB] (Variação Real A/A, em %), de 2002 a 2018 .	81
Figura 11. PIB Per Capita (em US\$ Correntes, ao ano), de 2002 a 2018	81
Figura 12. Taxa de Desemprego Mensal, de 2003 a 2018	82
Figura 13. Índice de Gini (em pontos, ao ano), de 2002 a 2018.....	83
Figura 14. Liberal Democracy Index (em pontos, ao ano), de 2002 a 2018	83
Figura 15. Polarização da Sociedade (em pontos, ao ano), de 2002 a 2018	84
Figura 16. Igualdade Perante a Lei e Índice de Liberdade Individual, de 2002 a 2018 .	84
Figura 17. Índice de Liberdade de Expressão (em pontos, ao ano), de 2002 a 2018	85

Lista de Quadros

Quadro 1. Análise Crítica de Discurso dos Parlamentares, de 2010 a 2014 (por dimensão de análise).....	62
Quadro 2. Análise Crítica de Discurso dos Parlamentares, de 2015 a 2018 (por dimensão de análise).....	86

Introdução

O primeiro semestre de 2020 ficará marcado nos registros históricos como aquele em que a humanidade foi ameaçada por uma partícula microscópica. A pandemia do coronavírus (Covid-19), uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, paralisou o mundo; e, como consequência, a vida se tornou o bem mais precioso a ser preservado pelos diversos Estados nacionais.

A preocupação máxima de todos os governantes deveria ser, desta forma, impedir a transmissão do vírus mediante os processos de isolamento social e de *lockdown*, com o intuito de evitar as trágicas mortes decorrentes de uma doença altamente contagiosa. O protocolo preventivo, entretanto, não se consumou na prática; alguns países adotaram a política de negar as evidências científicas em prol de uma agenda de ‘normalidade’.

Entre esses países, destacou-se o Brasil, sob a presidência de Jair Messias Bolsonaro. O mandatário máximo da Nação negou desde o início a pandemia (Coletta, 2020), obstaculizando¹ um processo de coordenação federal em um país com dimensões continentais, no qual a saúde pública é garantida pela Constituição Federal.

Na primeira semana de maio de 2020, logo no início da pandemia, o presidente proferiu uma frase surpreendente à altura dos acontecimentos (Mendonça, 2020): “Nós temos um bem muito maior até a própria vida, se me permite falar isso, é a nossa própria liberdade”. Essa frase poderia ser apenas um tropeço discursivo, causado pelo momento de imensa turbulência social.

Porém, ele repetiu o argumento algumas semanas depois, ao pontuar acreditar que “mais importante que a vida, é a liberdade” (Caramuru, 2020). Não era mais um equívoco; enquanto os indivíduos perdiam as suas vidas às centenas e aos milhares para a doença, o ator político mais importante do país colocava a liberdade como o conceito definidor de sua ação política.

¹ As ações e as omissões do governo federal brasileiro durante a pandemia de Covid-19 foram documentadas no Relatório da ‘Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia’ do Senado Federal do Brasil, apreciado em 26/10/2021, que concluiu que, dentre outras coisas, “o governo federal, em particular o presidente Jair Messias Bolsonaro, com o uso da máquina pública, de maneira frequente e reiterada, estimulou a população brasileira a seguir normalmente com sua rotina, sem alertar para as cautelas necessárias” (Senado Federal, 2021, p. 1273). O Relatório foi encaminhado ao Tribunal Penal Internacional, tendo em vista a caracterização de crimes contra a humanidade apurados no decorrer da Comissão.

Para compreender a dinâmica institucional da política brasileira recente que colocou a liberdade acima de qualquer outro objetivo de *policy* governamental, é fundamental analisar o processo que culminou, em 2018, com a eleição de Bolsonaro à Presidência da República.

A investigação desenvolvida nesta dissertação tem como ponto de partida a seguinte questão de investigação: de que maneira determinados atores políticos brasileiros de direita utilizaram o discurso populista sobre a temática da liberdade, entre os anos de 2010 e 2018, para atingir os seus objetivos institucionais de alteração da dinâmica política e social? O objeto geral de estudo, desta forma, se desenvolverá a partir desta pergunta.

Os objetivos específicos da investigação são assim elencados:

a. identificar e analisar os discursos dos atores políticos da direita populista no Brasil, de 2010 a 2018, relativos à liberdade e à alteração das dinâmicas política e social, bem como traçar paralelos em relação à experiência norte-americana;

b. identificar as dimensões particulares de liberdade, explicitadas no discurso dos atores políticos populistas de direita (no Brasil, de 2010 a 2018);

c. estabelecer a relação entre o conteúdo do discurso populista de direita, situado no Brasil (de 2010 a 2018), e as bases fundacionais do espectro político ideológico de direita em anos recentes;

d. descrever quais são os grupos sociais nacionais a que o discurso populista de direita brasileiro se referiu, de 2010 a 2018, como destinatário de suas mensagens;

e. apontar quais foram as dinâmicas socioeconômicas ocorridas no Brasil, a partir de 2003, que concorreram para o fortalecimento do discurso populista de direita.

A investigação terá como objeto de estudo o populismo de direita, mediante a análise de discurso dos congressistas relevantes sobre a temática da liberdade. O enquadramento do tema se insere no ramo da construção de instituições políticas - institucionalismo - mediante a legitimação popular das ideias expressas por esses atores.

A abordagem conceitual do populismo é o ponto de partida deste trabalho, a ser explorada no Capítulo 1. Em complementação a esta baliza teórica, faz-se presente delimitar a orientação ideológica do projeto vitorioso nas eleições brasileiras presidenciais de 2018, que se baseou no neoconservadorismo e no neoliberalismo.

O objetivo do Capítulo 2 desta dissertação será compreender conceitualmente o que é a liberdade para a Ciência Política e para as ideologias acima mencionadas, visando delimitar o estado da arte necessário para o aprofundamento da investigação. É importante

dar concretude ao termo liberdade para traçar paralelos com o que será descrito nos capítulos seguintes.

O Estudo de Caso, delineado nos Capítulos 3 e 4, será a Análise Crítica do Discurso sobre a liberdade de parlamentares que estavam na oposição ao governo federal no Congresso Nacional em anos recentes, que buscavam promover uma alteração institucional no país até então governado pela centro-esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT).

A investigação se pautará pela metodologia da Análise Crítica do Discurso, conforme formulado por Fairclough e por van Dijk, que se combina com a linha teórica do Institucionalismo Discursivo, presente na Ciência Política, visando compreender como as ideias podem ensejar interações com os eventos políticos e com os econômicos na alteração da ordem institucional de determinada sociedade.

O discurso a ser examinado será o pronunciamento realizado pelos parlamentares nas Sessões Ordinárias do Congresso Nacional, quando eles têm facultada a palavra para expressar o seu ideário político. É o momento por excelência da arte do ofício parlamentar, em que o representante popular busca responder aos anseios de seu *constituents*.

O Estudo de Caso utilizou as fontes primárias consultadas no sítio da Câmara Federal do Brasil, na seção dos ‘Discursos e Notas Taquigráficas dos Discursos Proferidos em Plenário’ emitidos pelos Parlamentares selecionados, a partir da busca de termos correlatos à palavra liberdade.

A amostra da pesquisa selecionou um discurso por ano de cada parlamentar sobre o tema, de forma a identificar as relações de equivalência e de diferença, conforme ensinadas por Fairclough, que foram construídas em torno do conceito de liberdade. A ideia da dissertação, desta forma, não será apenas localizar os traços populistas nos discursos dos atores; mas compreender de que forma o populismo, em conjunto com o neoconservadorismo e o neoliberalismo, construiu uma nova gramática sobre a liberdade.

O Estudo de Caso terá como intuito testar duas hipóteses: i. H₀: o populismo de direita do Brasil corrompeu o discurso sobre a liberdade, a partir da presença de elementos da ideologia neoliberal e da neoconservadora; ii. H₁: o discurso populista de direita se fortaleceu no Brasil na presença da crise econômica.

A premissa básica desta investigação é que há uma articulação ideológica entre o populismo de direita, o neoconservadorismo e o neoliberalismo a promover alteração

institucional no Brasil. E é essa articulação que será investigada no Estudo de Caso, a partir da distorção do discurso sobre a liberdade feita pelos parlamentares.

A delimitação temporal do estudo aqui utilizado se iniciará no ano de 2010 e terminará em 2018. No Capítulo 3, a investigação será até o ano de 2014, motivado pela reeleição presidencial de Dilma Rousseff; no Capítulo 4, a investigação será até o ano de 2018, motivado pela eleição presidencial de Jair Bolsonaro.

A escolha do ano de 2010 reside no facto de, nas últimas semanas de 2009, ter sido promulgado pelo governo brasileiro o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3². Entende-se que a PNDH-3 marcou temporalmente o uso político das ‘guerras culturais’ no Brasil, com as discussões políticas baseando-se de forma precípua a partir da temática da moralidade.

O Programa suscitou inúmeras polémicas em seu lançamento, concernentes a: i. a Comissão Nacional da Verdade - Direito à Memória do Período da Ditadura Brasileira³ (Quero, 2010); ii. o direito ao aborto e à utilização de símbolos religiosos em locais públicos (Passarinho, 2010); iii. a liberdade de imprensa (‘Seminário discute liberdade’, 2010); iv. o respeito à livre orientação sexual (Agência Câmara, 2010).

Isto ilumina a gramática utilizada pelos parlamentares opositores ao governo federal durante os anos em estudo, a possibilitar a articulação entre as ideologias do neoconservadorismo e do neoliberalismo em discurso populista. A baliza temporal, desta forma, faculta a conciliação do uso do conceito de ‘guerras culturais’ com a hipótese de inversão do conceito de liberdade, a ser explicitada no Estudo de Caso.

A análise culmina no ano de 2018, de forma mais específica no dia do segundo turno da eleição presidencial do país, que consagrou como o novo presidente da República. Isto porque se entende que a eleição marcou a consagração da guerra cultural como o eixo orientador de discurso dos atores políticos relevantes.

Após a compreensão da delimitação temporal, é importante descrever a escolha dos atores políticos para a Análise Crítica do Discurso. Foi selecionado um parlamentar da Bancada da Segurança Pública, Jair Bolsonaro (PP-RJ); um da Bancada Religiosa,

² O Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, com seis eixos orientadores: i. interação democrática entre Estado e sociedade civil; ii. desenvolvimento e direitos humanos; iii. universalizar direitos em um contexto de desigualdades; iv. segurança Pública, acesso à Justiça e combate à Violência; v. educação e cultura em direitos humanos; vi. direito à memória e à verdade (Decreto nº 7.037, 2009).

³ A Ditadura Militar Brasileira ocorreu entre os anos de 1964 e 1985, a partir da derrubada do governo legítimo de esquerda de João Goulart, em um contexto de Guerra Fria na América Latina após a Revolução Cubana de 1959 (Gaspari, 2002).

Marco Feliciano (PSC-SP); e outro da Bancada Ruralista, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), todos opositores ao governo federal.

A escolha dos parlamentares, desta forma, ocorreu em torno do conceito de Bancada Parlamentar⁴. A articulação da Bancada da Segurança Pública, Religiosa e Ruralista (denominada como Bancada BBB – Bala, Bíblia e Boi, respectivamente) é descrita como sendo de campo conservador na história política brasileira.

Os parlamentares selecionados tiveram papel fundamental no futuro mandato presidencial: Onyx Lorenzoni foi nomeado coordenador da equipe de transição para o governo do presidente eleito Bolsonaro (Venaglia, 2018); Marco Feliciano, por sua vez, foi nomeado vice-líder do governo no Congresso Nacional em 2019 (Câmara dos Deputados, n.d.).

As mudanças bruscas de comando institucional em um país levam sempre a questionamentos derivados de certa incompreensão e de perplexidade geral sobre como um mesmo corpus social pode optar, em um espaço curto de tempo, por projetos tão diversos de representação política.

Escavar a história para compreender os processos de dinâmica política é o que faz um projeto acadêmico ser valioso para a sociedade. Ao ser munida de metodologia e de capacidade analítica, considera-se que esta dissertação possa demonstrar que o início da compreensão da mudança institucional está nas ideias proferidas pelos representantes populares, que devem ser avalizadas pelo povo em eleições periódicas.

O poder não se transforma no vácuo ou nas sombras em uma democracia vibrante. Espera-se que esta investigação possa ser, ainda que minimamente, uma ferramenta para todos aqueles que buscam qualificar o processo democrático em suas sociedades. O discurso é a ação política por excelência das democracias contemporâneas.

A liberdade de expressão sempre haverá de ser a faculdade intelectual mais valorizada em uma sociedade aberta, com o intuito de que todos possam se expressar sem medo. Todos, e não apenas aqueles convidados para a ceia do poder. A multiplicidade de liberdades é o que guiará a democracia no século XXI; cabe ao povo lutar para que os projetos excludentes de democracia sejam apenas a poeira de um passado distante.

⁴ A Bancada Parlamentar pode ser compreendida conforme Congresso Nacional (n.d.): “Agrupamento organizado de parlamentares, que pode estar previsto regimentalmente ou baseado em pautas ou interesses.”

Capítulo 1. Sobre o Populismo e suas Ideologias Complementares

A década de 2010 é caracterizada pela ocorrência de uma profunda crise no sistema democrático global, que se expressa no desencanto pela busca do ideal democrático por parte dos cidadãos e por parte dos principais atores políticos (Mudde, 2020). Alguns acontecimentos reforçam esta impressão, como o Brexit e a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, ambos em 2016, assim como a eleição de demais líderes autoritários, como Viktor Orbán (Hungria) e Jair Bolsonaro (Brasil).

O cientista político Diamond (2015) caracterizou esta situação a partir do conceito de recessão democrática, que pode ser corroborada pelo estudo da organização Varieties of Democracy [V-Dem] (Lührmann et al., 2020), que demonstra que, pela primeira vez desde 2001, há mais autocracias do que democracias no mundo. Noventa e dois países se caracterizam desta forma, representando 54% da população global (Lührmann et al., 2020).

Um *report* adicional que confirma esta percepção é o da International IDEA (2021), que constata que, em 2020, há uma perda considerável na qualidade democrática dos países em estudo, ocorrendo deterioração democrática em 43% das democracias observadas. Desta forma, segundo International IDEA (2021, p. 15), “Since 2016, and for the fifth consecutive year, the number of countries moving towards authoritarianism is approximately three times as high as the number moving towards democracy”.

Além dos países estarem a se afastar do padrão democrático em seus respectivos sistemas de governo, o que assusta também no atual quadro político global é o nível de insatisfação dos cidadãos em relação a sua análise da democracia. Segundo Foa et al. (2020, p. 5), a insatisfação está no patamar mais alto da série histórica, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento.

Este quadro de *malaise* democrática é acompanhado pela ressurgência do fenômeno do populismo (Lisi & Teixeira, 2020, p. 9; Cassimiro, 2021, p. 1), um termo usado frequentemente nos meios de comunicação para designar o comportamento de certas lideranças políticas. O aumento do uso do conceito pela mídia também foi acompanhado de maior interesse acadêmico sobre o assunto (Rovira Kaltwasser et al., 2017, pp. 27-30).

Um fenômeno de tão marcado uso acadêmico e midiático como o populismo necessita, desta forma, de uma correta delimitação conceitual para que se apreenda o seu objeto de estudo. A inflação conceitual do termo populismo pode misturar diversas linhas

de análise e de interpretação, dificultando a melhor compreensão do fenômeno em estudo, conforme pontuado por Noury e Holanda (2020, p. 422, como citado em Cassimiro, 2021, p. 1) e Riedel (2017, p. 288), o que explicita a necessidade de os pesquisadores do tema declararem a sua opção teórica de abordagem.

Este primeiro capítulo tem, desta forma, o objetivo de delimitar o campo conceitual do fenômeno do populismo para o propósito da investigação que se desdobrará em seguida. Assim, será feita uma apresentação inicial de diversas linhas de investigação do populismo, para que, em diante, se consiga observar o que o autor deste estudo pretende afirmar quando coloca o populismo como objeto de análise.

Posteriormente, a partir da delimitação teórica do conceito de populismo, o capítulo se focará nas ideologias que complementam o fenômeno do populismo e que irão iluminar a melhor compreensão da investigação em curso sobre o estudo de caso brasileiro dos anos de 2010 a 2018 – a saber, as ideologias do neoliberalismo e do neoconservadorismo social. A opção por estas linhas ideológicas que acompanham o estudo do populismo se dá pelo estudo do caso ser sobre o populismo de direita.

Adicionalmente, como ficará mais bem explicitado nos capítulos 3 e 4, a escolha metodológica para a observação empírica desta pesquisa será a Análise Crítica do Discurso; assim, é necessário a compreensão dos principais temas das ideologias complementares ao populismo para que se delimite a observação do campo de estudo do discurso dos atores escolhidos.

Desta forma, é somente a partir de uma articulação entre o conceito teórico de populismo adotado pelo investigador, do neoliberalismo e do neoconservadorismo social que se poderá compreender melhor as bases teóricas que irão guiar a mudança institucional observada no Brasil nos anos de investigação.

No fim do capítulo 1, será feita uma breve conclusão à guisa de fixação dos conceitos teóricos para que o leitor possa melhor compreender o que o fenômeno populista, tão repetido em análises e temáticas hodiernas, pode iluminar sobre os rumos da política brasileira nos últimos anos.

1.1 Conceituação Inicial e Principais Correntes Teóricas do Populismo

O populismo enquanto conceito teórico começou a ser discutido em 1967, a partir de uma conferência realizada na *London School of Economics* (Lisi & Teixeira, 2020, p.

7). A curiosidade acadêmica sobre o conceito é recente, datando de pouco mais de cinquenta anos.

Usualmente, o populismo é interpretado como um fenômeno que toma de assalto e de forma súbita os rumos da política mundial. Em 1967, por exemplo, foi analisado como um 'espectro assombrando o mundo' (Lisi & Teixeira, 2020, p. 7); no início do século XXI, como algo que marca o espírito de uma determinada época – um certo *zeitgeist* político (Mudde, 2004, p. 542).

A primeira obra de maior fôlego a se dedicar ao estudo do populismo é a de Canovan (1981). No livro, clássico para os estudiosos do tema, a autora define certas tipologias de classificação do populismo: i. como movimento agrário (processos de modernização); ii. como fenômeno político (democracia populista, populismo reacionário e populismo dos políticos, ditaduras populistas), conforme identificado por Cassimiro (2021, p. 5).

O populismo agrário é um tipo de radicalismo rural, com uma base socioeconômica característica (camponeses ou agricultores), suscetível de surgir em circunstâncias socioeconômicas específicas (especialmente quando ocorre algum tipo de modernização), e que pode compartilhar um programa socioeconômico específico (Canovan, 1981, p. 8).

A democracia populista, segundo Canovan (1981, pp. 8-9), é o populismo como uma ideologia política prática, que intenta dar substância ao ideal democrático de "governo pelo povo" por meio de algum tipo de democracia direta (o uso de referendos ou de iniciativas populares, por exemplo). O populismo reacionário, por sua vez, seria a mobilização de um conservadorismo popular, ignorante e preconceituoso, em oposição às visões progressistas e 'iluministas' da elite liberal e educada.

O estudo da autora, entretanto, não é definido por características bem estabelecidas, "mas por certos tipos de reações despertadas contra determinados processos políticos: as elites políticas estabelecidas, os processos de industrialização, o declínio de valores tradicionais, entre outros" (Cassimiro, 2021, p. 6).

Assim, para o propósito desta investigação, o estudo inicial de populismo por Canovan (1981), ainda que seja um marco na literatura sobre o tema, é insuficiente na caracterização mais teórica do fenômeno. Parte-se, desta forma, para outros estudos e para outras linhas de interpretação, que abordem o conceito em sua forma mais genérica.

Três principais abordagens conceituais emergem recentemente, segundo Gidron e Bonikowski (2013, p. 5), da literatura de ciência política sobre o assunto: a definição do

populismo como uma ideologia, como um estilo discursivo e como uma forma de mobilização política. Hawkins e Rovira Kaltwasser (2019, pp. 3-6), por sua vez, destacam quatro proeminentes conceitualizações sobre o populismo: ideacional, estruturalista⁵, política-estratégica e econômica⁶.

A investigação irá se pautar pela delimitação ideacional do conceito de populismo – ou seja, do populismo como uma ideologia. O motivo dessa escolha teórica será mais bem compreendido ao final deste capítulo, quando todas as correntes teóricas se articularem para formar um *corpus* teórico de análise. É preciso, assim, a compreensão primeira do que é o populismo como uma ideologia.

1.2 Teoria Ideacional do Populismo e Teoria do Populismo como Estilo Discursivo

1.2.1 Teoria Ideacional do Populismo

O populismo como uma ideologia é defendido vigorosamente pelo teórico Cas Mudde (Gidron & Bonikowski, 2013, p. 6; Hawkins & Rovira Kaltwasser, 2019, p. 4; Lisi & Teixeira, 2020, p. 7; Cassimiro, 2021, pp. 8-10). Logo, segundo Mudde (2004):

I define populism as an ideology that considers society to be ultimately separated into two homogeneous and antagonistic groups, 'the pure people' versus 'the corrupt elite', and which argues that politics should be an expression of the *volonté générale* (general will) of the people. (p. 543)

A definição ideacional do populismo possui, desta forma, quatro conceitos principais: i. “o povo”; ii. “a elite”; iii. “a vontade geral”; iv. a ideologia. É a partir destes núcleos que a noção de populismo enquanto ideologia se constitui; é importante ressaltar a necessidade da presença destes quatro elementos para que se possa constatar empiricamente certo discurso como populista, conforme explicitado por Hawkins e Rovira Kaltwasser (2019, p. 3).

⁵ Hawkins e Rovira Kaltwasser (2019, p. 5) afirmam que a definição estruturalista do populismo foi utilizada para analisar a emergência de líderes como Perón (Argentina) e Vargas (Brasil); de acordo com esta abordagem, o populismo é resultado de um processo abrupto de modernização, que, ao gerar deslocamentos sociais, facilita a formação de “massas órfãs” que podem ser facilmente mobilizadas por líderes carismáticos. Essa definição, entretanto, não é útil para compreender as ondas futuras de populismo na região.

⁶ Rovira Kaltwasser et al. (2017, p. 31) excluem deliberadamente a interpretação econômica sobre o populismo, denominada muitas vezes de ‘populismo fiscal’; segundo os autores, essa abordagem utiliza o conceito para criticar *policies* econômicas adotadas usualmente por governo de esquerda, não analisando empiricamente o populismo de direita.

O povo é o conceito-chave do populismo, dado que “a elite” e “a vontade geral” retiram o seu significado a partir deste, sendo o seu oposto e a sua expressão, respectivamente (Mudde, 2017, p. 51). Entretanto, não se deve utilizar a definição tradicional de ‘o povo’; para Taggart (2004, como citado em Mudde, 2017, p. 52; e como citado em Mudde, 2004, pp. 545-546), é melhor referir-se ao termo “*the heartland*”, um local onde, na imaginação populista, uma população virtuosa e unificada reside.

Pode-se pensar na formulação clássica de Anderson (2013), em que os conceitos de nação e de povo são compreendidos não de forma unitária, mas imaginados a partir de determinadas características. Essas características só poderão ser bem compreendidas a partir de certas linhas ideológicas que ditam a imagética política de determinado momento histórico.

No populismo, a oposição entre "o povo" e "a elite" é baseada no conceito de moralidade. A essência do povo é a sua pureza, no sentido de que é "autêntica"; por sua vez, a elite é corrupta, pois não é autêntica. Pureza e autenticidade são definidas em termos morais; "o povo" é considerado, desta forma, uma categoria homogênea (Mudde, 2017, p. 49).

Uma primeira associação entre o populismo e a erosão da democracia pode ser melhor compreendida deste conceito do povo enquanto entidade homogênea; não por coincidência, um dos dois⁷ principais opositores teóricos do populismo é o pluralismo, entendido como a proliferação de diversos centros de poder (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2013, p. 152), que buscarão a política do compromisso e do consenso, não de uma determinada vontade geral expressa pelo “povo” imaginado.

O populismo é assim anti-pluralista, propriedade esta em que reside seu caráter profundamente antidemocrático. A retórica do “povo unido” oferece algum tipo de harmonia de interesses, a partir da idealização e da romantização da própria nação. Este discurso é acompanhado de estereótipos e da estigmatização dos “inimigos da nação” (minorias ou grupos internos), culpados pelos problemas regulares da vida cotidiana (Riedel, 2017, p. 294).

⁷ Na ciência política, o outro opositor do populismo é o elitismo; segundo Evans (2006), a interpretação elitista estabelece que a natureza de qualquer sociedade (seja ela consensual ou autoritária) é determinada pela natureza de sua elite. A teoria contemporânea do elitismo tende a preocupar-se com a natureza e o papel das elites privilegiadas em centros de decisão-execução (*decision-making centres*).

O populismo apresenta discursivamente uma visão de mundo maniqueísta, em que há somente amigos e inimigos. Os cidadãos que se opõem ao ideário populismo não são indivíduos com prioridades e com valores; são seres odiosos, que intentam destruir a nação. Consequentemente, a busca pelo compromisso entre ideias divergentes é impossibilitada, dado que 'corrompe' a pureza do povo (Mudde, 2004, p. 544).

A vontade geral, por sua vez, é baseada na vulgarização do termo rousseauiano⁸. A partir dos pressupostos de que o povo é puro e homogêneo e de que todas as divisões internas são rejeitadas como artificiais e irrelevantes, constata-se que todos os integrantes do povo possuem os mesmos interesses e as mesmas preferências, que se baseiam no senso comum, não em interesses particulares (Mudde, 2017, p. 53).

As soluções políticas da elite, opostas às do senso comum, são apresentadas pelos atores populistas como as representações de certos "interesses especiais", particulares. Como as divisões internas dentro do povo homogêneo são artificiais, quaisquer apelos para *policies* que beneficiem grupos específicos, ainda que para solucionar as desigualdades existentes, são denunciadas como sendo de interesse político particular (Mudde, 2017, p. 54).

Consequentemente, a elite é retratada como a voz dos interesses especiais, em oposição aos atores populistas, que são a genuína (e a única) voz do povo. Torna-se patente a articulação entre o populismo e a erosão democrática; a partir do momento em que se entende determinadas demandas como contrárias aos do 'povo', o campo político passa a ser o da arena em que o inimigo mortal ("a elite") precisa ser destruído.

Assim, a definição ideacional do populismo possui três partes principais: a) uma cosmologia moral e maniqueísta; b) a proclamação de "o povo" como uma comunidade homogênea e virtuosa; c) a representação de "a elite" como uma entidade corrupta e que se auto-serve. A peculiaridade do conjunto de ideias populistas reside precisamente na combinação desses elementos (Hawkins & Rovira Kaltwasser, 2019, p. 3).

O populismo é uma ideologia *thin-centred*; segundo Freedon (2003, como citado em Gidron & Bonikowski, 2013, p. 6), a 'ideologia' é aqui definida como um

⁸ Rousseau (2011) afirma que a vontade geral diz respeito ao interesse comum, não ao interesse privado; essa vontade, assim, não pode se pronunciar sobre um homem específico nem sobre um objeto em particular. Adicionalmente, Rousseau (2011, pp. 1148-1150) estabelece que "pela natureza do pacto, todo ato de soberania, isto é, todo ato autêntico da vontade geral, obriga ou favorece igualmente todos os cidadãos, de sorte que o soberano leve em conta somente o corpo da nação e não distinga nenhum dos que a compõem." Desta forma, pode-se compreender a vulgarização da vontade geral pelo populismo pela distinção que este faz entre os membros do corpo da nação, na oposição 'o povo' vs. 'a elite'.

agrupamento de ideais frouxamente inter-relacionadas, que não possuem a capacidade de explicar particularidades sociais mais complexas, necessitando de posterior complementação.

Na teoria ideacional do populismo, é presumido que, se as ideias são o cerne do populismo, elas têm algum poder causal independente com efeitos mensuráveis. Esses efeitos devem ser visíveis em diferentes níveis de análise, sendo capazes de operar em diversos períodos e de países e de interagir sensatamente com outras ideias políticas, como ideologias políticas tradicionais (Hawkins & Rovira Kaltwasser, 2019, p. 6).

A abordagem ideacional é particularmente adequada para construir tipologias do populismo. A mais usada na literatura, puramente de natureza ideológica, distingue entre o populismo de direita e o de esquerda. O populismo de direita constitui principalmente combinações de populismo com o neoliberalismo e/ou com o nacionalismo (Mudde, 2017, p. 58), conforme será visto mais adiante neste capítulo.

Uma das questões mais relevantes no debate acadêmico sobre a relação entre o populismo e a democracia encontra-se na capacidade inclusiva ou excludente do populismo. Em resumo, o populismo contemporâneo na América Latina, de esquerda, favorece a representação política de grupos que foram historicamente discriminados e cujas vozes não foram levadas em conta pelo establishment ao longo da construção do processo político (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2013, p. 162).

O populismo europeu, tradicionalmente de direita, costuma ser caracterizado como excludente, ao se focar na exclusão de grupos não nativos. Assim, ainda que esses atores afirmem ser a “voz dos que não tem voz”, é sempre a expressão do povo delimitado etnicamente, que exclui as pessoas e os valores “estrangeiros” (como valores religiosos, por exemplo). Esses partidos populistas europeus devotam muita atenção a definir os critérios para estabelecer quais são os “grupos de fora”, a partir da distinção *outgroups vs ingroups* (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2013, p. 166).

O populismo contemporâneo latino-americano de esquerda tende, assim, a ser incluyente; o europeu de direita, excludente. Ambos, entretanto, podem surgir em um processo de deterioração democrática, não cabendo necessariamente a qualificação do populismo como algo que é benéfico para a população⁹. O populismo, na visão desta

⁹ A discussão relativa ao populismo ser benéfico ou deletério para a democracia pode ser melhor compreendida a partir de Rovira Kaltwasser (2012, p. 199): “Although there are no doubts about the inherent tension between populism and democracy, current scholarship shows no consensus on how the former impacts the later.”

investigação, é de forma clara um processo que aprofunda a deterioração da democracia por compreender a política como a arte do jogo amigo/inimigo, em uma visão segundo Schmitt (2008), não a do consenso a partir de visões pluralistas.

Dado que o populismo em sua vertente ideacional prioriza o governo da maioria sobre outros ideais democráticos liberais (como os freios e os contrapesos institucionais, a deliberação e os direitos da minoria), os apelos populistas bem-sucedidos correm o risco de desestabilizar as instituições democráticas, de desafiar a separação do poder e de minar a confiança em órgãos governamentais não eleitos (Gidron & Bonikowski, 2013, p. 21).

A abordagem ideacional tem obtido significativa popularidade no estudo do populismo nos anos recentes, dado que é mais versátil, permite o uso de métodos qualitativos e quantitativos e admite a pesquisa tanto no lado da demanda quanto no lado da oferta da política populista (Mudde, 2017, p. 63). É com base nestas vantagens de abordagem teórica que a investigação optou por compreender o populismo a partir desta vertente.

A definição do populismo como uma ideologia tem implicações particulares na maneira em que a pesquisa deste tema é conduzida. Se o populismo é visto em primeiro lugar como um agrupamento de ideias, segue que os estudos empíricos devem primordialmente focar a sua atenção às declarações programáticas feitas pelos atores políticos, tratando-os como unidades primárias de análise (Gidron & Bonikowski, 2013, p. 7).

As ideias populistas se comportam de forma latente, precisando ser ativadas em um contexto de condições materiais e de recursos linguísticos. O populismo depende de uma oferta de políticos que articulam a mensagem populista, fornecendo molduras populistas específicas que facilitem a interpretação por parte do eleitor. Assim, quando conectada a um contexto sensível, essa mensagem catalisa a ativação de atitudes populistas (Hawkins et al., 2017, pp. 352-353).

1.2.2 Teoria do Populismo como Estilo Discursivo

Uma corrente teórica do populismo muito similar a ideacional é a que considera o fenômeno como estilo discursivo (Mudde, 2017, p. 50). Hawkins, como citado em Gidron

e Bonikowski (2013, p. 8), conceitualiza o populismo como um discurso maniqueísta que assinala uma dimensão moral aos conflitos políticos.

O autor define o discurso como uma combinação de elementos de ideologia e de retórica, que se manifesta em distintas formas linguísticas e de conteúdo, a possuir consequências políticas reais. Para o teórico, o discurso e as visões de mundo estão inextricavelmente relacionados. O populismo é definido assim como uma visão de mundo, a ser expressa como um discurso (Gidron & Bonikowski, 2013, p. 8).

Para a maioria dos estudiosos, as diferenças entre quem compreende populismo como discurso ou como ideologia estreita são muito reduzidas, dado que as duas opções assumem que o populismo é um conjunto de ideias distinto de uma ideologia clássica (não é produto de uma elaboração consciente e tende a ter baixo alcance programático). Alguns utilizam os termos “discurso”, “moldura”, “thin-centred ideology” e “visão de mundo” de forma intercambiável (Hawkins & Rovira Kaltwasser, 2019, p. 5).

Pauwles (2011, como citado em Gidron & Bonikowski, 2013, p. 14) argumenta que considerar o populismo como uma ideologia *thin-centered* não exclui a possibilidade de que este apresente características de um estilo discursivo específico também: se o objetivo dos líderes populistas é devolver o poder às pessoas comuns, não é surpreendente que eles utilizem a língua do povo.

As similaridades entre as abordagens ideacionais e discursivas são particularmente evidentes, dado que ambas ressaltam a estrutura maniqueísta de política e a distinção entre ‘nós’ e ‘eles’ como um componente fundamental da retórica populista; alguns acadêmicos, desta forma, tratam essas definições como pertencendo a um único modelo explicativo (Gidron & Bonikowski, 2013, pp. 14-15).

1.2.3 O Populismo e a Adequação da Escolha Metodológica da Ciência Política à Investigação

A escolha da investigação por delimitar o conceito de populismo em sua abordagem ideacional, que se foca na análise discursiva de atores populistas, justifica-se pela escolha da metodologia, dentro da área da ciência política, do Institucionalismo Discursivo.

O Institucionalismo Discursivo considera o discurso em que os atores se engajam no processo de geração, deliberação e legitimação de ideias sobre a ação política, em um contexto institucional seguindo uma ‘lógica da comunicação’. Essa metodologia estrutura

o discurso como um processo interativo, em que a mudança institucional se dá mediante o processo em que as ideias são geradas entre os atores políticos e difundida ao público por atores políticos através do discurso (Schmidt, 2011, pp. 47, 55).

Desta forma, para o Institucionalismo Discursivo, o foco de análise se dá, segundo Schmidt (2011):

it is focused on who talks to whom about what, when, how, and why, in order to show how ideas are generated, debated, adopted, and changed as policy makers, political leaders, and the public are persuaded, or not, of the cognitive necessity and normative appropriateness of ideas. (pp. 57-58)

O Institucionalismo Discursivo se adequa, assim, de forma plena à definição ideacional do populismo e à definição deste como estilo discursivo. Em ambas as caracterizações do populismo, o discurso e a disseminação de ideias são aquelas unidades que irão gerar a mudança institucional desejada pelos atores políticos, o que se encaixa de forma plena no estudo de caso desta investigação.

Após encerrar a caracterização teórica do populismo e tendo como premissa a ideia de que o populismo é, em sua vertente ideacional, uma ideologia *thin-centred*, passa-se, na próxima seção, a indagar quais são as ideologias complementares ao populismo que poderão guiar o estudo de caso da investigação em um rumo proveitoso.

1.3 Ideologias Complementares ao Populismo

O populismo a ser estudado nesta investigação é o populismo de direita, tendo em vista o estudo de caso a ser apresentado nos capítulos 3 e 4. Desta forma, cabe compreender antes de tudo o que seria uma ideologia política de direita, para que se possa passar a conceituação das forças ideológicas por trás destes movimentos políticos nas últimas décadas.

Em resumo, a direita política se caracteriza por ser um “(...) conjunto de posições substantivas mais ou menos opostas à busca crescente por igualdade”, conforme apontado por Lacerda (2019, p. 27). A definição mais clássica do conceito de igualdade pode ser encontrada em Bobbio (1995, pp. 95, 96, 99, 110 como citado em Lacerda, 2019, pp. 27-28), em que a igualdade é um conceito relativo tanto aos sujeitos, quanto aos bens e aos ônus a serem repartidos. Segundo Bobbio (1996):

we say the left has a greater tendency to reduce inequalities, we do not mean that it intends to eliminate all inequalities, or that the right wishes to preserve them all, but simply that the former is more egalitarian, and the latter more inegalitarian. (p. 65)

A partir desta caracterização da direita política como aquela que é menos tendente às proposições de *policies* de igualdade social, avança-se para o estudo das duas forças ideológicas que estiveram por trás da ascensão da direita desde meados da década de 1970 – a saber, o neoliberalismo e o neoconservadorismo social, em voga principalmente nos Estados Unidos da América, a atual potência hegemônica global.

1.3.1 O Neoliberalismo enquanto Racionalidade Política

O neoliberalismo é entendido comumente como um conjunto de *policies* que constituíram, a partir dos anos 1980, “uma resposta política à crise econômica e social do regime ‘fordista’ de acumulação do capital” (Dardot & Laval, 2016, p. 189). Na América Latina, se constituiu como uma série de medidas de *policy* macroeconômica, que visavam uma ortodoxia fiscal rigorosa, o que foi denominado de Consenso de Washington (Williamson, 2004).

A origem do pensamento neoliberal, entretanto, é localizada no Colóquio Walter Lippmann no ano de 1938, uma reunião de acadêmicos que expuseram as bases intelectuais e políticas do que viria ser a Sociedade Mont Pèlerin, uma década depois (Brown, 2019, p. 17). Este encontro ocorreu em um contexto de fracasso da resposta liberal após a crise de 1929 e do avanço dos movimentos totalitários pela Europa.

O neoliberalismo se dividiu basicamente em duas escolas de pensamento: o ordoliberalismo alemão, baseado na noção de que o comportamento de concorrência do *homo economicus* precisa ser internalizado na sociedade por meio de uma normatização estatal; e a corrente austro-americana, baseado na premissa de que os agentes econômicos precisam ter a maior liberdade possível de ação para que a economia promova o devido desenvolvimento da sociedade (Dardot et al., 2021; Foucault, 2008).

Para que se compreenda a relação entre o neoliberalismo e o populismo, entretanto, é preciso ir além da visão resumida do neoliberalismo como mera proposição de *policies*. O neoliberalismo necessita ser compreendido como uma ativação de certo tipo de conduta, de um certo tipo de racionalidade. É, fundamentalmente, a produção de certos tipos de relações sociais e de certas subjetividades (Dardot & Laval, 2016, p. 16).

Assim, de modo didático, pode-se definir o neoliberalismo de acordo com Dardot e Laval (2016):

é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica

principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. (...) [melhor compreendido] como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. (p. 17)

A lógica de mercado, desta forma, é a que dita o comportamento dos principais agentes sociais, nos diversos ramos da sociabilidade humana. Não há oposição entre o Estado e o mercado; e, sim, a reorientação da ação estatal visando a internalização da conduta dos indivíduos para padrões de comportamento de concorrência, não de justiça social.

A virada política neoliberal se dá a partir de uma constatação do benefício moral que o mercado proporciona aos sujeitos; assim, segundo Dardot e Laval (2016), “o Estado burocrático destrói as virtudes da sociedade civil: a honestidade, o sentido do trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo. (...) é o Estado que corrói as molas da moralidade individual” (p. 210).

A tese expressa em Dardot e Laval (2016) remete ao conceito de biopolítica e de governamentalidade, desenvolvida por Foucault (2008), que é a incorporação de certas condutas por parte de indivíduos sem que o Estado necessite, de modo direto, intervir em seus comportamentos.

Foucault, como bem argumentado por Lemke (2001, p. 191), utiliza o conceito ‘governamentalidade’ de forma ampla, com o intuito de explicitar a relação entre as relações de poder e os processos de subjetivação. Foucault define governamentalidade como a ‘conduta da conduta’ – consequentemente, o termo abrange desde ‘se governar’ até ‘governar os outros’. Assim, a sua tentativa na história da governamentalidade é demonstrar como o Estado soberano moderno e o indivíduo autônomo moderno co-determinaram a emergência de um e de outro (Lemke, 2001, p. 191).

O neoliberalismo, assim, necessita que o indivíduo internalize em sua conduta a primazia da competição e da concorrência contra os demais indivíduos. A consequência máxima deste comportamento é, segundo Dardot e Laval (2016), incitar os indivíduos “a ‘cuidar deles mesmos’, a não contar mais com a solidariedade coletiva e a calcular e maximizar seus interesses, perseguindo lógicas mais individuais num contexto de concorrência mais radical entre eles” (p. 243).

Outra teórica que apoia essa visão do neoliberalismo como conduta é Brown (2006, 2019), ao afirmar que esse modo de conduta não está confinado expressamente à esfera econômica, nem molda o mercado como natural e auto-regulado. Parte do que faz

o neoliberalismo ‘neo’ é o fato de que retrata o livre mercado e a racionalidade empresarial como alcançados e normativos, promulgados pela lei e pelas políticas econômica e social.

Posteriormente, o neoliberalismo projeta as esferas sociais e as políticas como dominadas apropriadamente pelas preocupações de mercado e organizadas, assim, pela racionalidade de mercado. Os cidadãos são produzidos como empreendedores individuais e consumidores cuja autonomia moral é medida por sua própria capacidade de “auto-cuidado”. A racionalidade política neoliberal é informada por critérios de governança, baseados em produtividade e em lucratividade (Brown, 2006, p. 694).

É importante perceber a transformação que o neoliberalismo opera na conduta dos indivíduos: o projeto é transformar o *homo economicus* de um sujeito da troca e da satisfação de necessidades (liberalismo clássico) em um sujeito da competição e da valorização do capital humano (Brown, 2019, p. 20).

O neoliberalismo reivindica por um certo tipo de liberdade – e é exatamente este ponto que torna a ideologia tão importante para a investigação deste trabalho. Segundo Dardot e Laval (2016), o governo neoliberal advoga por uma governança que se baseia no fato que “(...) governar não é governar contra a liberdade ou a despeito da liberdade, mas governar pela liberdade, isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas” (p. 19).

É este tipo de liberdade, em suma, que torna o projeto neoliberal tão atraente para a direita política; ao reivindicar um projeto em que os indivíduos precisam estar livres para estar constantemente em competição uns com os outros, não faz mais sentido expressar ideários em termos sociais. Isso ficou bem explícito na fala célebre de Thatcher, primeira-ministra britânica na década de 1980, como citada em The Guardian (2013):

They are casting their problems at society. And, you know, there's no such thing as society. There are individual men and women and there are families. And no government can do anything except through people, and people must look after themselves first.

Existe um componente fundamental para o projeto neoliberal vingar em uma sociedade e que é particularmente relevante para o estudo desta investigação: o fator religioso, que se torna especialmente candente com o avanço da igreja pentecostal e com a teologia que a caracteriza de forma bem célebre – a Teologia da Prosperidade.

Segundo Wrenn (2019, p. 425), a Teologia da Prosperidade tem como base a crença de que uma aliança bíblica entre o crente individual e Deus garante a esse crente

bênçãos de saúde e de riqueza, desde que ele demonstre a fé adequada. Essa Teologia, portanto, apoia e sustenta o neoliberalismo. É uma instituição que protege os indivíduos das exigências do mercado e uma prática social que reforça a responsabilidade e a culpa dos individuais. A Teologia da Prosperidade é, em suma, a articulação espiritual do neoliberalismo - e uma instituição de reforço.

O movimento da Teologia da Prosperidade e o neoliberalismo, portanto, correm em paralelo. Ambos atribuem excessivamente o arbítrio ao indivíduo - todo o sucesso e o fracasso dele são resultados de suas próprias escolhas. Esta estrutura direta e simples de individualismo e da fé (em Deus e no livre mercado) torna a Teologia da Prosperidade e o neoliberalismo plenamente compatíveis e permite ao indivíduo adaptar e interpretar essa moldura em seus próprios termos (Wrenn, 2019, p. 429).

Essa discussão será complementada no capítulo 2, em que ficará claro como o discurso neopentecostal foi proferido, principalmente nos Estados Unidos, para servir de base de apoio a uma governamentalidade neoliberal cada vez mais próspera e influente nos círculos estatais de poder.

A Teologia da Prosperidade neoliberal permite, adicionalmente, outra questão: a articulação entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo social. A princípio, duas ideologias contraditórias, como ficará exposto a seguir, mas que se combinam como eixos de sustentação do novo movimento de direita da década de 2010 no estudo de caso desta investigação.

1.3.2 O Neoconservadorismo Social enquanto Moralidade Política

O neoconservadorismo social é uma corrente teórica que se desenvolve nos Estados Unidos a partir da década de 1960, alcançando certo apogeu em termos de influência na proposição de *policies* na década de 1980 no governo Ronald Reagan nos Estados Unidos, no mesmo momento em que o neoliberalismo se estabeleceu no país.

Logo, pode ser considerado tanto um movimento intelectual, que tem em Irving Kristol seu principal nome, como um movimento político, por meio de uma agenda interna de valores morais tradicionais (a nova direita secular e a direita cristã), da luta contra o comunismo, da defesa de Israel e da defesa de não intervenção estatal na economia (Lacerda, 2019, pp. 21-23).

Em suma, o neoconservadorismo “é um ideário conservador e de direita, e sua peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas à família, à

sexualidade e à reprodução e aos valores cristãos” (Lacerda, 2019, p. 29). Central para o pensamento do novo conservadorismo nos Estados Unidos é a ênfase no individualismo como um meio pelo qual se aumenta a liberdade pessoal e política (Thompson, 2007, p. 12).

Enquanto movimento intelectual, o movimento neoconservador se originou de dois grupos. O primeiro, proveniente de Nova York, foi derivado inteiramente de intelectuais judeus ex-marxistas. Os “Intelectuais de Nova York” foram cruciais para dar ao movimento o seu componente retórico e ideológico; a sua mistura de ciências sociais e polêmica; e a sua compreensão da relação entre ideologia e classe (High, 2009, pp. 476, 479).

O segundo grupo de neoconservadores eram originalmente burocratas do Partido Democrata, que estavam saindo do partido durante os anos 1970; nesse grupo, os judeus também eram proeminentes. Esses atores eram lutadores em uma batalha que travaram em duas frentes: i. dentro de seu próprio partido contra as lutas representadas pelo candidato do partido na campanha para as eleições presidenciais de 1972, George McGovern; ii. na reação induzida pela Guerra do Vietnã contra o militarismo e contra o intervencionismo que ela representou.

Desta forma, contrários aos “Intelectuais de Nova York”, eram primordialmente preocupados com política externa e de defesa (High, 2009, p. 481). Entretanto, para o propósito da investigação, o segundo grupo neoconservador não é de particular relevância, pelo foco excessivo dado à política externa vis-à-vis à política interna.

O neoconservadorismo, ao contrário de compreender o capitalismo como um sistema que mina as constelações da família e da vida comunal, percebe o capitalismo como parte central do tecido social. Esta visão ressurgente do capitalismo está relacionada com o neoliberalismo e com a colocação do mercado no núcleo de cada faceta da vida em sociedade. Busca, assim, a hegemonia do mercado sobre todas as formas de associação e instituições (como o governo e os sindicatos), conforme Thompson (2007, p. 18).

Enquanto movimento político na década de 1980, um dos eixos centrais para o pensamento neoconservador é a preponderância da direita cristã, que invoca ser a maioria moral na sociedade-norte-americana. Lacerda (2019) menciona a associação entre o capitalismo e a direita cristã:

foi uma convergência de visões: de que a palavra de Cristo e os valores do capitalismo de livre mercado deveriam ser os vigentes. O capitalismo é, nessa cosmovisão, um sistema ético, que corresponde à dádiva de Deus que é o livre-

arbítrio. Os evangélicos relacionavam o lucro com o projeto divino para o homem. (p. 35)

Outra teórica que ressalta a importância da religião dentro do neoconservadorismo social é Brown (2006, p. 696), ao expressar que a importância da religião está em facilitar o apelo neoconservador para uma base popular e em construir uma recepção para o seu autoritarismo. O neoconservadorismo se identifica como um guardião do passado, da tradição religiosa, que potencialmente se esvai.

O neoconservadorismo também nasce em parte como uma resposta à erosão do significado e da moralidade do capitalismo; os neoconservadores fundadores, embora se oponham ao comunismo como forma política e social, raramente eram fervorosos defensores do livre mercado (Brown, 2006, p. 699).

Resta, assim, uma indagação a ser respondida: como os projetos opostos do neoliberalismo e do neoconservadorismo, respectivamente baseados na modernidade e na tradição, podem se complementar em um certo *modus operandi* da direita política, a ponto de criarem uma racionalidade política no comportamento dos atores políticos e dos cidadãos de forma geral?

1.3.3 A Articulação Neoliberalismo - Neoconservadorismo Social

A racionalidade política neoliberal não deseja limpar o Estado e a sociedade das normas morais e políticas; busca, ao invés disto, torná-las disponíveis a todos ao promulgá-las por meio de mecanismos de mercado e por meio de incentivos guiados pelas regras de mercado, normatizados e internalizados nos cidadãos pelo Estado.

Assim como os neoliberais se desviam do *laissez-faire* econômico ao mobilizar a lei e a política no apoio ao mercado e na formatação de objetivos sociais, os neoconservadores também são estatais: eles apoiam a regulação estatal da moralidade e a direção estatal da economia (Brown, 2006, pp. 699-700).

O ataque contemporâneo à sociedade e à justiça social em nome da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral é uma emanção direta da racionalidade neoliberal, raramente limitada somente aos conservadores. As forças neoconservadoras, entretanto, são as que fazem um apelo mais direto à moralidade tradicional e aos sermões do mercado livre, embalando-os junto com o patriotismo, com o nativismo e com a Cristandade.

Os mercados desregulados tendem a reproduzir, ao invés de melhorar, a ordem social produzida historicamente. A moralidade tradicional, por sua vez, serve para repelir

os desafios à desigualdade, e adicionalmente vincula a preservação do passado com o patriotismo ao retratar este não apenas como um amor ao país, mas como um amor pelo modo como as coisas eram, o que faz com que as objeções à injustiça racial e à de gênero sejam vistas como antipatrióticas (Brown, 2019, pp. 13-14).

É importante perceber o quanto essa articulação entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo social está legitimada pela defesa de um certo tipo de liberdade, desvinculada de suas tradições iluministas e de orientações presentes na contemporaneidade, conforme será visto no capítulo 2.

A liberdade desviada do social torna-se não apenas ilimitada, mas legitimamente exercida sem preocupação com o contexto social ou com as consequências no tecido da sociabilidade. Assim, é exercida sem restrição, sem civilidade ou sem cuidado com a sociedade como um todo ou com os indivíduos que a compõem. Quando a afirmação de que "a sociedade não existe" torna-se senso comum, isto permite um ataque ao que resta da fábrica social em nome da liberdade.

Em resumo, a crítica neoliberal e neoconservadora da sociedade e da justiça social em nome da liberdade e das normas da moral tradicional se tornaram o senso comum de uma robusta cultura política durante a última década. Dentro do senso comum, o social é o inimigo da liberdade. Assim, o ataque ao social também desinibe a liberdade identificada com a neoliberalismo, convertendo-a de um mero libertarismo moral em um agressivo ataque à democracia.

Essa nova cultura que permeia a ação dos atores políticos permite o exercício da cidadania sem a devida preocupação com as questões estruturais que permeiam as relações humanas, bem como sem o cuidado com a sociedade, com a civilidade ou com os laços entre os indivíduos - e, acima de tudo, sem a preocupação com a cultivação política do bem comum (Brown, 2019, pp. 42, 44).

Desta forma, segundo Brown (2019), "Freedom without society destroys the lexicon by which freedom is made democratic, paired with social consciousness, and nested in political equality. Freedom without society is a pure instrument of power, shorn of concern for others, the world, or the future" (p. 44).

Como a Teologia da Prosperidade fornece a chave da compreensão do fator religioso como aquele desprovido de preocupações sociais, é esta Teologia a responsável pela articulação do neoconservadorismo social, que se preocupa somente com o bem-estar individual, com a racionalidade neoliberal, que se baseia na sociabilidade enquanto primazia da concorrência.

A retórica da defesa da liberdade é distorcida com o intuito de promover uma agenda institucional conservadora, que promove ataques à agenda política da defesa da participação cidadã plural. O populismo de atores políticos de direita, assim, se adequa de forma perfeita a este contexto, ao promover discursivamente uma liberdade que se encaixa na exclusão.

Neste ponto, reside a essência extremamente autoritária da articulação entre o populismo, o neoliberalismo e o neoconservadorismo social. Promove-se uma profunda alteração semântica discursiva da liberdade, com a busca por uma agenda que deteriora de forma preocupante as bases democráticas da sociedade. É a liberdade no ponto ótimo¹⁰ de escolha de Pareto, que só poderá ser ampliada para um indivíduo com a diminuição da liberdade para os demais atores individuais.

1.4 A Adequação da Base Teórica ao Estudo de Caso

O estudo de caso desta investigação é relativo ao Brasil nos anos de 2010 a 2018; logo, deve-se indicar o quanto a articulação proposta anteriormente entre o populismo de direita, o neoliberalismo e o neoconservadorismo social adequam-se ao contexto institucional brasileiro durante os anos observados.

Nas eleições presidenciais de 2018, a política brasileira foi sacudida pela eleição¹¹ de um candidato que assumidamente se colocava como um ator político de direita, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL). Bolsonaro era um congressista experiente, de vários mandatos, que sempre se apresentou como um ator político à margem dos principais jogos de poder.

A investigação pretende se deter no fenômeno do bolsonarismo enquanto receptor da mensagem populista, compreendido enquanto uma força política calcada na moralidade e na defesa da tradição. Este grupo social é encarnado no conceito de ‘cidadão de bem’, que é a conjunção de diferentes elementos sociais durante a última década no

¹⁰ O ponto ótimo de escolha de Pareto é um conceito microeconômico a partir da visão do indivíduo como *homo economicus*, racional, que se vê diante de situações em que precisa maximizar a sua ação em busca do melhor para ele como indivíduo. Segundo Varian (2003), se “pudermos encontrar uma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de nenhuma outra, teremos uma melhoria de Pareto. (...) se a alocação não permitir nenhuma melhoria de Pareto, então ela é eficiente no sentido de Pareto” (p. 15).

¹¹ Jair Messias Bolsonaro, candidato presidencial da Coligação ‘Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos’ (PSL-PRTB), foi eleito no 2º turno da Eleição Presidencial de 2018, em 28.10.2018, com 55,13% dos votos válidos (57.797.847 votos), contra o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad (Tribunal Superior Eleitoral, 2018).

Brasil – o militarismo, o anti-intelectualismo, o libertarismo de mercado, o discurso anti-corrupção e o conservadorismo social (Nunes, 2020, p. 8).

Aliado à força da pauta contra a corrupção na vida pública, esse grupo se orientou pelo apelo neoliberal de redução do Estado e pelo apelo neoconservador, contrário às “políticas de afirmação pública de identidades e reconhecimento de direitos associados a novos papéis de gênero e padrões de família (...) A visibilização compulsória dos antes invisíveis ou guetificados desconfortou grupos sociais de orientação religiosa pouco tolerante” (Alonso, 2019, p. 45).

A moralidade bolsonarista, de acordo com a visão adotada por Alonso (2019), Lacerda (2019) e Nunes (2020), é justificada pela articulação entre a racionalidade neoliberal e a neoconservadora social. A premissa deste trabalho, a ser investigada nos próximos capítulos, é que essa articulação, no Brasil, se deu a partir do mote da defesa da liberdade, em uma retórica populista.

Assim, são a defesa da liberdade religiosa, enquanto padrão de moralidade, e a defesa da liberdade ‘empreendedora’, enquanto padrão de ação e de visão sobre a sociedade, os eixos que determinam os padrões de conduta desta dita moralidade bolsonarista. É a partir do estabelecimento desta conduta que a demanda populista pode ser ativada por meio do discurso dos atores políticos, visando a mudança institucional no Brasil entre os anos de 2010 e 2018.

O discurso populista, assim, compreende a luta política como um jogo de moralidade que contrapõe os cidadãos, com o intuito de apontar uma única saída para a vida em sociedade. A ação populista de determinados atores necessita apostar na exclusão de sentidos semânticos para os termos em disputa, pois aposta em uma vontade geral desprovida de comprovação empírica *a priori*.

A liberdade que os atores populistas brasileiros tiveram por intento promover, durante os anos de 2010 a 2018, é a liberdade da moralidade neoconservadora neoliberal, não positivada em legislação modernas ou na Constituição Brasileira. A discussão sobre a liberdade, portanto, precisará ser examinada de modo mais detalhado, o que será visto no capítulo 2.

1.5 Conclusões

Para o propósito desta investigação, é necessário que o leitor compreenda de modo determinante quatro eixos centrais de análise teórica:

i. Populismo: em seu caráter ideacional, é compreendido na oposição ‘o povo’ vs. ‘a elite’, em que ‘o povo’ é uma entidade homogênea e moralmente pura e ‘a elite’ é moralmente corrompida. A política deve ser a expressão da vontade geral deste ‘povo’, vontade única, que não aceita dissensos. Assim, este populismo é marcadamente autoritário. A finalidade política deste populismo opera pela exclusão simbólica – e, em determinados momentos, literal – de determinados segmentos da população;

ii. Neoliberalismo: é entendido como uma racionalidade que se baseia na visão de condutas econômicas de competição e de concorrência como definidoras do comportamento individual. A busca por objetivos de igualdade social não ocorre no neoliberalismo, tendo em vista que o padrão de conduta é tipicamente individual;

iii. Neoconservadorismo Social: tem, para o propósito desta investigação, a moralidade cristã como seu eixo definidor principal. Essa moralidade, tendo como base a família tradicional e a Teologia da Prosperidade como credo de fé, irá unir o neoconservadorismo social ao neoliberalismo;

iv. Articulação entre os pilares do Populismo, do Neoliberalismo e do Neoconservadorismo Social: ocorre por meio da defesa distorcida da liberdade, em que busca da liberdade por alguns só poderá se dar em detrimento da restrição de liberdade de outros (liberdade no ponto ótimo de escolha de Pareto).

O capítulo, desta forma, se conclui com a seguinte questão: qual é o conteúdo do discurso sobre a liberdade, promovido pelos atores populistas de direita em um contexto de articulação entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo social? Esta é a pergunta a ser investigada no próximo capítulo desta dissertação.

Capítulo 2. Sobre a Distorção da Liberdade

A liberdade é um termo indissociável da criação do Estado-nação moderno, com a sua incessante busca sendo um objetivo de revolucionários e de cidadãos comuns. Estes desejavam ver asseguradas garantias mínimas de proteção contra o abuso de governantes que ocupavam o poder, sejam eles reis absolutistas ou eleitos pelo voto. O desejo de liberdade, assim, se confunde com a busca pela ampliação da cidadania.

A cidadania é, segundo formulação clássica de Marshall (2006, p. 30), compreendida a partir da distinção de três elementos: a cidadania civil, a política e a social. Estes componentes diversos se estabeleceram ao longo dos últimos quatro séculos, sendo percebidos como um processo que, em seu conjunto, dá concretude ao termo cidadania.

A cidadania civil é aquela cuja liberdade aparece de forma mais decisiva em sua determinação; segundo Marshall (2006), esse elemento “is composed of the rights necessary to individual freedom - liberty of the person, freedom of speech, thought and faith, the right to own property and to conclude valid contracts, and the right to justice” (p. 30).

A cidadania política, por sua vez, se refere à extensão do direito ao voto para novas parcelas da população, dado que essa faculdade era limitada por questões censitárias ou por discriminação de gênero. Por fim, a cidadania social passa pela diminuição da desigualdade e pelos processos de criação de sistemas de proteção, com o seu auge marcado pela consolidação do *Welfare State* no Pós-Guerra (Marshall, 2006, pp. 30-37).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a derrota das experiências totalitárias fascistas e nazistas pelo mundo, o Sistema Internacional se mobilizou para impedir a repetição de tais acontecimentos. Essa mobilização deu origem à Organização das Nações Unidas [ONU] e à Declaração Universal dos Direitos Humanos¹², documento de suma importância para a positivação dos direitos de cidadania.

Na Declaração (Organização das Nações Unidas, 1948), fica nítida a importância de assegurar a liberdade de forma consistente; em seus trinta artigos, a palavra liberdade e as variações¹³ dela decorrentes aparecem vinte e quatro vezes, em contextos que se

¹² A Declaração Universal dos Direitos Humanos é, segundo Organização das Nações Unidas (2020), “um documento marco na história dos direitos humanos. (...) foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral”.

¹³ Para o propósito da investigação, foi considerado como correlato de ‘liberdade’ os seguintes termos: liberdade (9 ocorrências), liberdades (8 ocorrências), livre (3 ocorrências), livres (2 ocorrências), livremente (1 ocorrência), libertos (1 ocorrência).

relacionam tanto à cidadania civil quanto à política e à social. A liberdade deve ser, assim, ampla, plena e irrestrita.

Desta maneira, em uma investigação cujo objetivo é fazer a análise crítica de discurso dos atores políticos, torna-se de especial relevância compreender o que a ciência política, enquanto corpo de estudo, abrange quando os agentes discursam sobre a liberdade, dada a amplitude de proposições que cercam o termo.

Este segundo capítulo tem, desta forma, o objetivo de delimitar o campo conceitual do termo liberdade para o propósito da investigação que se desdobrará em seguida. Isso será feito a partir de uma distinção clássica entre a liberdade negativa e a liberdade positiva, conforme assinalado em Bird (2006, p. 176).

Posteriormente, será feita a análise da concepção da liberdade por dois autores clássicos: John Stuart Mill, importante pensador do liberalismo político; e Friedrich August von Hayek, de fundamental relevância para o pensamento neoliberal. A escolha por esses dois autores se justifica pela premissa adotada no capítulo 1, de focar a investigação no espectro político de direita.

Após delimitarmos o uso do termo liberdade – e de sua importante implicação para a compreensão do fenômeno hodierno do uso do termo por atores populistas de direita, o capítulo sairá do enfoque teórico e passará para uma breve análise empírica do processo político norte-americano durante o início da década de 1990, que servirá de fio condutor para os capítulos 3 e 4.

Para isto, será explicitado o fenômeno das guerras culturais – e do seu uso na campanha de Pat Buchanan nas eleições presidenciais norte-americanas de 1992, com o exame do discurso feito por ele durante a Convenção do Partido Republicano. Desta forma, será visto como a semântica da defesa da liberdade é alterada em prol de uma agenda neoconservadora e neoliberal.

No fim do capítulo 2, será feita uma breve conclusão à guisa de fixação dos conceitos teóricos e da análise empírica, com o intuito de compreender o que as alterações semânticas do discurso sobre a liberdade iluminam relativamente à articulação do populismo com o neoliberalismo e com o neoconservadorismo.

2.1 Conceituações sobre a Liberdade

2.1.1 A Liberdade Negativa e a Liberdade Positiva

A conceituação seminal de liberdade para a ciência política moderna é feita por Isaiah Berlin, a partir da publicação do ensaio “Dois Conceitos de Liberdade”, originado de palestra na *Higham Chichele Society*, em 1958. Essa obra, um dos *essays* mais importantes de filosofia política do século XX, ainda possui fortes repercussões no debate contemporâneo (Coser, 2019, p. 1).

Berlin (2014, p. 195) argumenta que existe um significado mínimo subjacente à palavra liberdade: *absence of restraint* (para a investigação, *restraint* é compreendida como coerção, limitação, restrição). Liberdade, assim, é a ausência de coerção sobre um indivíduo por parte de outros seres humanos.

A luta a favor da existência da liberdade é composta por indivíduos que se opõem a alguma forma de restrição existente (ou em possibilidade de existir). Concerne, desta forma, a resistência à interferência por parte de alguém - alguma pessoa ou grupo de pessoas, não a coisas ou a circunstâncias - em condições mais ou menos especificadas (Berlin, 2014, p. 195-196).

O autor explicita o conceito de liberdade a partir de sua definição negativa (Berlin, 2014):

Political liberty is thus a negative concept: to demand it is to demand that within a certain sphere a man be not forbidden to do whatever he wishes, not forbidden, that is, to do it whether in fact he can do it or not. (pp. 196-197)

Logo, o eixo central da liberdade é o seu aspecto negativo, marcadamente a ausência de restrição da ação humana por um terceiro. Ser livre é estar não obstruído a se fazer o que se deseja. A “liberdade” não é um fim humano, mas um termo para a ausência de obstáculos - em particular aqueles que resultem da ação humana, para o atingimento de qualquer fim que o homem deseja perseguir (Berlin, 2014, pp. 208-209).

É importante ressaltar que a coerção não é um termo que cobre todos os tipos de incapacidade. Ser impedido de obter o que se deseja nem sempre pode ser descrito como falta de liberdade, caso este impedimento seja por uma causa material; assim, só há ausência de liberdade se a pessoa for impedida de atingir o seu objetivo por outros indivíduos (Berlin, 2014, p. 361).

A liberdade positiva deriva do desejo, por parte do indivíduo, de ser o seu próprio mestre. O indivíduo deseja que a sua vida e as suas decisões dependam de si mesmo, não de forças externas aleatórias. Ele busca ser um sujeito, não um objeto, a ser movido por razões próprias e não por forças causais externas (Berlin, 2014, p. 365).

O autor estabelece a premissa de que a auto-afirmação humana, deste desejo de ser o seu próprio mestre, ocorre de forma coincidente à existência de dois *selves* que existem no indivíduo. O racional e autônomo, que calcula as ações no longo prazo, vis-à-vis o do impulso irracional, dos desejos não controlados, da busca pelos prazeres imediatos (Berlin, 2014, p. 365).

É na contraposição entre esses dois *selves* que reside a grande ameaça da liberdade positiva, examinada por alguns teóricos liberais como parte integrante de projetos totalitários. O controle por um agente externo do *self* irracional, em nome de um ideal racional de sociedade, é o caminho para o autoritarismo, conforme Berlin (2014):

The perils of this kind of language have often been pointed out, but what gives it plausibility is that we believe that it may be justifiable to coerce men in the name of some ideal or value which they do not themselves recognise; moreover that this is a value which, if they were more enlightened, they would themselves pursue; that, therefore, we are coercing them for their own sake, perhaps even on their behalf. (p. 366)

Berlin escreveu *Two Concepts of Liberty* à sombra da experiência da Segunda Guerra Mundial, com as tragédias do totalitarismo ainda vívidas em sua memória. O seu argumento sobre a capacidade da liberdade positiva ser pervertida foi moldada não apenas por considerações analíticas, mas por erros humanos de seu tempo (Harris, 2016, p. 1).

A liberdade negativa, tão valorizada pelos autores liberais do século XIX, precisa ser compreendida como democrática em termos contingentes, podendo ter como premissa a não existência de valores intrínsecos em seu conceito. Isto será examinado adiante neste capítulo, com o intuito de saber se a liberdade negativa é possível de ser moldada para a proposição de experiências autoritárias.

Esquemáticamente, a liberdade negativa é “a área desobstruída, na qual o indivíduo ou um grupo pode agir sem a interferência de outro(s) indivíduo(s), grupo(s) ou do Estado” (Coser, 2019, p. 2), enquanto a liberdade positiva é ter “o direito de escolher seus fins e os meios para atingi-los” (Coser, 2019, p. 2).

Logo, observa-se, nesta visão clássica sobre a liberdade, que a liberdade só é alterada quando há ação coercitiva por parte de um indivíduo ou do Estado. Quando as forças sociais, como as condições materiais ou econômicas, agem para restringir a condição de liberdade do sujeito, não se pode afirmar que ocorre limitação de liberdade.

Retomando a conceituação do capítulo 1, pode-se pensar que uma racionalidade neoliberal, a partir da governamentalidade dos sujeitos, se adequa a esta visão de liberdade positiva como um ato negativo – e percebe qualquer ação de *policy* que visa a

alterar as condições materiais dos indivíduos um verdadeiro atentado contra as liberdades individuais.

Isto ficará mais claro posteriormente, quando for aclarado o pensamento de Hayek. Entretanto, é preciso indagar de forma mais detalhada o pensamento liberal clássico sobre a liberdade negativa; para isto, é necessário compreender a leitura de Stuart Mill sobre a liberdade.

2.1.2 A Liberdade para o Liberalismo Clássico (Stuart Mill)

A consolidação do Estado-Nação moderno teve como um dos eixos centrais o estabelecimento da cidadania civil dos indivíduos, sendo a primazia da liberdade um tema fundamental de autores que compõem o liberalismo clássico. Para o propósito desta investigação, será examinada a obra principal de John Stuart Mill sobre a liberdade.

Mill (2015, pp. 5-6) afirma de forma precípua que a liberdade pode ser compreendida pela natureza e pelos limites de poder que podem ser legitimamente exercidos pela sociedade sobre o indivíduo. Desta forma, o teórico (Mill, 2015) estabelece que “By liberty, was meant protection against the tyranny of the political rulers” (p. 5).

A questão prática, segundo o autor, é estabelecer o limite (ou seja, o ajuste entre a independência individual e o controle social) deste poder. Tudo que faz a existência ser valiosa para um indivíduo depende da aplicação de limites sobre a ação de outras pessoas. Para isto, algumas regras de conduta devem ser impostas - pela lei, em primeiro lugar; por opinião, nos casos que em que a lei não pode alcançar (Mill, 2015, p. 8).

A liberdade não pode ser exercida de forma totalmente despreocupada em relação à sociedade e à vida de outros seres humanos. Logo, o único propósito pelo qual o poder pode ser legitimamente exercido sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada é com o intuito de prevenir danos aos demais indivíduos. A busca do seu próprio bem não é uma garantia suficiente para o exercício pleno da liberdade (Mill, 2015, p. 13).

Desta forma, para a corrente do liberalismo clássico representada por Mill, há uma limitação do conceito de liberdade: sou livre até o ponto em que não faço mal ao outro. O conceito de liberdade é articulado com o conceito de vida em sociedade, não podendo ser dissociado desta conforme a visão neoliberal e conforme a Teologia da Prosperidade.

A esfera apropriada de liberdade humana é somente aquela que concerne única e exclusivamente a este indivíduo; quando há uma ação que irá influenciar a vida e o comportamento alheio, a liberdade se chocará com outros princípios. Logo, o liberalismo

clássico não endossa a defesa irrestrita da liberdade, nem essa colocada como um fim em si mesmo.

Isto fica evidente quando Berlin (2014) expõe que:

‘Freedom’ is not a word denoting a human end but a term for the absence of obstacles, in particular obstacles which result from human action, to the fulfilment of whatever ends men might pursue. And the struggle for freedom, like the fight for justice, is a struggle not for a positive goal but for conditions in which positive goals can be fulfilled. (p. 209)

Mill (2015, pp. 7-8) faz um alerta em relação à defesa da liberdade por atores políticos que dizem representar ‘o povo’, dado que quem exerce o poder não é exatamente o mesmo grupo de pessoas às quais o poder se exerce enquanto força política. A vontade deste ‘povo’ significa a vontade da maioria (ou da parte mais ativa) da população. Consequentemente, o povo pode desejar oprimir uma parte dele mesmo.

Por fim, sobre a questão da coerção explícita que Berlin coloca como premissa fundamental da restrição à liberdade, Mill (2015, p. 14) afirma que uma pessoa pode causar o mal a outros indivíduos por suas ações e por suas inações, sendo em qualquer caso ser passível de responsabilização pelo dano que causou.

Será possível, desta forma, pensar na racionalidade neoliberal como um ataque à liberdade alheia, por meio da premissa de que não há sociedade, somente indivíduos? E esse ataque pode ocorrer ainda que não de forma explícita? É o que será examinado na seção a seguir, por meio da análise de textos de Hayek.

2.1.3 A Liberdade para o Neoliberalismo (Hayek)

Hayek (2011, pp. 57-60) afirma que o objetivo da *policy* da liberdade deverá ser o de minimizar a coerção ou os seus efeitos deletérios, dado que é impossível eliminá-la completamente. No sentido original hayekiano, a liberdade refere-se somente a relação de um indivíduo com outro, sendo a coerção humana a única infração possível à liberdade.

Logo, fica claro que o autor estabelece toda a linha argumentativa de seu discurso a partir da premissa da liberdade negativa. Para o autor, qualquer outro tipo de conceituação da liberdade – ou seja, a liberdade positiva – se confundiria com as experiências autoritárias do século XX, no mesmo sentido dado por Isaiah Berlin.

Hayek (2011) desenvolve a sua obra a partir do sentido de coerção, conforme fica explícito em “Our definition of liberty depends upon the meaning of the concept of

coercion, and it will not be precise until we have similarly defined that term” (p. 71). Assim, é preciso compreender o sentido de coerção para o teórico (Hayek, 2011):

By “coercion” we mean such control of the environment or circumstances of a person by another that, in order to avoid greater evil, he is forced to act not according to a coherent plan of his own but to serve the ends of another. (p. 71)

A coerção não pode ser totalmente evitada, dado que a única maneira de a prevenir é por meio da ameaça de violência estatal. Isto é um problema da sociedade livre, pois confere o monopólio coercitivo ao Estado, com o intuito de impedir a restrição à liberdade de um indivíduo por outras pessoas privadas (Hayek, 2011, pp. 71-72).

O teórico neoliberal se coloca contra o conceito positivo da liberdade, ao afirmar que a confusão mais perigosa que o termo liberdade possui é o uso deste para descrever a capacidade material de se fazer o que deseja, bem como o poder de satisfazer os próprios desejos ou de ampliar a área de escolhas de alternativas que se abrem para o indivíduo (Hayek, 2011, p. 65).

É importante assinalar que Hayek é um dos principais adversários ideológicos do *Welfare State* e das propostas de solidariedade coletiva patrocinadas pelo Estado. Isto é derivado da sua visão de que qualquer tentativa de planejamento visando a melhoria da condição social levaria inevitavelmente ao socialismo¹⁴, sendo uma medida autoritária de ação estatal.

Hayek não propõe a ação estatal zero; e, sim, a mínima e a mais inócua coerção possível, que deve ser limitada por meio de regras genéricas. A coerção de acordo com regras conhecidas se torna um instrumento que auxilia os indivíduos na busca de seus próprios fins, não podendo ser encarada de modo algum como uma ferramenta para os fins de outras pessoas (Hayek, 2011, p. 72).

A obra hayekiana, desta forma, parece não divergir da defesa clássica feita por Berlin sobre a liberdade negativa. Entretanto, é importante compreender como Hayek promove a perversão da defesa da liberdade ao afirmar que a coerção pode ser evitada se existir um alto grau de conformidade voluntária dos indivíduos (Hayek, 2011, p. 123).

É a flexibilidade de regras voluntárias no campo da moral que torna possível a evolução gradual e o crescimento espontâneo da sociedade. Essa evolução só é possível quando as regras não forem coercitivas nem forem deliberadamente impostas, sendo seguidas por meio da aceitação voluntária dos indivíduos. Logo, segundo Hayek (2011):

¹⁴ A obra de Hayek em que ele melhor argumenta sobre esta possível deriva para o socialismo do *Welfare State* é *Road to Serfdom*, escrita em 1944.

It is this submission to undesigned rules and conventions whose significance and importance we largely do not understand, this reverence for the traditional, that the rationalistic type of mind finds so uncongenial, though it is indispensable for the working of a free society. (p. 124)

Hayek articula, no trecho anterior, a importância da convenção e das regras de costume para o pleno desenvolvimento da sociedade, por meio da conformidade voluntária; logo, é a partir desta abordagem que a importância do conservadorismo para Hayek se coloca de modo determinante para que a liberdade avance. E, em nossa sociedade, a melhor defensora das regras tradicionais de moralidade é a religião.

Desta forma, se articula o eixo do neoliberalismo e do neoconservadorismo para a instauração de uma racionalidade que promova a conformidade voluntária a certas tradições, que fazem a liberdade ser posta em primazia na sociabilidade. Porém, caso a sociedade não se ‘comporte’ voluntariamente às regras da tradição (ou seja, da moralidade), o que deve ser feito em prol do avanço dos indivíduos?

Instaura-se, assim, uma possibilidade de forte coerção estatal, conforme apontam Dardot et al. (2021), no projeto de promover uma agenda que, em última instância, se define por ‘coagir para libertar’. A busca pela liberdade traz o germe de sua própria destruição, podendo ser instrumentalizado por atores populistas que desejam promover alterações institucionais na sociedade.

É necessário aprofundar, para o propósito da investigação, as deficiências do conceito de liberdade, presentes tanto no ensaio seminal de Berlin quanto nas obras de Mill e de Hayek. Logo, compreender a distorção do conceito – e como a liberdade no ponto ótimo de escolha, conforme descrita no Capítulo 1, é ativada pelos agentes políticos, a retirar a liberdade de alguns vis-à-vis o aumento de liberdade de outros.

2.2 Críticas à defesa da Liberdade (Negativa)

2.2.1 A Liberdade Negativa como Indutora de Coerção

A primeira análise a ser feita sobre o uso do conceito de liberdade pelo pensamento liberal é relativa à distinção clássica entre a liberdade positiva e a liberdade negativa. De forma mais específica, deve-se indagar a existência de valoração intrínseca nas duas liberdades, que deriva para a premissa de que (somente) a liberdade positiva é a que leva a deterioração da democracia.

Harris (2016, p. 3) demonstra que o ‘fato histórico’ da perversão da liberdade positiva, ou seja, as experiências do totalitarismo nazismo e soviético, foi preponderante

para as percepções de Berlin. Assim, a análise feita pelo teórico é historicamente contingente, não valorando intrinsecamente a liberdade positiva como necessariamente deletéria para o bem-estar do indivíduo.

Na busca pela melhor compreensão desta valoração, Harris (2016, p. 6) desagrega as duas razões primárias fornecidas por Berlin para motivar a perversão da liberdade positiva: i. a tese da ‘transição manipulativa’ (*manipulative transition thesis*); ii. a tese da harmonia de valores (*harmony of values thesis*).

A tese da ‘transição manipulativa’, segundo Harris (2016), é derivada da distinção entre *higher* e *lower self* feita por Berlin, na qual a liberdade positiva autorizaria os cidadãos a serem oprimidos no caminho de se alcançar um ideal. Esta transição para o gozo da liberdade positiva violaria a injunção kantiana de tratar os seres humanos como um fim em si mesmo, não como meios para um fim distante.

Essa tese deve, entretanto, ser aplicada de forma semelhante à liberdade negativa; conforme Harris (2016), “If negative liberty is not perceived to be secure in a society, it can be invoked as a ‘remote ... ideal’ to be achieved – and governments can perpetrate significant oppression ‘in the name ... of’ this distant value” (p. 8).

Logo, quando se reivindica a liberdade negativa como um fim ideal e não como um meio para o desfrute de uma boa vida, a tese da transição manipulativa se faz presente, podendo derivar para o autoritarismo. A opressão estatal pode ser justificada paradoxalmente para que, em um futuro ideal, haja ausência de coerção.

Harris (2016, p. 11) pontua que alguns autores argumentaram que a coerção é sim utilizada pelos governos neoliberais para a aprovação das reformas – como a teoria da ‘doutrina do choque’, de Naomi Klein. Mesmo em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, a coerção policial é utilizada para reprimir protestos trabalhistas, por exemplo, em prol de ‘maior’ liberdade econômica. Logo, ‘coagir para libertar’.

A tese da harmonia de valores, por sua vez, estabelece que a liberdade positiva é frequentemente apresentada pelos governos como um sistema abrangente de ideias, que levaria a um estado social harmonioso. Esta ‘solução final’, que unifica todos os valores benéficos da sociabilidade, é falsa, levando ao uso de instrumentais equivocados de *policy* pelo Estado (Harris, 2016, p. 8).

Deve-se indagar, assim, se a liberdade negativa defendida pelos governos neoliberais também promove a tese de harmonia de valores; ou seja, se em um mundo em que haja somente a ausência de coerção de indivíduo para indivíduo, chega-se a um sistema social harmonioso, sem conflitos entre os indivíduos – ou entre as classes.

Retomando Harris (2016), tem-se que:

Overall, therefore, there is strong historical evidence that negative liberty is capable of being used to advance an idea that all values are in harmony. Conceptually, this is not surprising, given that negative liberty can be co-opted by proponents of neoclassical economics, who express considerable faith in economic laws as well as mathematical models. (p. 11)

As duas razões pelas quais a liberdade positiva é distorcida em direção a uma sociabilidade autoritária também se encontram, a partir do afirmado anteriormente, na liberdade negativa. Logo, não há qualidade intrínseca valorativa em nenhuma das duas liberdades, de modo a ser benéfica para a ampliação do bem-estar individual e social.

Esta é, desta forma, uma primeira distorção do conceito de liberdade realizada pelos autores liberais – e que aparece de modo mais marcante nas proposições de *policy* dos neoliberais. Colocar como objetivo somente a ausência de coerção estatal vis-à-vis a melhora de condições materiais dos indivíduos é um artifício retórico para que o Estado não atue na melhoria do bem-estar individual.

2.2.2 A Liberdade Neoliberal como Ameaça Democrática

A promoção da liberdade positiva pelo Estado não é a única coisa, entretanto, que os autores neoliberais criticam. É importante perceber que, na teoria neoliberal, a liberdade – em seu sentido estritamente político – pode derivar para a restrição da liberdade econômica, ou seja, da atuação ótima dos agentes econômicos.

A principal preocupação de Hayek não é com a liberdade do indivíduo considerada como um princípio *a priori*, mas com a estrutura geral de regras que tornam possível a definição da ordem liberal. Segundo Hayek (como citado em Gamble, 2013, pp. 353-354), a atuação dos indivíduos deve estar focada na moralidade abstrata representada pelas regras gerais da ordem de mercado.

Hayek (como citado em Gamble, 2013, pp. 355-356) estabelece que a liberdade política não é garantia da liberdade econômica. Frequentemente, essa liberdade leva à invasão da esfera econômica, pois permite que os governantes reivindiquem que estão agindo pelos interesses do povo soberano, quando estão de fato a ultrapassar e a invadir as proteções institucionais da esfera privada do mercado.

Assim, segundo Gamble (2013):

Democracy may in theory be better than authoritarian forms of rule, but in practice it can be worse, because it provides the cloak of popular legitimacy for setting

aside limits that, in Hayek's view, are essential if liberty is to be safeguarded. (p. 356)

Logo, pode-se apontar uma dissociação do conceito de liberdade com o conceito de democracia para os proponentes do neoliberalismo hayekiano, o que aproximaria essa vertente teórica daqueles que defendem o autoritarismo político. O neoliberalismo, assim, não coloca em destaque o primado do Estado de Direito na busca de uma sociedade mais liberal, dado que única liberdade que efetivamente importa é a econômica.

Brown (2019, p. 69) insiste também na articulação negativa feita por Hayek entre a liberdade e a democracia, a partir da condenação feita por ele da soberania popular. Hayek (como citado em Brown, 2019) afirma que a soberania popular ameaça à liberdade individual, ao permitir um governo sem limites e ao autorizar a supremacia do domínio que precisa ser limitado - 'o político'.

A soberania popular permite, para o teórico neoliberal, a desvinculação do poder legislativo dos limites de ação estatal e de justiça, bem como a libertação dos interesses e das práticas corruptas no governo. Para prevenir esse desastre, Hayek deseja impor limites radicais "ao político", acima de tudo separando a democracia liberal da soberania (Brown, 2019, p. 69).

Fica patente assim, tanto para Gamble (2013) quanto para Brown (2019), que a liberdade política – ou seja, o direito de participar de uma vida cidadã, seja mediante liberdade de expressão plena ou como um ator político capaz de votar e de ser votado – é posta em segundo plano por Hayek em prol da necessidade de se colocar em primazia a liberdade econômica.

Porém, conforme visto anteriormente, Hayek se apoia na tradição para o estabelecimento de certa conformidade (coerção) voluntária para que as regras de mercado sejam consolidadas na comunidade. Brown (2019, pp. 104-108) afirma assim que a contribuição inovadora de Hayek para a reformatação do tradicionalismo moral como liberdade é a expansão da “esfera pessoal protegida”.

A proteção e expansão da "esfera pessoal protegida" é o meio pelo qual a tradição e a liberdade repelem os seus inimigos – sejam eles o político e social, o racional e o planejado, o igualitário e o estatista. Aumentar o domínio em que a liberdade pessoal é considerada irrestrita permite que as crenças e costumes tradicionais legitimamente reivindiquem e de fato reocupem o espaço cívico e social em que a democracia governa.

O sonho de Hayek é instalar os mercados e a moralidade no local da democracia e da sociedade, a partir do princípio da liberdade da regulação estatal. A ferramenta mais

poderosa para substituir o governo democrático pelos mercados desregulados e pela moralidade tradicional é a liberdade desvinculada da sociedade e da democracia (Brown, 2019).

As reivindicações de liberdade têm sido centrais para a estratégia da direita religiosa para re-cristianizar a esfera pública desde a década de 1990, fazendo com que haja uma perfeita articulação entre o discurso neoliberal e o neoconservador. Quando ambos encontram o discurso populista de um ator político, há a potencialização da mensagem da liberdade como o eixo central de *policy*.

Assim, o paradoxo da liberdade neoliberal hayekiana é duplo: i. pela primazia da liberdade econômica em detrimento da liberdade política, acentuando um autoritarismo de suas propostas de *policy*; ii. por colocar a moralidade religiosa no seio da sociedade, como promotora de uma tradição que irá aumentar a liberdade.

Este aumento de liberdade de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos se dará em detrimento da liberdade alheia de grupos que não se conformarem voluntariamente à tradição da sociedade que se encontram, dado que esta privilegia apenas um modelo de sociabilidade – o modelo tradicional, baseado nos valores da moralidade religiosa.

2.3 A campanha de Pat Buchanan à Presidência dos EUA

A década de 1990 se iniciou com acontecimentos globais marcantes, como a queda do Muro de Berlim, a reunificação alemã, o fim da Guerra Fria e, posteriormente, a desintegração da União Soviética. Sob os auspícios do que então se denominou ‘Fim da História’, a política norte-americana encarou a sua primeira eleição presidencial, em 1992, com a certeza de que seria a potência mundial hegemônica, sem inimigos.

É neste contexto que se dá a candidatura nas primárias do Partido Republicano de Pat Buchanan¹⁵ à Presidência do país – candidatura que não obteve sucesso em termos eleitorais, mas que deixou marcas por seu discurso virulento. Para o propósito desta investigação, a candidatura de Buchanan será de fundamental importância por introduzir o conceito de guerra cultural, que será vista em nosso estudo de caso.

A campanha de Buchanan recebeu o apoio de dois importantes neoconservadores norte-americanos, Murray Rothbard e Lew Rockwell. Segundo Cooper (2021, p. 8), os dois teóricos colocaram o seu peso na campanha, esperando que ele iria adiante nos seus

¹⁵ Patrick Buchanan é um jornalista e político conservador norte-americano, que teve assento em três administrações presidenciais norte-americanas - Nixon, Gerald Ford e Ronald Reagan (Britannica, n.d.).

sonhos entre uma nova aliança entre o libertarianismo e o paleoconservadorismo¹⁶. Rockwell se referiu a essa fusão de movimentos como “paleolibertarianismo”.

Para que essa fusão pudesse lograr sucesso, é necessário compreender a utilização do fenômeno da guerra cultural. A origem do termo remete ao *Kulturkampf*, na Alemanha, em fins do século XIX, “quando, em meio ao processo de separação entre Igreja e Estado, católicos e protestantes travaram uma querela sobre a orientação religiosa da educação pública” (Freitas, 2017, p. 8). O caráter moral da nação estava em disputa.

Segundo Bell (1992, p. 80), no início da década de 1990 ocorreram as "guerras culturais" nos EUA, compreendidas como uma intensa disputa entre - e dentro - dos enclaves intelectuais, com a esfera pública sendo atingida pelo debate sobre uso da linguagem do ‘politicamente correto’.

Bell (1992, p. 84) aponta que houve uma mudança do direcionamento do estudo acadêmico progressista - com o declínio do interesse na classe, com o foco a se alterar para as discussões sobre gênero e sobre raça como o foco crucial de poder na sociedade. Assim, o novo campo de batalha política se desenvolveu em torno destes assuntos.

No país, a raiz da divergência estava nas concepções opostas de autoridade moral. Segundo Hunter (como citado em Freitas, 2017, p. 8), “Conservadores se pautam pelo que tomam como uma autoridade moral transcendente, seguindo um conjunto de valores herdados das tradições sociais ou dos dogmas religiosos. (...) para os progressistas, a autoridade moral ‘tende a ser definida por um espírito de racionalismo e subjetividade”.

Assim, para melhor compreender o que Pat Buchanan defendeu à época, bem como o que o seu discurso de guerra cultural pode interessar para o propósito da investigação enquanto articulador do eixo neoliberalismo – neoconservadorismo com um toque populista de direita, é importante abordar o seu discurso¹⁷ durante a Convenção do Partido Republicano, em agosto de 1992.

2.3.1 O Discurso de Pat Buchanan na Convenção Republicana

No início do discurso, Buchanan (1992) assinalou a consolidação da mudança ideológica que ocorria no liberalismo em seu país: “No way, my friends. The American

¹⁶ Houve uma segregação do movimento neoconservador norte-americano na década de 1980, que originou o paleoconservadorismo. Reunidos em torno da revista *Chronicles*, os (que se assim denominavam) paleoconservadores se viam como defensores de uma direita mais antiga e autêntica (do nacionalismo protecionista do Partido Republicano do século 19 ou com a nostalgia anterior à guerra dos democratas do sul). Para o propósito da investigação, essa divisão não é de marcante importância (Cooper, 2021, p. 8).

¹⁷ O discurso pode ser assistido na íntegra em: https://www.youtube.com/watch?v=2olwuAy3_og

people are not going to go back into the discredited liberalism of the 1960s and the failed liberalism of the 1970s”. Registra, assim, que o tempo do intervencionismo keynesiano tinha chegado definitivamente ao fim, com o ideário neoliberal a estar em seu auge.

Buchanan (1992), a seguir, contextualiza o seu discurso com a vitória dos EUA na Guerra Fria, bem como com a libertação da tirania comunista: “And Ronald Reagan won the Cold War. (...) Under President George Bush, more human beings escaped from the prison house of tyranny to freedom than in any other four-year period in history”. Este é o primeiro trecho no discurso que ele se refere explicitamente à palavra *freedom*.

O discurso se dirige, posteriormente, contra o candidato do Partido Democrata nas eleições presidenciais de 1992, Bill Clinton. É a partir deste momento que o conceito de guerra cultural começa a ser delineado. Assim, conforme Buchanan (1992): “George Bush is a defender of right-to-life, and a champion of the Judeo-Christian values and beliefs upon which America was founded. Mr. Clinton, however, has a different agenda.”

Essa passagem pode ser vista sob um prisma populista: ao afirmar que Clinton tinha uma agenda diferente em relação aos valores e crenças aos quais se baseiam os Estados Unidos, Buchanan explicita que a campanha adversária é contrária ao ‘povo’ que ele se dirige no discurso, a dar um contorno autoritário em sua mensagem.

Qual é a agenda defendida pelo candidato de oposição, então? Buchanan (1992) explicita que:

The agenda that Clinton & Clinton would impose on America – abortion on demand, a litmus test for the Supreme Court, homosexual rights, discrimination against religious schools, women in combat units – that’s change, all right. But it is not the kind of change America needs. It is not the kind of change America wants. And it is not the kind of change we can abide in a nation that we still call God’s country.

A agenda a qual o Partido Republicano deverá se opor, contrária a um país fundado sob as premissas de Deus, é aquela que defende o aborto, o direito dos homossexuais, a discriminação contra as escolas religiosas e a presença feminina no Exército e em outros locais de poder.

O candidato deixa claro a nova filosofia que deseja assumir: “My fellow Americans, this campaign is about philosophy. (...) The central organizing principle of this republic is freedom. (...) My friends, this election is about more than who gets what. It is about who we are” (Buchanan, 1992).

O eixo de seu discurso começa a ser delineado a partir do conceito de guerra cultural, que estava em efervescência no campo de batalha ideológico no início da década de 1990. Segundo Buchanan (1992):

There is a religious war going on in this country. It is a cultural war, as critical to the kind of nation we shall be as was the Cold War itself, for this war is for the soul of America. And in that struggle for the soul of America, Clinton & Clinton are on the other side, and George Bush is on our side.

A guerra cultural, nesta análise, é derivada da guerra religiosa – que se orienta, por sua vez, a partir da presença do neoconservadorismo e dos valores da moralidade religiosa que o define. Essas disputas precisam continuar a ser travadas pelo Partido Republicano, que tem no neoliberalismo reaganista dos anos 1980 a sua estratégia de ação.

Ao se dirigir para o fim de seu discurso, o candidato enaltece o povo detentor dos valores que definem a alma norte-americana, de caráter nitidamente conservador. Assim, segundo Buchanan (1992):

My friends, these people are our people. They don't read Adam Smith or Edmund Burke, but they come from the same schoolyards and the same playgrounds and towns as we come from. They share our beliefs and convictions, our hopes and our dreams. They are the conservatives of the heart.

Observa-se a presença dos termos 'povo', 'crenças', 'convicções' e 'sonhos'. Buchanan finaliza o discurso, desta forma, a estabelecer que a guerra cultural norteia de forma precípua a campanha, que não se definirá mais pela oposição capitalismo vs. comunismo ou direita vs. esquerda; e, sim, em torno dos valores morais da sociedade norte-americana.

Conclui-se, então, a análise da presença da articulação que irá guiar o estudo de caso desta investigação, presente no discurso de Buchanan (1992): o eixo populismo – neoliberalismo – neoconservadorismo. A guerra cultural é a liga que faltava, em um discurso que coloca de modo distorcido a liberdade como o princípio organizador do modelo de sociedade a ser perseguido.

A mensagem de Buchanan, conforme afirmado anteriormente, não teve sucesso em termos eleitorais. Ainda assim, ele deixou a sua marca na proposição de ideias que iriam direcionar o discurso de atores políticos que se baseiam na articulação mencionada para chegar ao poder.

2.4 Conclusão

Para o propósito desta investigação, é necessário que o leitor compreenda de modo determinante quatro eixos centrais de análise teórica do discurso sobre a liberdade – e a distorção praticada por autores liberais e neoliberais:

i. **a liberdade clássica de Berlin:** é estabelecida de acordo com a distinção entre a liberdade negativa (aquela relativa à ausência de coerção de um indivíduo sobre outro) e a liberdade positiva (a presença de condições materiais para que um indivíduo seja sujeito de sua vida, não mero objeto);

ii. **a liberdade neoliberal de Hayek:** deve ser pensada estritamente em termos econômicos, sendo dissociada da expressão de liberdade política dos indivíduos. Hayek estabelece que é a conformidade voluntária dos cidadãos às tradições o que fará com que a coerção seja minimizada, a articular o pensamento neoliberal com o neoconservador;

iii. **a distorção da liberdade:** se dá pela defesa absoluta da liberdade negativa vis-à-vis a positiva, a retirar o poder de ação estatal na melhoria de condições de bem-estar dos indivíduos; e, fundamentalmente, na valorização de regras morais para a defesa da liberdade. ‘Coagir para libertar’ torna-se o mote da distorção.

iv. **guerras culturais:** o discurso de Pat Buchanan na Convenção Nacional Republicana de 1992, nos EUA, deixa explícito o uso do conceito para a luta política, a ser travada sobre a moralidade da nação. Isto orientará a ação de agentes políticos que se baseiam no eixo populismo – neoliberalismo – neoconservadorismo.

A distorção do conceito de liberdade é fundamentalmente uma distorção na concretude da cidadania. Operar a sociabilidade em torno da primazia de valores morais de um grupo de cidadãos sobre outro, em torno de uma pretensa conformidade voluntária que não se efetivará na prática, destrói os laços democráticos. Segundo Lilla (2017):

Citizenship is a crucial weapon in the battle against Reaganite dogma because it brings home the fact that we are part of a legitimate common enterprise that *We, the people* have freely willed into being. That we are not elementary particles. (p. 994)

O capítulo, desta forma, se conclui com a seguinte questão: como se deu a ação discursiva de agentes políticos do nosso estudo de caso, a utilizar a gramática distorcida da liberdade a partir do populismo de direita com base neoliberal – neoconservadora? Isto é o que será investigado nos Capítulos 3 e 4.

Capítulo 3. Brasil, de 2010 a 2014 – a fermentação discursiva da liberdade às avessas

Os parlamentares dos países em desenvolvimento, em especial os da América Latina, consideram o futuro como o principal horizonte temporal de suas ações de *policy*, dado que o presente não representa níveis satisfatórios de bem-estar para os seus cidadãos. Nenhum local retrata melhor isto do que o Brasil, considerado por muitos o eterno país do futuro (Zweig, 2001).

Em algum momento, entretanto, o futuro precisa se tornar realidade concreta de satisfação para os indivíduos que moram nestas nações. No caso do Brasil, a percepção era de que o futuro havia chegado ao fim da década de 2000 (“Brazil takes off”, 2009). O país decolava - e nada parecia sustar este momento de desenvolvimento nacional.

O eldorado da potência sul-americana, entretanto, não entregou o futuro desejado. Em um país caracterizado pelas belas praias e pela natureza exuberante, o sonho de desenvolvimento esvaiu-se como os grãos de areia das praias nacionais em um dia de verão. A imagética, assim, passou a ser de um país atolado em suas próprias dificuldades (“In a quagmire”, 2015).

Os brasileiros constataram, durante a década de 2010, que nada é tão ruim que não possa piorar. Atravessados por um período de crise econômica, social e política durante a metade deste período, foram surpreendidos por um ano eleitoral em que o principal candidato nas eleições presidenciais foi considerado uma ameaça para a democracia do país (“Jair Bolsonaro, Latin”, 2018).

A caracterização do Brasil durante a década de 2010, desta forma, passou de país do futuro desenvolvido a país com um enorme passado trágico pela frente. Compreender esta temática será o Estudo de Caso desta investigação, a partir das premissas adotadas nos capítulos 1 e 2.

Esta investigação terá como objetivo principal compreender de que maneira os atores políticos brasileiros de direita, especificados na Introdução desta dissertação, utilizaram o discurso populista proferido no Congresso Nacional sobre a temática da liberdade para atingir os seus propósitos institucionais de alteração da dinâmica política e social interna.

A hipótese principal a ser testada é que o discurso populista de direita utiliza a defesa da liberdade, dando um novo significado para o conceito, para minar as bases da democracia liberal, ao excluir do 'povo' (demos) uma parcela significativa da população.

Isto é feito a partir da articulação entre a ideologia neoliberal e a ideologia neoconservadora.

Adicionalmente, será testada a hipótese de que a presença da crise econômica, ao diminuir a renda e o bem-estar dos cidadãos, favoreceu a ascensão do discurso populista de direita no país. Assim, será preciso observar como os componentes sociais e os econômicos se relacionaram durante os anos de estudo.

Esquemáticamente, o Estudo de Caso desta investigação testará duas hipóteses:

H₀: o populismo de direita do Brasil corrompeu o discurso sobre a liberdade, a partir da presença de elementos das ideologias neoliberal e neoconservadora;

H₁: o discurso populista de direita se fortaleceu no Brasil na presença da crise econômica.

Este Estudo de Caso tem, desta forma, o objetivo de fazer a Análise Crítica do Discurso dos três Parlamentares referenciados sobre a temática da liberdade, entre os anos de 2010 e 2018. Para isto, é importante contextualizar o momento em que o país vivenciava em seus principais indicadores. O país do futuro parecia estar a se tornar *de facto* o do presente desenvolvido.

Assim, este capítulo está estruturado da seguinte forma: primeiro é feita uma retrospectiva quanto aos contextos econômico, político e social desde o início do século até 2009, que corresponde aos dois mandatos do presidente Lula; depois, será apresentada a metodologia, o desenho de pesquisa e o método da amostra; por fim, será feita a Análise Crítica dos parlamentares selecionados, entre os anos de 2010 e 2014.

3.1 Brasil, o futuro ‘chegou’: 2003 a 2009

O contexto da situação econômica, social e política do Brasil durante a década de 2000, nesta seção, foi feito ao se usar o corte temporal de 2003, ano em que se inicia o mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, de caráter ideológico de centro-esquerda.

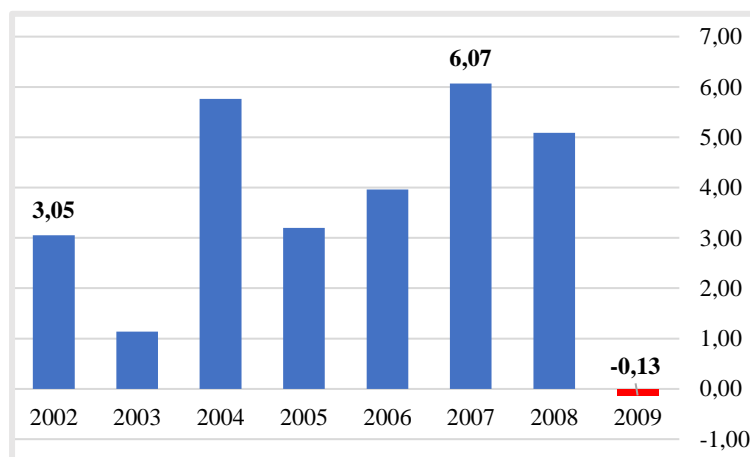
Dois marcos da história nacional se destacam nas décadas que antecedem o estudo: i. político: fim do regime ditatorial, com a promulgação de nova Constituição (1988) e a posterior eleição direta para a Presidência da República (1989); ii. econômico e social: fim da hiperinflação e a introdução de nova moeda – o Plano Real (1994).

O Brasil iniciou o século XXI, desta forma, com as conquistas de cidadania em vias de consolidação, a partir do marco das três cidadanias descritas no capítulo 1 (a civil,

a política e a social). É sob este contexto que devem ser analisados os indicadores apresentados a seguir.

3.1.1 Brasil, 2003 a 2009: Indicadores Econômicos e Sociais

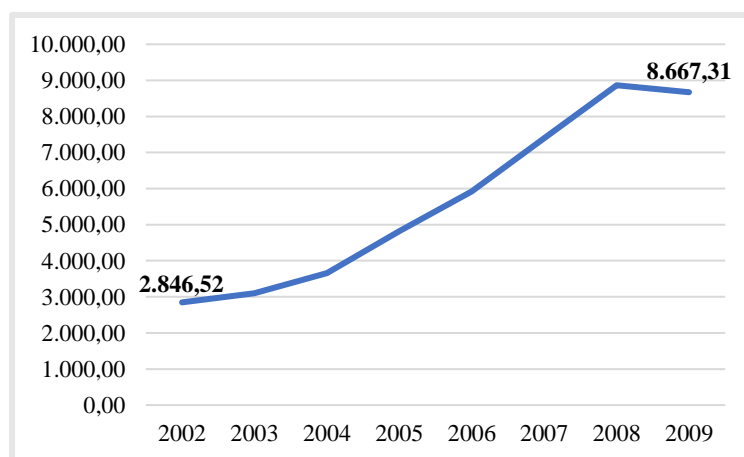
Figura 1. Produto Interno Bruto [PIB]
(Variação Real A/A, em %), de 2002 a 2009



Fonte: elaboração própria do autor, com dados do Banco Central do Brasil (n.d.).

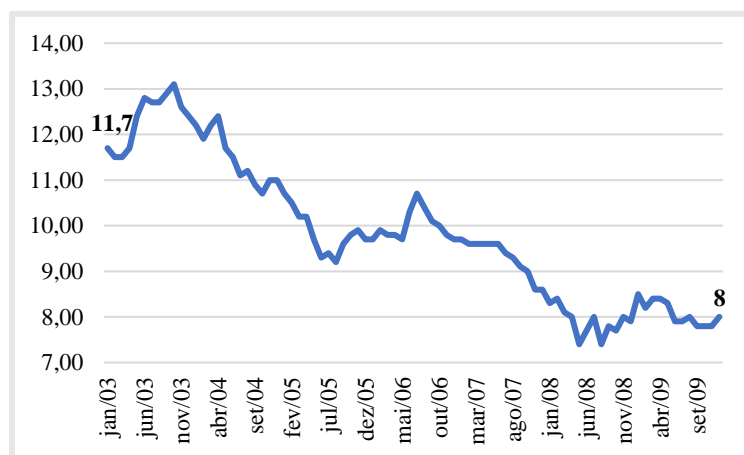
O Brasil experimentou, conforme demonstrado na Figura 1, anos de crescimento acelerado, que só foram interrompidos em 2009 devido à crise financeira global do *subprime*, nos Estados Unidos, que se espalhou pelo resto do mundo devido ao aperto das condições financeiras nos mercados mundiais.

Figura 2. PIB Per Capita
(em US\$ Correntes, ao ano), de 2002 a 2009



Fonte: elaboração própria do autor, com dados do Banco Central do Brasil (n.d.).

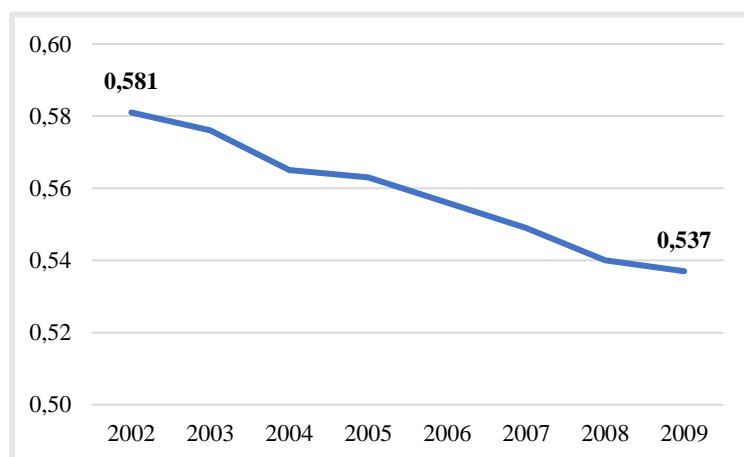
Figura 3. Taxa de Desemprego Mensal, nas Regiões Metropolitanas (em %, ao mês), de 2003 a 2009



Fonte: elaboração própria do autor, com dados do Banco Central do Brasil (n.d.).

Esse crescimento econômico foi acompanhado, conforme apresentado nas Figuras 2 e 3, por elevada melhora *per capita* de renda e pela queda na taxa de desemprego nas regiões mais dinâmicas do país. Os dados indicam, desta forma, que as condições para o desenvolvimento social estavam postas na realidade brasileira.

Figura 4. Índice de Gini¹⁸ (em pontos, ao ano), de 2002 a 2009



Fonte: elaboração própria do autor, com dados do World Bank (n.d.).

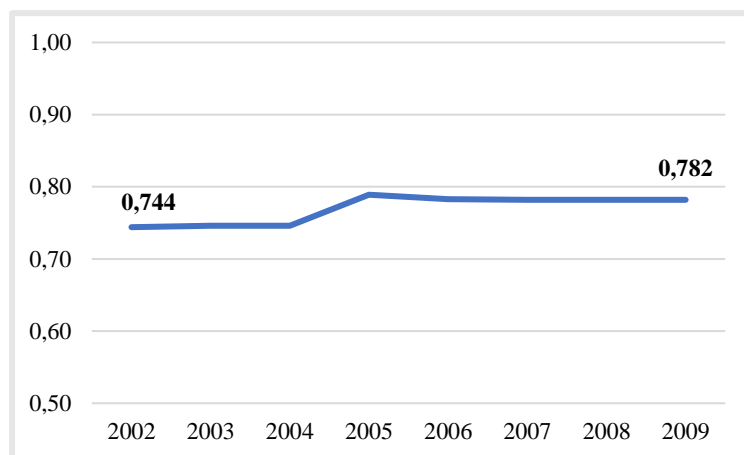
A melhoria é comprovada pela queda expressiva no Índice de Gini para o Brasil nos anos em análise, o que assinala um processo intenso de crescimento econômico com

¹⁸ O Índice de Gini “mede o grau de concentração de renda em determinado grupo social. Ele varia entre zero (igualdade perfeita) e um (desigualdade total). É uma medida de desigualdade desenvolvida pelo matemático italiano Corrado Gini, em 1912” (Prefeitura de Niterói, n.d.).

maior igualdade de renda. Cabe observar se este cenário se coaduna com os indicadores de consolidação política no país, o que será feito na próxima seção.

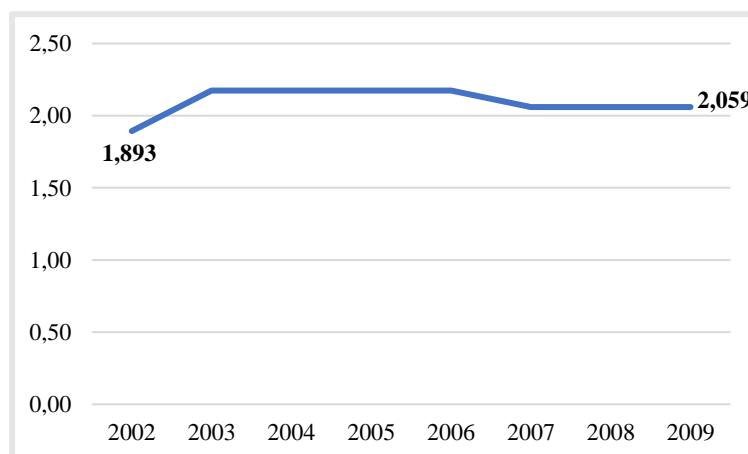
3.1.2 Brasil, 2003 a 2009: Indicadores Políticos

**Figura 5. Liberal Democracy Index¹⁹
(em pontos, ao ano), de 2002 a 2009**



Fonte: elaboração própria do autor, com dados de Coppedge et al. (2020).

**Figura 6. Polarização da Sociedade²⁰
(em pontos, ao ano), de 2002 a 2009**

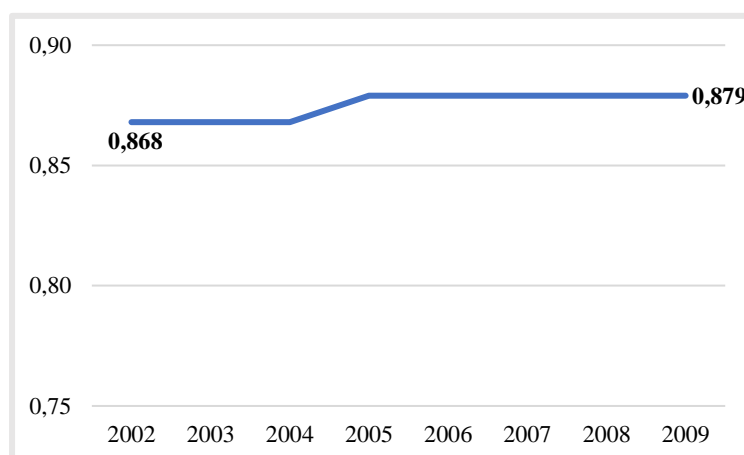


Fonte: elaboração própria do autor, com dados de Coppedge et al. (2020).

¹⁹ Variável: Liberal democracy index (D) (v2x_libdem), conforme Coppedge et al. (2020). Questão: "Em que medida o ideal de democracia liberal é alcançado?" Varia de 0 = baixo a 1 = alto.

²⁰ Variável: Polarization of Society, conforme Coppedge et al. (2020). Questão: "Como você caracterizaria as diferenças de opinião sobre as principais questões políticas desta sociedade?" Varia de 0 = séria polarização, 1 = polarização moderada, 2 = polarização média, 3 = polarização limitada a 4 = nenhuma polarização.

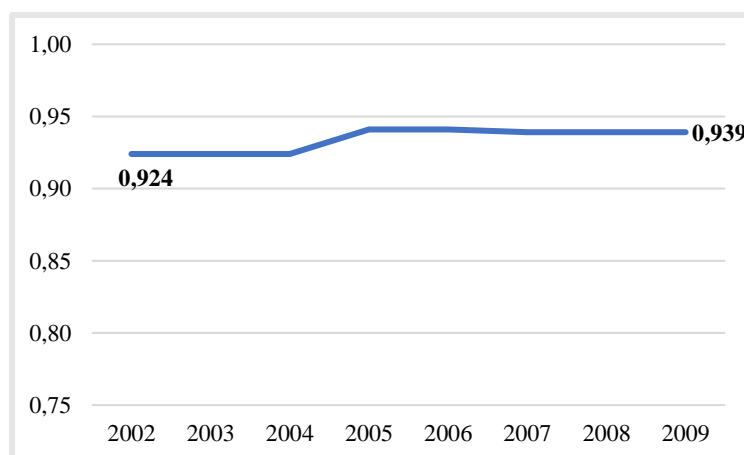
Figura 7. Igualdade Perante a Lei e Índice de Liberdade Individual²¹, de 2002 a 2009



Fonte: elaboração própria do autor, com dados de Coppedge et al. (2020).

Nos anos em análise, conforme as Figuras 4-6, a democracia brasileira se aproximou do ideal democrático, com a sociedade a diminuir o seu grau de polarização sobre as questões políticas mais fundamentais. Isso se deu em paralelo à melhora do quadro de liberdades civis, com aumento da igualdade perante a lei entre os cidadãos.

Figura 8. Índice de Liberdade de Expressão²² (em pontos, ao ano), de 2002 a 2009



Fonte: elaboração própria do autor, com dados de Coppedge et al. (2020).

²¹ Variável: Equality before the law and individual liberty index (D) (v2xcl_rol), conforme Coppedge et al. (2020). Questão: “Até que ponto as leis são transparentes e rigorosamente aplicadas e a administração pública é imparcial? E até que ponto os cidadãos desfrutam de acesso à justiça, de direitos de propriedade assegurados, de liberdade relativa ao trabalho forçado, de liberdade de movimento, de direitos de integridade física e de liberdade de religião?” Varia de 0 = baixo a 1 = alto.

²² Variável: Freedom of expression index (D) (v2x_freexp), conforme Coppedge et al. (2020). Questão: “Até que ponto o governo respeita a liberdade de imprensa e de mídia, a liberdade das pessoas comuns para discutir assuntos políticos em casa e na esfera pública, bem como a liberdade de expressão acadêmica e cultural?” Varia de 0 = baixo a 1 = alto.

A principal expressão moderna de cidadania, a liberdade de expressão, encontrava-se em patamar alto no final de 2009, tendo evoluído positivamente na década. Isto corrobora a percepção de que o governo brasileiro de centro-esquerda tinha o respeito às liberdades como parâmetro de sua atuação política.

Torna-se patente que, ao fim de 2009, a sociedade brasileira encontrava-se em evolução de seu processo histórico de consolidação democrática, com melhora consistente nos indicadores econômicos, sociais e políticos. Esta contextualização é importante para situar o discurso dos atores políticos a serem observados no Estudo de Caso, visando apontar a adequação de seu discurso à situação *de facto* desta sociedade.

3.2 O Estudo de Caso

3.2.1 A Metodologia: A Análise Crítica do Discurso

O Estudo de Caso desta investigação irá usar, conforme descrito anteriormente, a Análise Crítica do Discurso (denominada doravante por ACD) como instrumental metodológico. Esta metodologia se vale das premissas delineadas por Fairclough (2003) e por van Dijk (2000), bem como a utilização destas em Cullen (2017).

O discurso, segundo Fairclough (2003, p. 133), consiste nas diversas maneiras de representar os aspectos do mundo – os processos, as relações e as estruturas do mundo material, o ‘mundo mental’ dos pensamentos, dos sentimentos e das crenças e, por fim, o mundo social. É por meio do discurso que os agentes políticos atuam na representação de seus *constituents*, a expressar os seus valores e as suas crenças.

Os estudos de alteração da ordem institucional se utilizam da ACD pois, conforme Fairclough (2003, p. 133), os discursos não apenas representam o mundo como ele é (ou melhor, como ele é visto); são também imaginários projetivos a representar mundos possíveis diversos do mundo real, vinculados aos projetos de mudança em determinadas direções.

Analisar as dimensões do discurso possibilita ao investigador compreender a formulação e a aplicação de diferentes significados para os conceitos-chave da representação política, visando a assentar ideologias diversas daquelas que predominam no *status quo* político-social.

A análise de discurso socialmente orientada irá se focar exclusivamente na construção social ou interativa feita pelos discursos. O conhecimento sobre os eventos é

então mapeado em significados expressos verbalmente, parcialmente restritos por possíveis significados de palavras e expressões, conforme van Dijk (2000, p. 205).

A ACD, assim, se diferencia de outras técnicas de análise discursiva pela aceitação de que a prática discursiva é compreendida como uma dimensão ou um momento de prática social em relação dialética com outros momentos desta prática (Jørgensen & Phillips, 2002 como citado em Cullen, 2017, p. 14).

Existe, segundo a premissa desta investigação, uma interpenetração do discurso na materialidade da construção social. O foco da ACD é mais no efeito social que o discurso provoca do que na análise linguística deste *per se*, ainda que as relações observadas não sejam de causalidade automática nem regular (Fairclough, 2003, p. 8).

Fairclough (2003, p. 14) pontua que há a premissa de que a linguagem é uma parte irredutível da vida social, dialeticamente interligada com outros elementos desta vida, de modo que a análise e a pesquisa social devem sempre levar em conta a linguagem. A metodologia escolhida se adequa, desta forma, com o campo de estudos do Institucionalismo Discursivo, presente na ciência política.

A ACD se valerá da aplicação do Modelo de Três Dimensões de Análise proposto por Fairclough (1992, como descrito em Cullen, 2017, p. 16), em que se destacam: i. a dimensão textual; ii. a dimensão discursiva; iii. a dimensão social. É a partir da articulação destas três dimensões que o discurso produz os seus efeitos na sociedade.

As relações semânticas internas ao texto serão objeto da dimensão textual; ou seja, as relações entre as palavras e as expressões longas, bem como entre os elementos da oração. A semântica é um campo rico de 'trabalho' no campo ideológico; virtualmente todas as estruturas de significado são capazes de 'significar' posições sociais, perspectivas de grupos e interesses na descrição de eventos, pessoas e grupos (van Dijk, 2000, p. 207).

Na compreensão das relações semânticas, ressalta-se o conceito de: i. equivalência (construção de relações aditivas e elaborativas); ii. diferença (construção de relações de contraste mediante o uso de conjunções 'mas', 'ao invés de' e de advérbios como 'entretanto'), conforme Fairclough (2003, p. 88).

O objetivo será, nesta investigação, compreender que elementos de equivalência e de diferença foram construídos ao redor do conceito liberdade, visando analisar se buscam enfatizar a liberdade positiva ou a negativa; e se estes articulam características do ideário neoconservador e do neoliberal.

A dimensão discursiva é aquela em o discurso do ator político se insere na construção de interpretação dos eventos que o cerca. O objetivo disto é, conforme descrito

anteriormente, produzir novas leituras para a representação política, a alterar os rumos da ideologia vigente da sociedade. É importante descrever, desta forma, os eventos que enquadram os discursos analisados.

A dimensão social, por sua vez, pode ser compreendida como o vetor resultante das duas anteriores. Tem como finalidade analisar se as novas semânticas, empregadas nos eventos em curso, alteraram as dinâmicas sociais. Para isto, serão analisados os indicadores sociais, econômicos e políticos dos anos em estudo.

Por fim, é importante compreender que a metodologia da ACD escolhida é qualitativa, *labour-intensive*, sendo aplicada melhor à amostra de material de pesquisa do que a grandes quantidades de texto. Haverá seletividade na escolha do material a ser analisado pelo investigador, de acordo com os parâmetros delineados na próxima subseção.

Esta investigação não almeja esgotar todas as possibilidades que o material analisado oferece, pois o escopo da dissertação possui limitações materiais de pesquisa. É importante mencionar que, segundo Fairclough (2003), “we should not assume that the reality of texts is exhausted by our knowledge about texts. One consequence is (...) no such thing as a complete and definitive analysis of a text” (p. 14).

3.2.2 Desenho de Pesquisa e Método de Amostra

O Estudo de Caso utilizou fontes primárias dos ‘Discursos e Notas Taquigráficas dos Discursos Proferidos em Plenário’ emitidos pelos Parlamentares selecionados, a partir da seguinte restrição: “liberdade”, “liberdades”, “livre”, “livres”, “livremente”, “liberto”, “libertos”, que são os termos correlatos à liberdade, presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948).

A partir desta variável de restrição, a busca retornou um número aproximadamente relevante (para cada ano, são em média dez discursos por parlamentar); o investigador optou, posteriormente, por selecionar um discurso por ano de cada parlamentar, de modo a fazer uma análise mais detalhada das dimensões descritas anteriormente²³.

A escolha de qual discurso será analisado por ano considerou as variáveis da ideologia populista descritas no capítulo 1 - de modo mais notável, a concepção moralista

²³ No Anexo desta Dissertação, serão colocados na íntegra todos os discursos que serão examinados nos Capítulos 3 e 4, dado que a investigação examinará somente trechos destes pronunciamentos.

e homogênea do povo e a disputa política em termos maniqueístas. O objetivo, assim, foi escolher discursos em que elementos do populismo estivessem identificáveis.

Para a investigação se adequar às hipóteses da pesquisa, será de fundamental valia a resposta das seguintes perguntas:

H₀: o populismo de direita do Brasil corrompeu o discurso sobre a liberdade, a partir da presença de elementos da ideologia neoliberal e da neoconservadora.

Pergunta 1: quais foram as dimensões de liberdade que os atores políticos brasileiros da direita se referiram em seus discursos populistas ao longo dos anos em estudo? Esta pergunta se insere campo de análise da dimensão textual.

Pergunta 2: Os grupos sociais aos quais o discurso populista de direita brasileiro destinou a sua mensagem na arena política são pertencentes, no Brasil, ao campo ideológico neoliberal ou neoconservador? Esta pergunta se insere no campo de análise da dimensão discursiva.

H₁: o discurso populista de direita se fortaleceu no Brasil na presença da crise econômica.

Pergunta 3: de que forma os principais acontecimentos sociais e econômicos ocorridos no Brasil a partir de 2003 propiciaram o surgimento do discurso populista de direita no país? Esta pergunta se insere no campo de análise da dimensão social.

A partir das respostas às perguntas 1, 2 e 3 será possível testar as hipóteses 0 e 1, buscando compreender de que maneira os atores políticos de direita, situados no Brasil de 2010 a 2018, utilizaram o discurso populista sobre a temática da liberdade para atingir os seus propósitos institucionais de alteração da dinâmica política e social interna.

3.2.3 Análise Crítica do Discurso de Jair Bolsonaro, de 2010 a 2014

O primeiro discurso de Jair Bolsonaro a ser analisado é o de 31/03/2010, concernente ao aniversário do Golpe de 31 de março de 1964, que implantou a Ditadura Militar no Brasil. O enquadramento de sua fala possibilitará compreender a interpretação do parlamentar sobre o período em que houve graves violações da liberdade individual.

No trecho 1 deste discurso, Bolsonaro (2010) afirma que:

Assim o Brasil deu início a 20 anos de glória, período em que o povo gozou de plena **liberdade** e de direitos humanos. Naquela época, o marginal era tratado como marginal. Hoje, ele tem direitos humanos, tem auxílio-reclusão e vota. É o absurdo dos absurdos! [grifo nosso]

No trecho, a relação semântica temporal (*naquela época, hoje*) é utilizada para construir a diferença do “povo” com a “plena liberdade” e com os “direitos humanos”. Desta forma, ele indica que “o povo” a qual se refere é aquele que não sofreu nenhuma violação de direitos durante o período ditatorial.

No trecho 2 deste discurso, Bolsonaro (2010) afirma que: “Muito importante também, Sr. Presidente, foram as realizações dos militares em 20 anos de **liberdade**. Lançamos o lema Brasil: ame-o ou deixe-o. Todos tinham **liberdade** para sair do País, para ir e vir. O criminoso, repito, era tratado como criminoso” [grifo nosso].

No trecho, há associação da ditadura militar com a liberdade por meio da equivalência entre “realizações dos militares” e “20 anos de liberdade”. Destaca-se, adicionalmente, o uso maniqueísta do “ame-o ou deixe-o”, o que indica que a liberdade a ser gozada pelos cidadãos só poderá existir caso haja condicionalidade sentimental por parte dos indivíduos em relação à pátria.

No campo da dimensão discursiva, Bolsonaro interpreta positivamente a ditadura militar ocorrida no Brasil. Assim, se dirige aos grupos conservadores que deram sustentação social ao regime, em especial aos membros das Forças Armadas. O parlamentar atualiza o seu discurso para a atualidade por meio da noção de lei e de ordem, o que remete ao neoconservadorismo reaganista dos anos 1980 (Cook, 2015).

O segundo discurso de Jair Bolsonaro a ser analisado é o de 09/02/2011, concernente à eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, cargo que concorreu à época como parlamentar. Em um longo pronunciamento, ele pontuou sobre a defesa do orçamento impositivo, sobre questões tributárias e sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade.

No trecho 1 deste discurso, Bolsonaro (2011) afirma que:

Graças a Deus, sempre tive independência, meu partido nunca me cobrou nada em questão nenhuma aqui dentro. Gozo de total **liberdade** lá, não somente eu, mas também todos os Parlamentares. Antecipo meu voto contrário à criação da CPMF, porque este Governo arrecada muito hoje em dia, levando-se em conta o que os cinco Presidentes militares fizeram, de 1964 a 1986, mas não se compara, em obras, o que os militares fizeram com o que acontece atualmente. [grifo nosso]

No trecho, nota-se a equivalência semântica (*mas também*) da liberdade que Bolsonaro e outros parlamentares gozam em relação à orientação partidária. O uso da mensagem populista, nesta passagem, pode ser compreendido pelo desprezo em relação às instituições partidárias, o que enfraquece a representação democrática existente, bem como reforça o posicionamento do ator como um *outsider* em relação ao cenário político.

No trecho 2 do discurso, Bolsonaro (2011) afirma que:

Esse é um caso em que os jovens Parlamentares, em especial, têm de pensar: quem quiser ter **liberdade** e ver suas propostas aprovadas ou pelo menos votadas nesta Casa deve ter independência do Poder Executivo. Acredito que o Judiciário não tem independência. [grifo nosso]

No trecho, destaca-se a equivalência semântica (*deve ter*) da liberdade legislativa em relação ao Poder Executivo, ao mesmo tempo em que há diferença semântica (*não tem*) da liberdade de atuação do Poder Judiciário. Bolsonaro, desta forma, pontua que os eventos institucionais devem ser interpretados de modo diverso de acordo com a independência de ação de cada Poder em relação ao governo federal.

No campo da dimensão discursiva, o discurso de Bolsonaro (2011) é direcionado aos membros parlamentares da Câmara Federal, cuja liberdade é medida pelo grau em que se dissociam das ações do governo federal. Infere-se, desta forma, que os membros da base parlamentar governista não possuem a liberdade adequada em suas atividades.

O terceiro discurso de Jair Bolsonaro a ser analisado é o de 17/04/2012, relativo ao repúdio à proposta de reforma do Código Penal de autoria de comissão de juristas composta no Senado Federal. O discurso é carregado de temáticas pertinentes às guerras culturais, notadamente sobre as questões morais.

No trecho deste discurso, Bolsonaro (2012) afirma que:

O Governo está se armando do Código Penal para punir quem bem entender. Se tiver carteirinha de filiação do PT, vai ficar **livre** dessas punições. Lá também foi discutida a legalização de prostíbulos. E o Governo não quer desgastar-se como se desgastou com o kit gay [grifo nosso]

No trecho, nota-se a equivalência semântica (*se tiver...vai ficar*) entre a filiação partidária ao governo de centro-esquerda e a liberdade no cometimento de infrações penais. Articula também semanticamente (*lá também*) a deturpação da liberdade com a legalização de prostíbulos e com a adoção do kit gay²⁴.

Bolsonaro acena aos seus *constituents* neoconservadores no campo da dimensão discursiva, ao interpretar dois eventos que não se comunicam – a reforma do Código Penal e os projetos educativos de combate à homofobia – como se fizessem parte de um ataque às liberdades individuais do povo brasileiro.

²⁴ O kit gay é um tema de particular relevância para a pauta moral que se articulará no Brasil na década de 2010, tendo sido empregado discursivamente durante a campanha presidencial de 2018 pelo candidato Jair Bolsonaro. É uma referência (distorcida) ao programa ‘Escola sem Homofobia’, do Ministério da Educação, que tinha o objetivo de formular e implementar *policies* que enfocassem a questão da homofobia nas escolas (Berni & Guerra, 2019).

O quarto discurso de Jair Bolsonaro a ser analisado é o de 10/07/2013, pertinente às diferenças entre as gestões dos governos militares e civis. O discurso é proferido logo após as Revoltas de Junho de 2013²⁵, que se destacaram pela multiplicidade de pautas e pela forte repressão policial que se seguiu após a atuação dos *black blocs* (Stochero & Passarinho, 2014).

No trecho deste discurso, Bolsonaro (2013) afirma que:

Sobre os movimentos de rua, de junho agora, Sr. Presidente, e os dos anos de 1968/1970, naquela época em que os militares eram Presidente da República, o povo ia às ruas e não pedia "abaixo a corrupção", não pedia saúde de qualidade, não pedia educação de qualidade e não pedia segurança. Se eles estavam na rua, é porque tinham **liberdade**, senão, levariam pancada. Mas eles queriam votar, porque não se votava para presidente, nem para governador, nem para prefeitos de capitais. Hoje em dia - aquela massa manipulada por uma minoria que hoje está no Poder - vota-se para tudo. E não temos saúde, nem educação, nem segurança, e temos, de sobra, a corrupção. Então, olhem a diferença de um país administrado por pessoas probas, honestas e competentes. [grifo nosso]

No trecho, nota-se a equivalência semântica (*porque*) em: “tinham liberdade (...), porque não se votava para presidente”. Logo, o ator político implicitamente coloca a liberdade política em contraposição à liberdade negativa de se estar livre, na rua, a exercer direitos.

Destaca-se também a relação semântica da diferença (*não, nem*): “(...) vota-se para tudo. E não temos saúde, nem educação, nem segurança, e temos, de sobra, a corrupção.” O voto não se equivale, para Bolsonaro, à melhora nas condições de vida da população via proposição de *policies* de bem-estar social.

No campo da dimensão discursiva, o discurso reveste-se de importância por ocorrer em momento de revolta, a demandar maior participação popular. O ator político expressa que o direito de liberdade civil e política não significa melhora social, dado que é o valor moral (a ausência de corrupção) que fará a liberdade negativa ser desfrutada corretamente.

²⁵ As Revoltas de Junho de 2013 começaram após o aumento de R\$ 0,20 das passagens de ônibus em algumas capitais brasileiras. Os protestos se avolumaram após intensa repressão policial na cidade de São Paulo, a ganhar as principais cidades do país em um ineditismo de rostos e de cobranças díspares em contexto de realização de megaeventos no país (Copa do Mundo, em 2014, e Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016). Um dos principais vetores da manifestação foi a falta de identificação dos manifestantes com a representação política, expressa pelo grito “Não me representa”. Avritzer (2016) pontua que as Revoltas fizeram com que a direita brasileira ocupasse o protagonismo na mobilização das massas nacionais, o que era até então um papel de monopólio da esquerda.

O quinto discurso de Jair Bolsonaro a ser analisado é o de 30/04/2014, concernente à disposição do orador em ser candidato à Presidência da República por seu partido²⁶, bem como o seu posicionamento em um eventual segundo turno da disputa presidencial daquele ano. O ator deixa nítida a sua vontade de contribuir para as alterações institucionais na sociedade brasileira.

No trecho deste discurso, Bolsonaro (2014) afirma que:

Colaborando com o segundo turno, estaremos colaborando para que o Brasil continue democrático e não se aproxime cada vez mais, repetindo, de ideologias de esquerda, que nos farão, em curto prazo, perder o que nós temos de mais sagrado, que é a nossa **liberdade**. [grifo nosso]

No trecho, nota-se a diferença semântica (*não*) entre as ideologias de esquerda e o par democracia-liberdade. A passagem revela o caráter populista da mensagem deste ator político, ao colocar um caráter de bem contra o mal na disputa política, em termos acentuadamente maniqueístas.

Destaca-se a equivalência semântica (*que*) entre o sagrado e a liberdade. No campo da dimensão discursiva, isto pode ser compreendido como um aceno à base neoconservadora religiosa, ao interpretar os eventos políticos como pertencentes à gramática teológica da religião.

A análise dos discursos de Jair Bolsonaro entre 2010 e 2014 permite a investigação afirmar que a dimensão da liberdade a qual ele se refere (pergunta 1) é a da liberdade negativa. Esta dissocia-se, em seu discurso, do ato de liberdade política. O voto é esvaziado de sentido na construção do *Welfare State* e de melhorias para o corpo coletivo cidadão.

A interpretação dos eventos ocorridos entre 2010 e 2014 por Jair Bolsonaro permite a investigação afirmar que o seu discurso se dirige aos neoconservadores (pergunta 2), a partir de três eixos: i. lei e ordem; ii. moralidade pública; iii. religiosidade. Deve-se considerar que o eixo i faz parte da caracterização precípua da “Bancada da Segurança Pública”.

Bolsonaro reveste a sua liberdade enquanto ator político como divergente do apoio ao governo federal de centro-esquerda. Esta é a mensagem que deseja passar aos seus *constituents*: a liberdade não é aquela proferida nas ações de *policy* realizadas pela

²⁶ Jair Bolsonaro não concorreu à eleição presidencial em 2014. O PP (Partido Progressista) integrou a coligação da candidatura de Dilma Rousseff (PT) - Michel Temer (PMDB) à reeleição presidencial, em uma decisão que foi criticada por muitos membros partidários (Néri, 2014).

Presidência da República do Brasil no cumprimento do mandamento constitucional. É necessária, desta forma, institucionalidade diversa para atingir a verdadeira liberdade.

3.2.4 Análise Crítica do Discurso de Marco Feliciano, de 2011 a 2014

O primeiro²⁷ discurso de Marco Feliciano a ser analisado é o de 12/04/2011, pertinente à apresentação de projeto de lei sobre a obrigatoriedade da inclusão do ensino religioso no currículo escolar, o que demonstra a importância do tema religioso na atuação deste parlamentar.

No trecho 1 deste discurso, Feliciano (2011) afirma que:

Agora, os Estados Unidos da América, que tiraram as Bíblias das escolas, abrindo lugar para armas pesadas, provocando uma onda de terror jamais vista em suas escolas públicas, bem como o uso desenfreado de drogas, por não conseguiram ensinar a seus filhos os conceitos sobre o certo e o errado, distribuem camisinhas, fazendo assim apologia ao sexo **livre** e irresponsável, bem como concedendo direitos às meninas de abortarem seus filhos. [grifo nosso]

No trecho, nota-se a equivalência semântica (elaboração pelo uso do *que* como pronome relativo) entre “retirar a Bíblia das escolas” e a não possibilidade de ensino aos filhos do conceito de certo e errado. O parlamentar faz uma defesa neoconservadora do ensino da religião nas escolas públicas, ao demonstrar que, onde isto não existe, há a deturpação da moralidade pela apologia ao sexo e ao aborto.

No trecho 2 deste discurso, Feliciano (2011) menciona que:

É sabido que temos também de respeitar a fé e a crença de todas as pessoas, a **liberdade** de expressão e a **liberdade** de culto, previstas em lei, mas, se um projeto de lei ou uma emenda constitucional conseguem abranger o anseio de 98% dos indivíduos que compõem a Nação, por que ter dúvidas sobre o acerto de tal empreitada? [grifos nossos]

Neste trecho, o parlamentar promove a diferença semântica (*mas*) entre o respeito à liberdade de expressão e a aprovação da referida lei, a partir de uma suposta premissa de aprovação unânime da lei por uma maioria moral da sociedade. A liberdade expressa na Constituição, desta forma, entra em desacordo com a percepção de que a maioria cristã deseja a aprovação de determinada legislação.

No campo da dimensão discursiva, o ator interpreta a aprovação de uma determinada legislação por um anseio popular que faz a equivalência entre o povo

²⁷ Marco Feliciano não tinha mandato parlamentar no ano de 2010; desta forma, a ACD iniciar-se-á no ano de 2011.

(brasileiro) e a parcela cristã da sociedade. Isto equivale a premissa populista de escolher parcela do *demos* como representativa da vontade geral a ser expressa politicamente.

O segundo discurso de Marco Feliciano a ser analisado é o de 09/10/2012, relativo à exortação ao povo cristão para engajamento na luta contra o movimento gay, contra a união afetiva de pessoas do mesmo sexo e contra o aborto. Insere-se, desta forma, na pauta das guerras culturais, conforme explicitado anteriormente.

No trecho deste discurso, Feliciano (2012) afirma que:

No Brasil, tenta-se de todas as maneiras encontrar subterfúgios para autorizar o aborto, formalizando interesses escusos em nome de uma falsa **liberdade**. São teses que tentam justificar o injustificável, pois a Lei de Deus é só uma, e vale para todos. Deus ama a todos, mas abomina o pecado. Ao contemplar uma sociedade insólita, que passa por profundas transformações éticas, morais, estruturais e espirituais, quero declarar minha convicção absoluta de que somente Cristo pode restaurar o homem por completo. [grifo nosso]

No trecho, destaca-se a equivalência semântica (elaboração pelo uso do *em nome*) entre os “interesses escusos” em defesa do aborto e a “falsa liberdade”. Implicitamente, o ator político estabelece que a liberdade a ser defendida é aquela que controla os corpos femininos, invertendo desta forma a premissa da liberdade negativa.

No campo discursivo, o autor interpreta os eventos relativos à temática do aborto a partir da “Lei de Deus”. Fica claro que a promoção da liberdade que será adotada por ele será aquela que está nos textos cristãos, o que entra em conflito com a laicidade de Estado estabelecida na modernidade.

O terceiro discurso de Marco Feliciano a ser analisado é o de 12/06/2013, concernente às Revoltas de Junho. No pronunciamento, o ator político versa sobre o caráter político e desordeiro das manifestações, o que se aproxima da pauta da lei e da ordem defendida pelos neoconservadores.

No trecho deste discurso, Feliciano (2013) estabelece que:

A sociedade, através do Estado, deve agir com rigor na apuração da responsabilidade, porque está patente a motivação política dessa manifestação violenta, colocando em risco a vida de pessoas inocentes tolhidas no seu direito de ir e vir. "É bom que recordemos nesse momento o decálogo de Lênin, que entre seus mandamentos", (sic) que anexo, ensina maneiras de destruir a sociedade para depois tal qual lobos repartir o butim: 1. corrompa a juventude e dê-lhe **liberdade** sexual [grifo nosso]

No trecho, destaca-se a equivalência semântica (elaboração pelo uso de listas) entre a “destruição da sociedade” e a “promoção da vida sexual”. Em estratégia discursiva

semelhante ao trecho 1 de Feliciano (2011), o ator político iguala desordem social à liberdade sexual.

No campo discursivo, o autor interpreta a demanda por maior representação política e por melhoria da qualidade dos serviços públicos – e, conseqüentemente, por maior liberdade política e cidadania social – ao uso equivocado da liberdade positiva dos jovens, a condenar tal utilização pela ótica da moralidade cristã.

O quarto discurso de Marco Feliciano a ser analisado é o de 01/04/2014, concernente ao transcurso dos 50 anos da tomada do poder pelos militares no País e à importância dos ideais democráticos. Neste trecho, o ator se pauta pela observância dos estritos preceitos democráticos nacionais.

No trecho deste discurso, Feliciano (2014) estabelece que:

Com o fortalecimento dos movimentos populares e a abertura política reivindicada e após longo processo chamado de lento e gradual iniciou-se a distensão e as primeiras manifestações populares pela volta da irrestrita **liberdade** democrática (...) Hoje tenho a honra de pertencer a um Poder da República, o Legislativo, que compõe um tripé juntamente com o Executivo e Judiciário. Independentes, mas irmanados, somos responsáveis para manter sempre acesa essa chama dos ideais democráticos [grifo nosso]

No trecho, destaca-se a equivalência semântica (*com o fortalecimento*) de demandas populares e do retorno da liberdade após o período da Ditadura Militar. Feliciano explicita, assim, que a liberdade a qual se refere não é aquela que cerceia direitos civis e políticos, o que entra em desacordo com os discursos de Jair Bolsonaro.

Outra discordância de Feliciano (2014) com Bolsonaro (2011) é quanto a atuação do Poder Legislativo vis-à-vis o Executivo. No trecho, há diferença semântica (*mas irmanados*) que permeia a atuação dos Poderes da República. Não há, assim, veiculação de elementos populistas neste trecho.

A análise dos discursos de Marco Feliciano entre 2011 e 2014 permite a investigação afirmar que a dimensão da liberdade a qual ele se refere (pergunta 1) é a da crítica do gozo da liberdade positiva. A exceção é Feliciano (2014), em que a menção à liberdade positiva é valorada positivamente.

A interpretação dos eventos ocorridos entre 2010 e 2014 por Marco Feliciano permite a investigação afirmar que o seu discurso se dirige aos neoconservadores (pergunta 2), a partir de dois eixos: i. lei e ordem; ii. religiosidade. Deve-se considerar que o eixo ii faz parte da caracterização precípua da “Bancada Religiosa”.

Marco Feliciano reveste o seu discurso sobre a liberdade enquanto ator político como pertencente ao campo da moralidade cristã religiosa. Esta é a mensagem que deseja passar aos seus *constituents*: a liberdade não é aquela vivenciada, por exemplo, pela juventude brasileira no gozo de suas experiências de plenitude individual. É necessária, desta forma, institucionalidade diversa para atingir a verdadeira liberdade.

3.2.5 Análise Crítica do Discurso de Onyx Lorenzoni, de 2010 a 2014

O primeiro discurso de Onyx Lorenzoni a ser analisado é o de 30/03/2010, concernente ao Projeto de Lei nº 270, de 2003, que dispõe sobre a atividade de jogos recreativos no território nacional. O ator político pronuncia-se de modo favorável à aprovação do projeto.

No trecho deste discurso, Lorenzoni (2010) pontua que:

Eu sou a favor do jogo, porque o jogo significa exercício da **liberdade**, significa estimular o turismo. (...) Sr. Presidente, gostaria de lembrar que tudo aquilo que nós fazemos em termos de atividade econômica à luz do dia, com controle público, é absolutamente seguro para a sociedade. (...) Não quero 1 centavo do jogo no Brasil, mas quero o direito de ver milhares e milhares de brasileiros trabalhando, impostos sendo gerados e o turismo sendo a grande locomotiva da geração de emprego e renda no País. [grifo nosso]

No trecho, destaca-se a equivalência semântica (*porque*) entre a legalização dos cassinos e o exercício da liberdade. O parlamentar também estabelece que as regras institucionalizadas de mercado (*com controle público*) se equivalem ao bem-estar da sociedade.

No campo da dimensão discursiva, a interpretação de uma nova legislação é feita a partir dos interesses dos empresários do setor de cassinos e do setor de turismo. Lorenzoni, assim, se coloca a favor de um ideário neoliberal da sociedade, em que o gozo da liberdade se equivale ao desfrute da liberdade econômica.

O segundo discurso de Onyx Lorenzoni a ser analisado é o de 02/03/2011, pertinente ao repúdio à tentativa de enfraquecimento do DEM, partido do parlamentar, pelo Prefeito Municipal de São Paulo, Gilberto Kassab. Neste pronunciamento, Lorenzoni fez uma análise de conjuntura política sobre a situação do país à época.

No trecho deste discurso, Lorenzoni (2011) estabelece que:

Os 44 milhões de brasileiros que não votaram no projeto vencedor vão continuar tendo nos Parlamentares do Democratas - na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, nas Câmaras Municipais e nas Assembleias Legislativas, como na Assembleia do Paraná - e nos Deputados que aqui estão nos prestigiando

verdadeiros guerreiros pela **liberdade**, pelo direito de propriedade, pelo respeito aos contratos e, principalmente, pela construção de um país muito mais justo, mais respeitador das nossas famílias [grifo nosso]

No trecho, destaca-se a equivalência semântica entre a representação política opositora ao governo federal (*não votaram no projeto vencedor*) e a defesa da liberdade, da propriedade e da família. Ele articula em um mesmo plano a liberdade, o capitalismo e a família tradicional.

No campo da dimensão discursiva, a interpretação da eleição presidencial brasileira de 2010 ocorre em tom populista, ao estabelecer que a representação política opositora ao PT possui um conjunto verdadeiro de valores, entre eles o da liberdade. A disputa política seria travada em uma batalha (uso da palavra *guerreiros*), o que confere dimensão maniqueísta ao discurso.

O terceiro discurso de Onyx Lorenzoni a ser analisado é o de 08/05/2012, concernente à inconveniência da concessão de tratamento sigiloso à documentação oficial da CPMI destinada à investigação de práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos. A temática do discurso é, desta forma, a moralidade pública.

No trecho deste discurso, Lorenzoni (2012) afirma que:

A única forma que tem a sociedade **livre** e democrática de poder combater a corrupção, que parece que se transformou em um câncer incurável, do qual nós não conseguimos nos livrar, é colocar luz onde há treva. [grifo nosso]

No trecho, a equivalência semântica feita pelo ator (por meio da expressão *única forma*) é entre a liberdade, a democracia e o combate à corrupção via transparência governamental. Este é um preceito de instituições estatais modernas, em que a *accountability* dos agentes públicos é parte das melhores práticas de governo.

No campo da dimensão discursiva, o ator interpreta os eventos de corrupção ocorridos no governo federal como “um câncer incurável” – ou seja, como uma doença que precisa ser extirpada da sociedade brasileira. Essa visão fará com que a moralidade pública ganhe primazia como problema social.

O quarto discurso de Onyx Lorenzoni a ser analisado é o de 08/10/2013, concernente à crítica de comportamento autoritário do governo federal. O ator demarca como democrática a sua posição, a remeter ao maniqueísmo utilizado pela mensagem populista sobre as diferentes visões políticas de um corpo cidadão.

No trecho deste discurso, Lorenzoni (2013) afirma que:

É isso que está sendo dito nesse programa, quando o Governo usa da sua veia totalitária, do seu autoritarismo, para, primeiro, aceitar qualquer médico, independente da sua formação, independente da sua habilitação²⁸. (...) O que tem importância é dar continuidade a um processo, gradual e continuado, de fazer prevalecer toda e qualquer tese emanada do foro de São Paulo, e no caminho de uma ação que retire do Estado brasileiro os princípios fundamentais de **liberdade**, de democracia e de respeito a todo estamento jurídico construído no Brasil. [grifo nosso]

No trecho, é estabelecida uma diferença semântica (*retire do Estado brasileiro*) entre a liberdade e as proposições de *policy* feitas pelo governo federal. De forma implícita, fica posto que a promoção de medidas no intuito de ampliar a liberdade positiva estão em choque com a democracia brasileira.

No campo da dimensão discursiva, o parlamentar interpreta a implantação de um programa de saúde pública, que visa a consolidação da cidadania social, de modo atentatório às liberdades individuais. Acena para o *constituent* neoconservador, que fará a associação entre as políticas públicas do governo de centro-esquerda com o autoritarismo.

O quinto discurso de Onyx Lorenzoni a ser analisado é o de 04/06/2014, pertinente à crítica ao caráter autoritário do Decreto nº 8.243, de 2014, da Presidência da República, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS.

No trecho deste discurso, Lorenzoni (2014) afirma que: “A nós da Oposição resta a mais justa das lutas, a luta pela democracia e pela **liberdade**, regime esse incomparavelmente superior ao socialismo que o PT e o Foro de São Paulo tentam implantar em nosso País” [grifo nosso].

No trecho, é marcante a diferença semântica (*incomparavelmente superior*) proferida pelo parlamentar entre o regime que a oposição defende e o regime que o governo de centro-esquerda supostamente estaria a implementar na sociedade brasileira. O ator postula de modo nítido que a disputa política se dá entre dois planos diferentes de institucionalidade (o Capitalismo e o Socialismo).

No campo da dimensão discursiva, a interpretação do pleito eleitoral é eivada de tom populista, ao opor dois grupos políticos que possuem valores diversos, sendo um deles somente dotado dos verdadeiros significados brasileiros. No trecho, não há a

²⁸ O parlamentar refere-se ao Programa Mais Médicos (Lei nº 12.871, 2013), *policy* de saúde pública cuja finalidade era ampliar o acesso ao atendimento médico básico ao longo de todo o território nacional. Ao atrair profissionais estrangeiros para trabalhar no Brasil, notadamente os cubanos, o programa foi alvo de críticas dos opositores ao governo federal (Bandeira, 2014).

presença textual do elemento “o povo”; ainda assim, fica claro que Lorenzoni direciona a sua mensagem para a parcela da população que representa no parlamento.

A análise dos discursos de Onyx Lorenzoni entre 2010 e 2014 permite a investigação afirmar que a dimensão da liberdade a qual ele se refere (pergunta 1) é duplo: a da liberdade negativa; a da condenação do gozo da liberdade positiva, via crítica de ações do governo federal de centro-esquerda.

A interpretação dos eventos ocorridos entre 2010 e 2014 por Onyx Lorenzoni permite a investigação afirmar que o seu discurso se dirige aos neoliberais e aos neoconservadores (pergunta 2), a partir dois eixos: i. liberdade econômica; ii. moralidade pública. Deve-se considerar que o eixo i faz parte da caracterização precípua da “Bancada Ruralista”.

Onyx Lorenzoni reveste o seu discurso sobre a liberdade enquanto ator político como a disputa entre dois sistemas econômicos distintos. Esta é a mensagem que deseja passar aos seus *constituents*: a liberdade precisa estar associada ao capitalismo neoliberal. É necessária, desta forma, institucionalidade diversa para atingir a verdadeira liberdade.

3.3 Conclusão

Para o propósito desta investigação, é necessário que o leitor compreenda de modo determinante os eixos da dimensão textual e da dimensão discursiva desenvolvidos pelos parlamentares selecionados entre os anos de 2010 e 2014. Conclui-se que a mensagem populista veiculada pelos atores populistas de direita do Brasil é a descrita a seguir.

Quadro 1. Análise Crítica de Discurso dos Parlamentares, de 2010 a 2014 (por dimensão de análise)²⁹

	Dimensão Textual (Liberdade Referida)	Dimensão Discursiva (Grupos Sociais)
Jair Bolsonaro	Liberdade -	Neoconservadores
Marco Feliciano	Crítica da Liberdade +	Neoconservadores
Onyx Lorenzoni	Liberdade - / Crítica da Liberdade +	Neoliberais e Neoconservadores

Fonte: Elaboração própria do autor.

²⁹ Liberdade + : Liberdade Positiva / Liberdade - : Liberdade Negativa.

Compreende-se que o elemento em comum do discurso dos três parlamentares é o grupo social ao qual a mensagem se destina; ou seja, a parcela neoconservadora da sociedade – pela via da lei e da ordem, pelo aspecto religioso ou pelo aspecto da moralidade pública.

Resta saber se os principais acontecimentos sociais e econômicos ocorridos no Brasil a partir de 2010 influenciaram o surgimento do discurso populista de direita no país, nos anos de 2010 a 2014. Esta análise, entretanto, ficará a cargo do próximo capítulo, a partir da premissa de que estes acontecimentos necessitam de um tempo de maturação para que a relação com o discurso seja perceptível.

Capítulo 4. Brasil, de 2015 a 2018 – a consolidação discursiva da liberdade às avessas

O período temporal que será objeto de Estudo de Caso neste capítulo pode ser analisado sob diversas óticas, mas em nenhuma delas cabe a caracterização de tédio ou de monotonia. Foram meses de imensa turbulência no Brasil durante os anos de 2015 a 2018, em que a disputa política saiu da mera contenda eleitoral para tomar a mente e o coração dos milhões de cidadãos brasileiros.

Em outubro de 2014, a chapa de Dilma Rousseff (PT) e de Michel Temer (PMDB) sagrou-se vencedora no segundo turno da eleição presidencial, recebendo 54.501.118 votos, o que representou 51,64% dos votos válidos (SECOM TSE, 2014). A chapa foi reeleita, desta forma, para mais quatro anos de mandato; em termos institucionais, o PT registrou a sua quarta vitória seguida em um pleito presidencial.

Na semana anterior ao segundo turno, o noticiário nacional foi inundado de denúncias sobre um esquema de corrupção (denominado posteriormente de Petrolão³⁰), com suposto conhecimento expresso de Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Bonin, 2014). O tema da moralidade pública, em voga nos anos anteriores, ganhou ainda mais tração e passou a ser objeto de acaloradas discussões na sociedade.

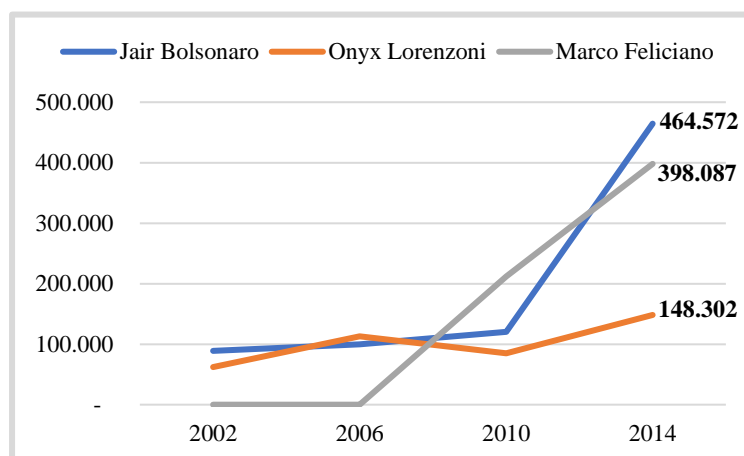
Na noite do pleito do segundo turno presidencial, os jornalistas da maior revista semanal do país, a Revista Veja, clamaram pela abertura de um processo de impeachment no novo mandato presidencial de Rousseff (Tijolaço, 2015). Isto aponta para o clima bélico que passou a cercar o diálogo público.

O clima ficou ainda mais conturbado quando o processo eleitoral brasileiro passou a ser questionado institucionalmente. A chapa opositora no segundo turno da disputa presidencial de 2014 (a de Aécio Neves e Aloysio Nunes Ferreira, ambos do PSDB), entrou “com um pedido de auditoria a fim de que se verifique a “lisura” da eleição presidencial” (‘PSDB pede ao TSE’, 2014).

³⁰ O Petrolão é o nome fantasia do caso de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato, a força-tarefa do Ministério Público Federal que desvendou um esquema de propina na Petrobras, a maior empresa do país. O esquema consistia no fato de que, segundo Ministério Público Federal (n.d.), “grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos. O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados.” A Operação entrou em descrédito político e jurídico a partir de 2019, quando foram revelados diálogos comprometedores entre o Juiz Sergio Moro e os promotores do caso, em uma espécie de conluio contra os principais investigados (Greenwald et al., 2019).

É importante, para o prosseguimento da investigação, contextualizar a situação dos parlamentares cuja ACD se deu no capítulo 3, em especial ao número de *constituents* que passaram a representar nas eleições de 2014. Esta análise se faz necessária para verificar se as ideias expressas por esses atores, no que toca à distorção do conceito de liberdade, atraíram um número maior de cidadãos vis-à-vis o processo eleitoral dos anos anteriores.

Figura 9. Votos Recebidos nas Eleições para Deputado Federal



Fonte: elaboração própria do autor, com dados do Tribunal Superior Eleitoral (n.d.-a), Tribunal Superior Eleitoral (n.d.-b), 'Placar Eleições 2010' (n.d.) e 'Placar Eleições 2014' (n.d.).

A Figura 9 demonstra como os parlamentares em análise tiveram um aumento significativo do número de votos entre 2010 e 2014: Bolsonaro evoluiu 385,07%, Marco Feliciano, 187,91%, e Onyx Lorenzoni, 175,10%. Logo, pode-se constatar que as ideias expressas por esses atores foram validadas pelo aumento dos votos recebidos.

Este aumento do número de *constituents* dos parlamentares em ACD não foi acompanhado, entretanto, de mudança institucional no cargo máximo do país, a Presidência da República. O país continuava a ser governado no ano de 2015 por um ideário de centro-esquerda, com as ideias sobre liberdade sendo opostas aos dos parlamentares examinados no Estudo de Caso.

Assim, este capítulo está estruturado da seguinte forma: primeiro é feita a Análise Crítica de Discurso dos parlamentares selecionados, entre os anos de 2015 a 2018; depois, será apresentada a análise dos contextos econômico, político e social, de 2002 até 2018, com o intuito de entender a interrelação entre os discursos e os indicadores apurados; por fim, será feita uma breve conclusão à guisa de fixação dos resultados observados.

4.1 Estudo de Caso: 2015 a 2018

4.1.1 Análise Crítica do Discurso de Jair Bolsonaro, de 2015 a 2018

O primeiro discurso de Jair Bolsonaro a ser analisado é o de 21/05/2015, concernente à análise de conjuntura do governo de Rousseff. No pronunciamento, o parlamentar continua a caracterizar o mandato presidencial como atentatório às liberdades individuais, conforme explicitado anteriormente no Capítulo 3.

No trecho 1 deste discurso, Bolsonaro (2015) afirma que:

Quero me dirigir a vocês, jovens. Nunca a nossa **liberdade** e a nossa democracia esteve tão ameaçada como está no momento por esse partido que está no poder. É um partido que nos divide o tempo todo para governar. Joga brancos contra negros, homossexuais contra heterossexuais, pais contra filhos, nortistas contra sulistas, ricos contra pobres. E agora está tentando jogar homens contra mulheres com a intenção de criar cotas para mulheres nesta Casa. [grifo nosso]

No trecho, a relação semântica de diferença (*nunca, contra*) é utilizada para pontuar que o governo de centro-esquerda do PT é o de maior ameaça à liberdade e à democracia que o Brasil já enfrentou em sua história por estabelecer divisões nacionais. O ator político, desta forma, não compreende os dissensos políticos como integrantes do jogo democrático, apelando para o caráter de união que deveria existir na sociedade.

No trecho 2 deste discurso, Bolsonaro (2015) estabelece que: “É um Governo que ideologicamente está nos conduzindo para perder um bem mais precioso do que a nossa vida: a nossa **liberdade**” [grifo nosso]. Fica patente, nesta construção discursiva, a equivalência semântica (*conduzindo para*) entre a ideologia de esquerda e a perda da liberdade.

O trecho revela-se de importância pois coloca em planos diferentes o direito à vida e o direito à liberdade, estruturando a importância da defesa de um tipo definido de liberdade para o parlamentar. Nega, desta forma, a harmonização de seu projeto político com os preceitos contemporâneos dos direitos humanos em que o direito à vida é posto em primeiro plano após as experiências totalitárias do século XX.

No trecho 3 deste discurso, Bolsonaro (2015) estabelece que:

Eu entendo que, por ocasião das eleições de 2018, vocês só vão poder confiar na lisura do pleito caso nós venhamos a aprovar aqui algo que permita auditar as urnas eletrônicas. Ou seja, queremos o voto impresso ao lado da urna eletrônica. Sem isso, o PT vai eleger um poste ou - quem sabe? - vai eleger Lula em 2018, para a desgraça do nosso País, para a desgraça da nossa democracia e **liberdade**. [grifo nosso]

Destaca-se, no trecho, nova equivalência semântica (*para a desgraça*) entre a eleição de um candidato de centro-esquerda nas eleições presidenciais de 2018 (o ex-presidente Lula), a democracia e a liberdade. Em tom marcadamente populista, o parlamentar coloca a disputa política em tom maniqueísta, ao desconfiar da institucionalidade do processo eleitoral como princípio básico de nossa democracia.

No campo da dimensão discursiva, o discurso de Bolsonaro (2015) é dirigido aos membros de classe média do país, principalmente pelo uso da retórica discursiva presente no trecho 1. O ator estabelece a promoção de ações afirmativas (o uso de cotas) como eixo divisor da sociedade, ao invés de compreendê-la como reparadora de estruturas históricas de opressão na sociedade brasileira.

O segundo discurso de Jair Bolsonaro a ser analisado é o de 17/04/2016, pertinente ao voto do parlamentar sobre o parecer da Comissão Especial relativo à denúncia contra a presidente Rousseff por crime de responsabilidade, etapa integrante da abertura do processo de Impeachment³¹ da presidente.

No trecho deste discurso, Bolsonaro (2016) afirma que:

Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa **liberdade**, contra a Folha de S.Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! [grifo nosso]

No trecho, a relação semântica da diferença (*contra*) é estabelecida entre as ideias do governo de centro-esquerda, denominadas genericamente de “comunismo”, e a liberdade de parcela da população brasileira, representada discursivamente pelo pronome *nossa*.

Outro aspecto a ser ressaltado é que o ator político iguala o processo de abertura de impeachment de um governo democraticamente eleito ao processo de instauração do regime de ditadura militar, mediante a relação semântica de equivalência (uso do verbo flexionado *perderam*).

Bolsonaro deixa claro que a liberdade a qual se refere não está de acordo com os princípios expressos nas legislações modernas de direitos humanos, pois dedica o seu

³¹ O processo de impeachment da presidente Rousseff se deu a partir do pedido feito pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, com a alegação de que “a então presidente havia cometido crime de responsabilidade pela prática das chamadas “pedaladas fiscais” e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso” (Agência Senado, 2016). O processo, que mobilizou amplas discussões na sociedade brasileira – inclusive sendo caracterizado por alguns como golpe político parlamentar, depôs a presidente e pôs fim aos governos de centro-esquerda do PT. O programa ideológico do novo governo, compreendido como de caráter neoliberal, visava implementar uma agenda de reformas estruturais de desregulação estatal (Fundação Ulysses Guimarães, 2015).

voto ao torturador da presidente Rousseff, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra³². A deterioração do uso discursivo da liberdade, desta forma, é nítida quando se declara defender a liberdade e se homenageia um notório torturador (Christofoletti, 2008).

Por fim, é necessário mencionar o aspecto populista do discurso, expresso na dimensão de ser contra o principal jornal do país, a Folha de São Paulo. Isto remete a utilização da oposição entre o povo e a elite – no caso, contra a elite midiática e os contra os principais intérpretes da opinião pública nacional.

No campo da dimensão discursiva, o discurso de Bolsonaro (2016) é dirigido à parcela neoconservadora da sociedade brasileira, dado que ele se dirige à ‘família’ e utiliza a inocência infantil para a sua construção argumentativa. É por meio da defesa da moral familiar, desta forma, que o ator político se insere como representante dos anseios de determinado segmento social brasileiro.

O terceiro discurso de Jair Bolsonaro a ser analisado é o de 10/05/2017, em Sessão Solene da Câmara dos Deputados em homenagem à criação do Estado de Israel. É importante pontuar a importância do país no imaginário neoconservador brasileiro, a partir do fundamento de salvar o Ocidente contra a sua (suposta) destruição³³.

No trecho deste discurso, Bolsonaro (2017) afirma que:

A força de um povo que tem história, que tem cultura, que tem fé, que é uno, que planeja, que ama a **liberdade** e que respeita a democracia, de um povo que é marco na resistência de nossa civilização. O que acontece comigo, como cristão, entendo ser uma missão de Deus. Eu sonho alimentar, com Israel, muitíssimas parcerias. [grifo nosso]

No trecho, a relação semântica de equivalência (pronome *que*) entre as diversas características de Israel permite a compreensão de que, para o parlamentar, o gozo da liberdade deve ser acompanhado indissociavelmente do desfrute da fé cristã. Não há, entretanto, menção das constantes violações de direitos fundamentais que Israel comete contra o povo palestino (Amnesty International, 2022).

Na parte final do trecho em análise, Bolsonaro reveste o seu discurso de aspecto populista ao apontar como “missão de Deus” a sua atuação parlamentar, a direcionar para o tom maniqueísta tão comum desses atores. O discurso da lei e da ordem, presente nos

³² As torturas sofridas por Dilma Rousseff durante o regime ditatorial militar estão relatadas no Relatório da CNV (Comissão Nacional da Verdade, 2014).

³³ A ideia de que Israel representa o bastião da luta contra a destruição dos valores ocidentais é ressaltada por Gherman & Klein (2021, p. 125), que afirmam que “Israel (e por extensão os judeus e o judaísmo) é visto como uma barreira civilizadora contra a barbárie e como um símbolo do ocidente contra a expansão do Islã (ou da esquerda)”.

anos anteriores conforme o capítulo 3, passa a se revestir de conteúdo religioso – a fé que é a favor de certo tipo de liberdade, a partir da moralidade neoconservadora cristã.

No campo da dimensão discursiva, o discurso de Bolsonaro (2017) precisa ser compreendido novamente enquanto eixo articulador de grupos que, a princípio, estavam dispersos na sociedade brasileira. Fica destarte evidente que o ator político utilizaria a adesão dos neoconservadores baseados na moralidade religiosa e dos neoconservadores baseados na lei e na ordem como base de seu projeto presidencial no ano seguinte.

Em 2018, o parlamentar não proferiu nenhum discurso na Câmara dos Deputados que contivesse a temática da liberdade. A sua atuação parlamentar ficou em segundo plano vis-à-vis o seu intento de disputar a eleição para a Presidência da República, cujas eleições ocorreriam em outubro daquele ano.

A análise dos discursos de Jair Bolsonaro entre 2015 e 2017 permite a investigação afirmar que a dimensão da liberdade a qual ele se refere (pergunta 1) é a da crítica do gozo da liberdade positiva, a partir da rejeição das *policies* adotadas pelo governo de centro-esquerda de Rousseff, do PT.

A interpretação dos eventos ocorridos entre 2015 e 2017 por Jair Bolsonaro permite a investigação afirmar que o seu discurso se dirige aos neoconservadores (pergunta 2), a partir de dois eixos: i. moralidade pública; ii. religiosidade. A dimensão da lei e da ordem, presente nos anos de 2010 a 2014, perde primazia para o discurso da moralidade pública.

Em suma, Bolsonaro reveste o seu discurso sobre a liberdade enquanto ator político como pertencente aquela que vigorou no Brasil durante os anos da ditadura militar, em que houve forte cerceamento de direitos fundamentais. É esta a institucionalidade que defende para retomar o verdadeiro gozo da liberdade, que pode ser assim compreendido como um gozo para poucos cidadãos.

A liberdade no ponto ótimo de escolha, para Bolsonaro, é aquela em que parte da população não pode desfrutar de nenhum tipo de liberdade fundamental – seja ela negativa ou positiva. É a liberdade da obediência; e só aqueles que estão inseridos no que ele entende como “povo” é que irão desfrutar da liberdade verdadeira, a partir de uma vida em que a moralidade cristã guiará os destinos das *policies* de governo.

4.1.2 Análise Crítica do Discurso de Marco Feliciano, de 2015 a 2018

O primeiro discurso de Marco Feliciano a ser analisado é o de 15/12/2015, concernente às manifestações de rua da direita brasileira³⁴ contra a presidente Dilma Rousseff e a favor do processo de impeachment a ser instaurado nos meses seguintes no Congresso Nacional.

No trecho 1 deste discurso, Feliciano (2015) afirma que: “Parabéns ao MBL - Movimento Brasil Livre, parabéns aos Revoltados Online, parabéns ao Vem Pra Rua, parabéns às Musas de Direita, parabéns a esses meninos e meninas que pensam na **liberdade** do nosso País, uma **liberdade** exercida pela democracia” [grifos nossos].

No trecho, a relação semântica de equivalência (pronome *que*) entre os manifestantes de direita e o gozo da liberdade política de suas ações fica destarte evidente. Verifica-se, portanto, a adequação retórica da liberdade pelo parlamentar aos preceitos modernos dos direitos humanos, em que o protesto político é o correspondente do exercício da liberdade cidadã.

No trecho 2 deste discurso, Feliciano (2015) pontua que:

O Brasil precisa de **liberdade**. Exerçamos a nossa **liberdade** com coerência e com carinho. (...) Em 2013, éramos dois aqui dentro do Parlamento. Em 2015, nós temos uma legião de homens e mulheres que lutam pela **liberdade** do nosso País. Chega de sofrimento! Chega de comunismo barato! É hora de vermos o nosso País respirar alegria e respirar ares de esperança. Viva o Brasil! **Liberdade** já! [grifos nossos]

No trecho, a relação semântica de equivalência (pronome *que*) é posta entre os atores políticos (legião de homens e mulheres) do campo da direita brasileira e a luta pela liberdade, o que confere o aspecto populista ao discurso do parlamentar. A disputa política, segundo ele, se trava em torno da vontade geral do povo.

Pode-se pontuar que a conjuntura social brasileira é descrita como de sofrimento e a partir de uma caracterização genérica de comunismo, o que aproxima o discurso de Feliciano (2015) com o de Bolsonaro (2016). As *policies* dos governos de centro-esquerda do PT, desta forma, levariam o Brasil a determinado tipo de regime político que violaria as liberdades fundamentais.

No campo da dimensão discursiva, o discurso de Feliciano (2015) é dirigido de forma evidente aqueles que se identificam com os valores expressos nas manifestações

³⁴ Em 2015, milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar contra o governo da presidente Rousseff, motivados pelas denúncias de corrupção que existiam contra o seu governo e pela crise econômica decorrente do aumento do nível de preços e da elevação do desemprego (Abrantes, 2015).

de rua que ocorreram naquele momento, que podem ser compreendidos como pertencentes ao conceito abrangente de “cidadão de bem”.

O segundo discurso de Marco Feliciano a ser analisado é o de 16/04/2016, dia anterior à Sessão Parlamentar que iria examinar o parecer da Comissão Especial sobre a denúncia contra a Presidenta Rousseff por crime de responsabilidade. É o discurso que consolida a visão do parlamentar sobre o ideário de centro-esquerda nacional.

No trecho 1 deste discurso, Feliciano (2016) estabelece que:

Que nome podemos dar ao crime de um bandido que destrói a mente de uma criança em formação na sua primeira infância e a desvirtua sexualmente, quando ainda é praticamente um embrião, um ser humano em formação? Que nome damos a esse crime? Pedofilia? Para este Governo, não é pedofilia, é apenas a mera expressão de que o gênero humano tem que ser reconstruído a partir da **liberdade** de pensamento. [grifo nosso]

No trecho, a relação semântica de equivalência (*Para este*) entre o governo de centro-esquerda e a defesa da pedofilia é feita pelo parlamentar, a partir de uma compreensão distorcida do que é a liberdade de pensamento. O ator político mistura conceitos para criticar as políticas públicas de saúde e de educação estabelecidas pelo governo federal.

No trecho 2 deste discurso, Feliciano (2016) estabelece que:

Em 2011, esta Casa realizou o seminário vergonhosamente intitulado Diversidade Sexual na Primeira Infância, em que pessoas dos mais altos gabaritos, intelectuais, disseram que crianças de 0 a 6 anos tinham que ter a **liberdade** de escolher o que queriam. Se o menininho na creche quisesse tocar no órgão genital do outro, ninguém poderia impedi-lo, porque ele estava se descobrindo sexualmente. [grifo nosso]

No novo trecho, a relação semântica de equivalência (*tinham que ter*) entre a liberdade e a escolha sexual dos indivíduos revela implicitamente a condenação moral neoconservadora ao fazer observações sobre a infância, principal alvo de cuidados da família. A crítica à promoção de *policies* que visam a ampliação da liberdade positiva se reveste de um julgamento sobre a deturpação do caminho “natural” dos indivíduos.

No campo da dimensão discursiva, o discurso de Feliciano (2016) é revelador de que a interpretação do julgamento de impeachment da presidente Rousseff não foi sobre erros de sua gestão, mas sobre a moralidade que cercava as escolhas de políticas públicas de seu governo. A liberdade a ser defendida para condenar a mandatária do país é primordialmente a liberdade presente no seio da família cristã.

O terceiro discurso de Marco Feliciano a ser analisado é o de 14/02/2017, concernente à inconveniência da interferência de congregações religiosas no debate sobre a descriminalização do consumo de drogas no Brasil. O parlamentar permeia novamente o seu discurso sobre a liberdade de conteúdos de tom moral.

No trecho 1 deste discurso, Feliciano (2017) pontua que:

O nosso Estado é laico, e graças a Deus por isso! Mas a laicidade nos dá o direito e a **liberdade** de pensar sobre qualquer tipo de religião. [...] Não se pode tolher o direito da igreja de ser representada, quer seja no Parlamento, quer seja no Executivo ou no Judiciário, através de pessoas que têm a sua fé, uma fé viva. [grifo nosso]

No trecho, a relação semântica de equivalência (*dá o direito*) ocorre entre a laicidade e a liberdade, o que é uma assertiva correta da liberdade negativa presente na construção dos Estados modernos. Na continuação do discurso, entretanto, Feliciano se equivoca ao pontuar que a Igreja tem o direito de ser representada no Parlamento, o que viola a noção de representação de indivíduos com base em valores republicanos.

Assim, o trecho é revelador da confusão que permeia o neoconservadorismo no Brasil, ao propor que seja imposta a visão do dogma religioso na avaliação de políticas públicas. A visão dogmática, que não permite a flexibilidade e a busca dos consensos necessários para que visões opostas cheguem a um denominador comum, se coaduna com a visão populista de que a vida política é assentada na disputa do bem versus o mal.

No trecho 2 deste discurso, Feliciano (2017) afirma que: “Não bastassem os que já são drogados, imaginem mais pessoas, por curiosidade, usufruindo de uma **liberdade** plena, começando a se envolver com isso! Não à descriminalização das drogas!” [grifo nosso].

Fica novamente estabelecido para o ator político que a liberdade não pode ser o gozo das escolhas individuais de cada cidadão, o que implica na crítica na proposição de *policies* sobre o uso de substâncias entorpecentes. Adicionalmente, o parlamentar também se posiciona contra a liberdade negativa, ao querer impor uma legislação estatal que obstrua o indivíduo de fazer o que deseja para si.

No campo da dimensão discursiva, o discurso de Feliciano (2017) deve ser interpretado como um apelo à maioria moral neoconservadora, ao querer incorporar no Estado brasileiro os valores morais do segmento religioso. Abandona, desta forma, a noção de laicidade que deveria estar presente na atuação dos agentes políticos nacionais.

O quarto discurso de Marco Feliciano a ser analisado é o de 16/10/2018, feito durante o transcurso entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. É concernente de modo primordial ao apoio do parlamentar à candidatura de Jair Bolsonaro, o que articula a junção dos projetos neoconservadores da lei e da ordem e da moralidade cristã.

No trecho deste discurso, Feliciano (2018) aponta que:

O País passa por essa mudança. (...) E eu vejo a ascensão de Jair Bolsonaro como uma resposta do povo brasileiro que não suporta mais viver enclausurado num País que estaria se tornando um grande Venezuela, mas que agora caminha para um momento de **liberdade** e de reflexão. Jair Bolsonaro está na frente nas pesquisas e há de ser o Presidente da República. E termino dizendo: Brasil acima de todos, e Deus acima de tudo! [grifo nosso]

No trecho, a relação semântica de diferença (*mas*) se estabelece entre o destino do governo brasileiro de centro-esquerda do PT, o de imitar a Venezuela no que diz respeito às restrições de direito fundamental, e o destino de liberdade incondicional caso ocorra a eleição de Jair Bolsonaro.

Destaca-se no trecho a inversão do slogan de campanha de Jair Bolsonaro³⁵, ao pontuar que “Deus está acima de tudo” (Feliciano, 2018). A passagem é reveladora da visão do ator, enfatizada ao longo desta investigação, de que a interpretação teológica e o respeito à determinada entidade religiosa devem pautar os destinos da Nação – e não os mandatos constitucionais assentados na laicidade estatal.

Essa interpretação marca nitidamente o traço populista do discurso de Feliciano, ao colocar de modo literal que a disputa política deve ser pautada pelos preceitos da luta do bem contra o mal, conforme os ensinamentos religiosos pregam. O povo brasileiro é encarnado na figura do “cidadão de bem”, que possui a moralidade cristã como atributo definidor de sua expressão cidadã.

No campo da dimensão discursiva, o discurso de Feliciano (2018) é um apelo claro aos eleitores de Jair Bolsonaro, os quais já tinham manifestado a sua opção no primeiro turno da eleição presidencial. Eleitores estes que, conforme declarado por Feliciano e por Bolsonaro, colocavam Deus acima de todos – e de tudo.

A análise dos discursos de Marco Feliciano entre 2015 e 2018 permite a investigação afirmar que a dimensão da liberdade a qual ele se refere (pergunta 1) é a da

³⁵ O slogan de Jair Bolsonaro na campanha presidencial de 2018 foi "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" (Nogueira & Fernandes, 2018).

crítica do gozo da liberdade positiva, a partir da rejeição moral das *policies* adotadas pelo governo de centro-esquerda de Rousseff.

A interpretação dos eventos ocorridos entre 2015 e 2018 por Marco Feliciano permite a investigação afirmar que o seu discurso se dirige aos neoconservadores (pergunta 2), a partir do eixo da religiosidade. A dimensão da moralidade pública, presente nos anos de 2010 a 2014, perde espaço para um discurso calcado em absoluto no aspecto da moralidade cristã.

Em suma, Marco Feliciano reveste o seu discurso sobre a liberdade enquanto ator político como aquela que é vivenciada no seio da moralidade cristã. É esta a institucionalidade que defende para retomar o verdadeiro gozo da liberdade, que pode ser assim compreendido como um gozo para os cidadãos que professem determinada fé religiosa.

A liberdade no ponto ótimo de escolha, para Feliciano, é aquela em que parte da população não pode desfrutar de nenhum tipo de liberdade positiva. Todas as atitudes em busca de bem-estar individual que não se coadunam com os preceitos religiosos são condenadas *a priori*, sem nenhum julgamento do quanto isto poderia violar um preceito básico como a busca da liberdade negativa.

4.1.3 Análise Crítica do Discurso de Onyx Lorenzoni, de 2015 a 2018

O primeiro discurso de Onyx Lorenzoni a ser analisado é o de 20/05/2015, pertinente ao 67º aniversário de criação do Estado de Israel. O ator político faz um discurso bastante elogioso ao país do Oriente Médio, o que corrobora a percepção, apontada anteriormente neste capítulo, de celebração do modelo político israelense.

No trecho deste discurso, Lorenzoni (2015) celebra que “o Brasil está no nascimento do Estado israelense. A união Brasil-Israel estará abençoada por Deus acima de qualquer governo, de qualquer desmando e de qualquer visão tirânica e autoritária. Viva a **liberdade**” [grifo nosso].

No trecho, a relação semântica de equivalência (*união, acima de*) é estabelecida entre os países do Brasil e de Israel como o laço que ultrapassa a vontade política de ambos os governos, dado que ocorre no plano religioso (*abençoada por Deus*). É importante pontuar que o parlamentar afirma que a união se dará ainda que haja visão autoritária dos governantes nacionais, em uma menção nada sutil ao governo de Rousseff.

No campo da dimensão discursiva, o discurso em análise interpreta o aniversário de Israel como um ato de liberdade, fazendo ecoar na mensagem a associação entre o propósito evangélico que permeia o nascimento do Estado israelense e o desejo de liberdade a ser defendido, no plano institucional, no Brasil.

Desta forma, o parlamentar dirige o seu discurso de modo precípuo aos evangélicos, fazendo assentar a moralidade cristã como o eixo que sustenta o país enquanto Nação. Reveste, conseqüentemente, o discurso do tom populista ao equivaler o povo a apenas um significante, não compreendendo a laicidade como o fator a guiar os desígnios de *policy* estatais.

O segundo discurso de Onyx Lorenzoni a ser analisado é o de 08/03/2016, concernente à expectativa da participação da sociedade brasileira em atos públicos contra a corrupção e em defesa da moralidade, em uma arena pública fortemente polarizada pelo processo de impeachment de Rousseff.

No trecho deste discurso, Lorenzoni (2016) defende que:

Eu guardo aqui comigo a esperança de que no dia 13 nós que estamos do lado certo, nós que estamos do lado da decência, nós que estamos do lado de um Brasil democrático, **livre**, que respeita a lei, vamos para as ruas, sim, com paz no coração, não aceitando provocações, mandar um forte recado a essa gente que acha que é dona do Brasil. Vocês não são donos do Brasil! O Brasil é dos brasileiros. [grifo nosso]

No trecho, a relação semântica de equivalência (*nós que estamos do lado*) é estabelecida entre a oposição política ao governo federal e a democracia, a liberdade e o respeito à lei. Em interpretação paralela, estabelece que aqueles que se sentem representados pelo governo federal defendem o autoritarismo, a obstrução à liberdade e o desrespeito à lei.

É revelador, desta forma, da apropriação dos conceitos de liberdade e de democracia por parte de um grupo político, que defende esta premissa com base no conceito da moralidade, usando a decência pública como balizador de delimitação entre os grupos políticos no que concerne ao bem e ao mal.

No campo da dimensão discursiva, o discurso é de tom marcadamente populista, que interpreta a defesa de determinado campo político como representante da vontade geral da Nação. Isto fica claro na parte final do trecho, em que o ator político afirma que o país “é dos brasileiros” (Lorenzoni, 2016), mas desde que estes cidadãos sejam aqueles que irão a rua se manifestar contra o governo federal.

O ano de 2016, que possui o processo de impeachment de Rousseff como marco fundamental na sociabilidade nacional, foi eivado de discursos populistas (Bolsonaro, 2016; Feliciano, 2016; Lorenzoni, 2016) que se centravam na defesa de certo *ethos* de moralidade pública e privada.

O terceiro discurso de Onyx Lorenzoni a ser analisado é o de 14/02/2017, pertinente à crítica aos governos petistas pela política de desarmamento da sociedade brasileira. O parlamentar discursa em defesa de continuidade da tramitação do Projeto de Lei nº 3.722, de 2012, acerca de normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições.

No trecho 1 deste discurso, Lorenzoni (2017) pontua que “quero falar um pouco sobre **liberdade e direitos**. Por que isso? Porque há um processo de hipocrisia que vivemos no nosso País, e é importante que façamos uma reflexão sobre isso” [grifo nosso].

No trecho, a relação semântica de equivalência (*e*) se estabelece entre a liberdade e os direitos, ainda que não forneça *a priori* nenhum conteúdo adicional que elucide sobre o conteúdo a ser defendido pelo parlamentar. É importante, entretanto, se atentar para a crítica que o ator político faz sobre a (suposta) hipocrisia que há na sociedade brasileira.

No trecho 2 deste discurso, Lorenzoni (2017) amplia o seu argumento, ao defender que:

possamos dar andamento ao Projeto de Lei nº 3.722, de 2012, do nobre Deputado Rogério Peninha Mendonça, que altera o Estatuto do Desarmamento para dar condição à sociedade de recuperar aquilo que foi a vontade do brasileiro. Mais de 65% da população disse que queria manter o direito à legítima defesa. **A liberdade** do exercício desse direito é algo que nós juramos defender na Constituição. (...) Nós temos que ter o direito de defender a nossa vida e a de nossas famílias. [grifo nosso]

No trecho, a relação semântica de equivalência (*desse direito*) entre a liberdade e o direito ao uso de armamentos é feita a partir da premissa da legítima defesa. Em sentido amplo, pode-se considerar que a legítima defesa pode incluir retoricamente defender-se dos inimigos da pátria, o que concede um tom populista ao discurso do parlamentar.

É importante pontuar a associação entre o trecho 1 e o trecho 2 do discurso de Lorenzoni (2017) para compreender que a fala implica assumir uma falência do Estado brasileiro em defender os seus cidadãos, o que eiva o discurso do tom neoliberal sobre a crise do *Welfare State* em produzir coesão social. O armamento é compreendido como o auge da ampliação da liberdade individual em detrimento do bem-estar social.

No campo da dimensão discursiva, o discurso de defesa do armamento é direcionado tanto aos *constituents* neoconservadores defensores da lei e da ordem quanto aos grupos empresariais de segurança pública que irão se beneficiar do ideário de retirada da função primordial de proteção coletiva para a maximização da segurança como fim individual.

O quarto discurso de Onyx Lorenzoni a ser analisado é o de 29/05/2018, concernente ao debate dos preços de combustíveis no Brasil. É importante pontuar que o país possui a empresa Petrobras como um dos eixos de discurso nacionalista do campo político de centro-esquerda e de esquerda, desde a sua criação na década de 1950.

No trecho deste discurso, Lorenzoni (2018) afirma que

eu venho à tribuna porque alguns oportunistas de esquerda e vários outros desfilaram aqui, ao longo do dia de hoje, dizendo que o problema é o **livre** mercado. Que **livre** mercado? O Brasil tem um **livre** mercado muito pequeno, que foi reduzido no Governo Fernando Henrique e também nos Governos petistas. (...) O PT, ao longo do último Governo, repetiu a experiência nacional socialista alemã, a experiência nazista: usou o dinheiro do povo para concentrar a economia brasileira. [grifos nossos]

No trecho, a relação semântica de equivalência (*repetiu*) foi feita para traçar paralelos entre as *policies* do governo de centro-esquerda do PT e as *policies* do governo nazista alemão, de extrema-direita, que supostamente teriam o objetivo de concentrar o poder econômico e de, conseqüentemente, reduzir o espaço do livre mercado como promotor do crescimento econômico.

O parlamentar promove a noção de que a experiência autoritária se define primordialmente pela concentração de poder econômico estatal, ignorando a premissa de que os modelos de regulação de *Welfare State*, localizados em países assumidamente capitalistas, ampliaram a promoção da liberdade positiva via regulação estatal.

No campo da dimensão discursiva, o discurso necessita ser interpretado à luz da defesa do modelo neoliberal, na lógica de associar liberdade à desregulação estatal, conforme visto no capítulo 1. No ano de 2018, o discurso neoliberal ganhou contornos ainda mais marcantes de apoio à campanha de Jair Bolsonaro mediante a nomeação do responsável pela área econômica da campanha presidencial, o sr. Paulo Guedes³⁶.

³⁶ O economista brasileiro Paulo Roberto Nunes Guedes concluiu o seu doutorado em economia na Universidade de Chicago durante a década de 1970, no auge do pensamento neoliberal na academia norte-americana. Teve uma carreira marcante no mercado financeiro (sendo um dos fundadores do Banco Pactual) e na disseminação do pensamento neoliberal no país, ao ajudar a criar o *think tank* Instituto Millenium. Em 2018, teve papel fundamental ao avaliar o então candidato Jair Bolsonaro junto à elite financeira e empresarial do país (Gaspar, 2018).

A análise dos discursos de Onyx Lorenzoni entre 2015 e 2018 permite a investigação afirmar que a dimensão da liberdade a qual ele se refere (pergunta 1) é duplo: a da liberdade negativa; a da condenação do gozo da liberdade positiva, via crítica de ações do governo federal de centro-esquerda.

A interpretação dos eventos ocorridos entre 2015 e 2018 por Onyx Lorenzoni permite a investigação afirmar que o seu discurso se dirige aos neoliberais e aos conservadores (pergunta 2), a partir de três eixos: i. liberdade econômica; ii. moralidade pública; iii. lei e da ordem.

Em suma, Onyx Lorenzoni reveste o seu discurso sobre a liberdade enquanto ator político como aquela que articula os eixos do neoconservadorismo religioso e da moralidade pública com o neoliberalismo. É esta a institucionalidade que defende para retomar o verdadeiro gozo da liberdade, que pode ser assim compreendido como um gozo dissociado da vida em uma comunidade que possui múltiplos polos de convivência.

A liberdade no ponto ótimo de escolha, para Lorenzoni, é aquela em que os cidadãos estão na competição feroz para saber quem sobrevive; e, nesta disputa, todos os instrumentos são necessários, sejam simbólicos, como a fé; sejam materiais, como as armas. Sobreviver é o que resta; a luta política, por sua vez, se incorpora nesta disputa mortal que contrapõe os verdadeiros brasileiros (o povo) aos inimigos da nação (a elite).

4.1.4 Análise Crítica do Discurso de Jair Bolsonaro, no dia da eleição de 2018

Em 28/10/2018, os cidadãos brasileiros foram às urnas no segundo turno da eleição presidencial. Na votação, dois projetos de país claramente distintos se apresentavam: de um lado, Jair Bolsonaro (PSL), um candidato da extrema-direita; do outro, Fernando Haddad (PT), de centro-esquerda.

Jair Bolsonaro se sagrou vencedor na disputa, marcando uma virada na institucionalidade brasileira. Um outro projeto de poder, que foi cultivado durante anos a fio nos discursos que são analisados nesta investigação, se consagrava como aquele que iria representar as novas *policies* adotadas pelo governo federal.

Na noite de sua vitória, Jair Bolsonaro fez um discurso para as suas redes sociais. Em uma campanha que fez do uso intenso da mobilização virtual o instrumento para atingir o seu intento de vitória, o parlamentar manteve a estratégia de discursar pela primeira vez como presidente eleito para a sua base política. No trecho 1 deste discurso, Bolsonaro afirma que ('Integra: discurso de', 2018):

Faço de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da **liberdade**. (...) É um juramento a Deus. A verdade vai libertar este grande país, e a **liberdade** vai nos transformar em uma grande nação. (...) O que ocorreu hoje nas urnas não foi a vitória de um partido, mas a celebração de um país pela **liberdade**. [grifos nossos]

No trecho, a relação semântica de equivalência (*vai nos transformar*) é estabelecida entre a liberdade e a nova institucionalidade a ser implementada. Fica posto, desta forma, a importância do conceito para o novo mandatário da Nação, dado que a chave para a compreensão de seu projeto de país é por meio do que ele discursa sobre a liberdade.

No campo da dimensão discursiva, o discurso de Bolsonaro se inscreve corretamente na defesa da Constituição Federal e da democracia; entretanto, possui o elemento fundamental de atingir os *constituents* neoconservadores ao colocar o juramento a Deus como diretriz primordial de sua obediência enquanto governante, o que ameniza a premissa da laicidade estatal.

No trecho 2 deste discurso, Bolsonaro postula, conforme ‘Integra: discurso de’ (2018), que a “**Liberdade** é um princípio fundamental: **liberdade** de ir e vir, de andar nas ruas (...), **liberdade** de empreender, **liberdade** política e religiosa, **liberdade** de informar e ter opinião. **Liberdade** de fazer escolhas e ser respeitado por elas” [grifos nossos].

No trecho, a relação semântica de equivalência (*fundamental*) se dá entre a liberdade e a diretriz ideológica de seu governo, conforme mencionado anteriormente. O seu discurso consagra de modo inexorável a premissa de que a liberdade – no aspecto neoliberal (de empreender) e no neoconservador (a religiosa) – merecerá relevo especial em suas ações.

É importante pontuar que, ao final do trecho, Bolsonaro pontua o respeito à liberdade negativa, concernente ao fato do Estado não ter o direito de obstruir escolhas individuais dos cidadãos. É uma contradição, entretanto, com o seu discurso de liberdade ótima, que coloca a primazia da moralidade cristã como definidora das escolhas individuais.

No trecho 3 deste discurso, Bolsonaro postula, conforme ‘Integra: discurso de’ (2018), que “Como defensor da **liberdade**, vou guiar um governo que defenda e proteja os direitos do cidadão que cumpre seus deveres e respeita as leis; elas são para todos.” [grifo nosso]. O trecho é de particular relevância, por apontar o respeito a *rule of law* como baliza de governo.

No trecho, a relação semântica de equivalência (*cumpre, respeita*) é dada entre a permissão ao gozo da liberdade e o cumprimento dos direitos constitucionais. Entretanto, conforme investigação em curso neste trabalho, o cumprimento desses direitos é concedido de modo primordial ao povo a qual a mensagem populista se destina.

No trecho 4 deste discurso, Bolsonaro postula, conforme ‘Integra: discurso de’ (2018), que “Nosso governo vai quebrar paradigmas: vamos confiar nas pessoas. Vamos desburocratizar, simplificar e permitir que o cidadão, o empreendedor, tenha mais **liberdade** para criar e construir e seu futuro” [grifo nosso].

No trecho, a relação semântica de equivalência se dá em torno de três elementos: pessoas, cidadão, empreendedor. Fica posto, de forma evidente, que a nova gestão de política social se dará em harmonia com os preceitos neoliberais, visando a retirada das regulações do Estado de Bem-Estar Social.

No trecho 5 deste discurso, Bolsonaro celebra, conforme ‘Integra: discurso de’ (2018), que “Somos um grande país, e agora vamos juntos transformar esse país em um [sic] grande nação. Uma nação **livre**, democrática e próspera! Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!” [grifo nosso].

No trecho, a relação semântica de equivalência [*transformar*] se dá na mesma toada que no início do discurso, em que uma nação livre será o projeto de institucionalidade a ser implementado para a transformação social. Fica posto que o discurso deixa implicitamente a ideia de que o Brasil estava a viver supostamente sob os traços do autoritarismo estatal.

No campo da dimensão discursiva, o discurso de vitória de Bolsonaro se inscreve, desta forma, a interpretar o resultado eleitoral como a consagração de uma nova ideia de liberdade a ser gozada – liberdade esta que, conforme vista nos discursos de 2010 a 2018 dos parlamentares escolhidos, se encaixa em um padrão ideológico que articula o populismo, o neoliberalismo e o neoconservadorismo.

4.2 Brasil, momento de inversão: 2015 a 2018

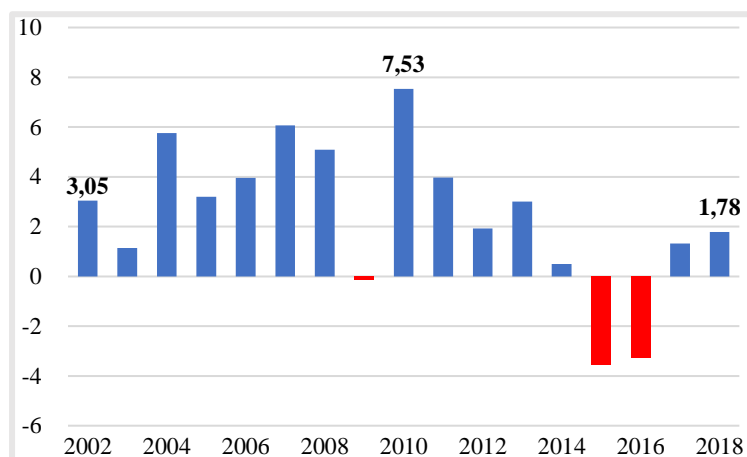
O contexto da situação econômica, social e política durante os anos de 2010 a 2018 precisa ter em conta a realização de dois grandes eventos que simbolizavam a entrada da Nação brasileira no ‘jogo das potências’ globais, que foi a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

É no contexto em que o Brasil poderia ser encarado como uma democracia em vias de se consolidar como desenvolvida que os seus cidadãos encaravam as realizações do governo federal; e, nisto, conforme citado no capítulo 3, se expressaram politicamente quanto às prioridades da Nação, conforme as Revoltas de Junho de 2013.

Os anos desta década registraram a dúvida: estaria o Brasil com os seus indicadores consolidados para se mostrar perante o mundo quanto a nação do futuro que se faz presente? Ou o país ainda estava no processo de maturação das conquistas de cidadania, podendo sofrer retrocessos em curto espaço de tempo?

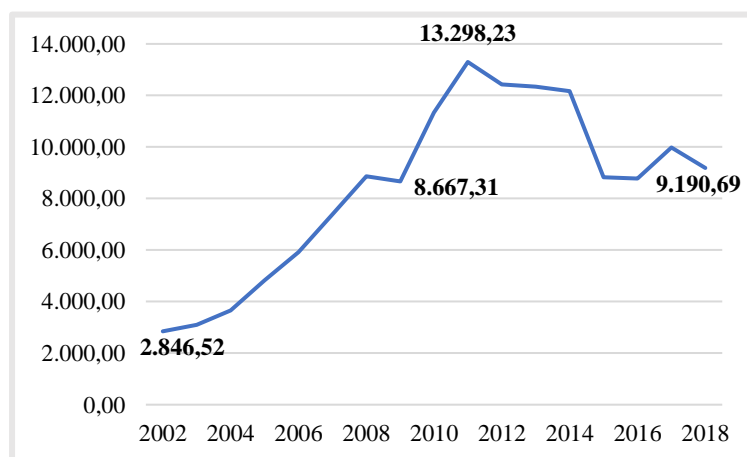
4.2.1 Brasil, 2015 a 2018: Indicadores Econômicos e Sociais

**Figura 10. Produto Interno Bruto [PIB]
(Variação Real A/A, em %), de 2002 a 2018**



Fonte: elaboração própria do autor, com dados do Banco Central do Brasil (n.d.).

**Figura 11. PIB Per Capita
(em US\$ Correntes, ao ano), de 2002 a 2018**

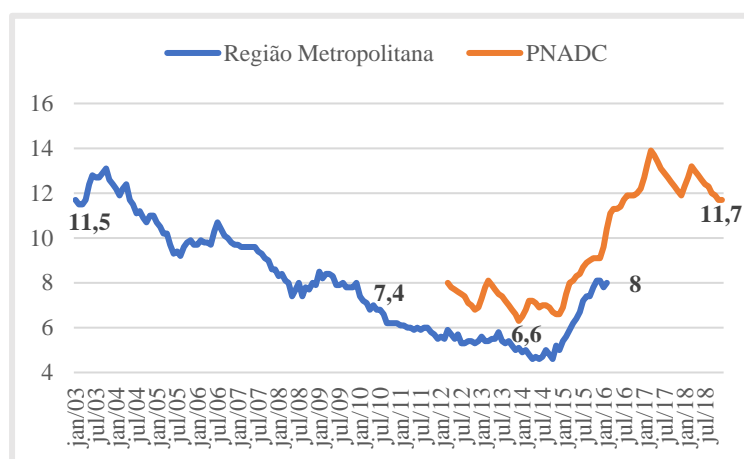


Fonte: elaboração própria do autor, com dados do Banco Central do Brasil (n.d.).

O Brasil experimentou, conforme demonstrado na Figura 10, anos de desaceleração econômica após o forte crescimento de 7,53% observado em 2010, o que fez o país chegar no último ano em estudo neste capítulo com uma situação econômica em quadro de tendência à estagnação. Em 2015 e 2016, houve recessão econômica.

Outro dado que corrobora o fim da pujança econômica é a queda acentuada do PIB per capita do país, conforme Figura 11, o que inverteu a tendência de alta observada entre o período 2002 a 2011. Os cidadãos perderam, durante os anos de 2012 a 2016, o nível de bem-estar que foi associado, de modo direto, aos governos de centro-esquerda.

Figura 12. Taxa de Desemprego Mensal³⁷, de 2003 a 2018

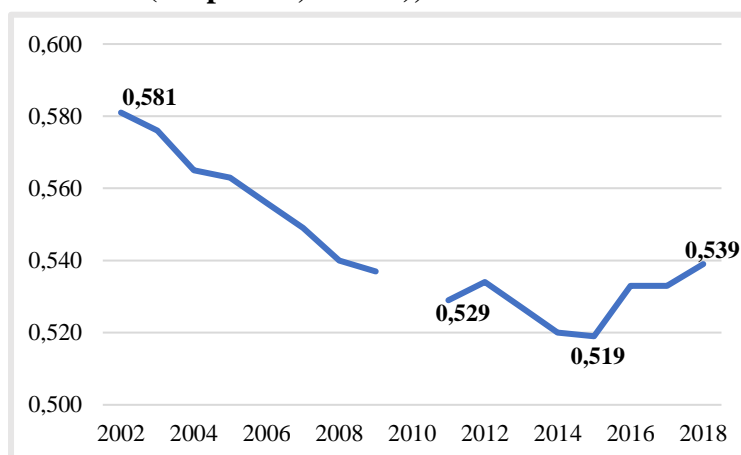


Fonte: elaboração própria do autor, com dados do Banco Central do Brasil (n.d.).

A desaceleração econômica não foi acompanhada, em um primeiro momento, pela piora das condições do mercado de trabalho. Em outubro de 2014, período de eleição presidencial, foi registrado o melhor dado da série histórica do desemprego nas Regiões Metropolitanas, de 4,6%. Porém, desde então, o nível de desemprego explodiu, o que fez a piora do bem-estar social ser acompanhada pelo flagelo da falta de ocupação.

³⁷ A partir de janeiro de 2014, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística passou a divulgar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que teve como um dos objetivos substituir a “Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), potencializando os resultados produzidos por ambas, agregando, em relação à primeira, a cobertura do território nacional” (IBGE, 2013). A Taxa de Desemprego Mensal apresentada, desta forma, se divide em duas: i. de janeiro de 2010 a fevereiro de 2016, concernente às principais regiões metropolitanas do país; ii. de março de 2012 a dezembro de 2018, concernente ao território nacional. Ambas apresentam as mesmas linhas de tendências temporais, não apresentando quaisquer problemas analíticos para esta investigação.

**Figura 13. Índice de Gini
(em pontos, ao ano), de 2002 a 2018**

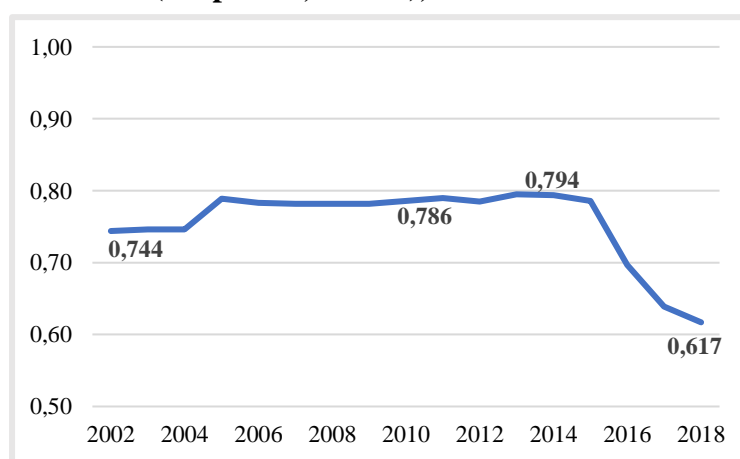


Fonte: elaboração própria do autor, com dados do World Bank (n.d.).

O Índice de Gini apresenta, de modo marcante, que a segunda metade da década de 2010 não foi de consolidação do modelo de desenvolvimento que desconcentrava a renda dos cidadãos. O ano de 2015 registra o menor dado da série histórica; porém, entre 2016 e 2018, o indicador apresenta uma piora considerável, o que faz o país regredir ao indicador observado no ano de 2008.

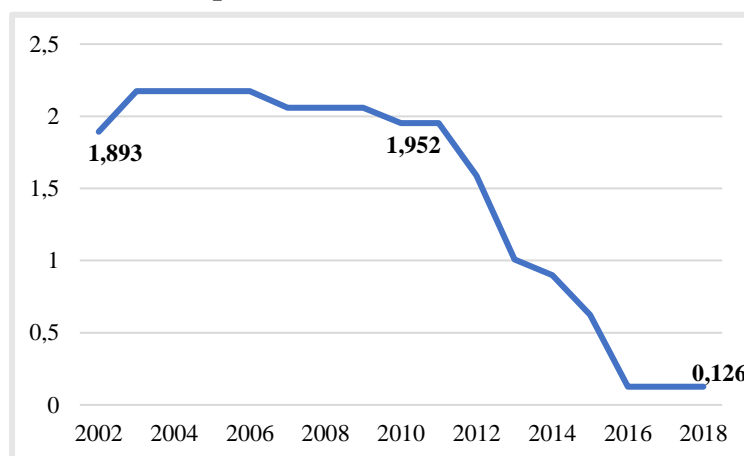
4.2.2 Brasil, 2015 a 2018: Indicadores Políticos

**Figura 14. Liberal Democracy Index
(em pontos, ao ano), de 2002 a 2018**



Fonte: elaboração própria do autor, com dados de Coppedge et al. (2020).

**Figura 15. Polarização da Sociedade
(em pontos, ao ano), de 2002 a 2018**

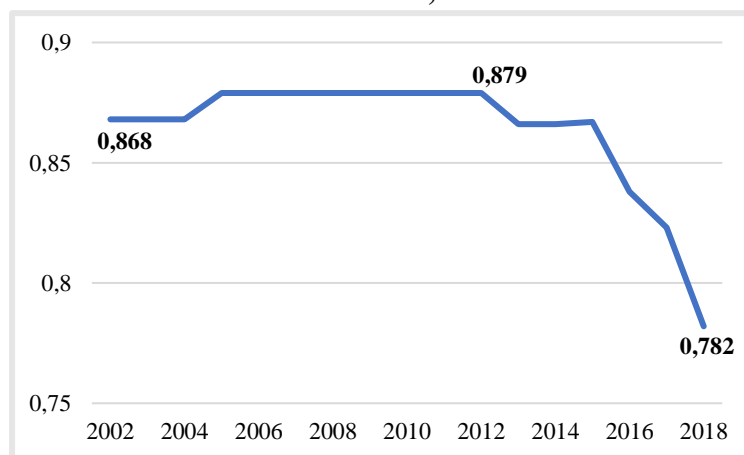


Fonte: elaboração própria do autor, com dados de Coppedge et al. (2020).

O Brasil, conforme a Figura 14, observou uma queda acentuada no *Liberal Democracy Index* de 2015 a 2018, o que corrobora a percepção de que, no período em estudo neste capítulo, o discurso contrário à democracia liberal se consolidou. O país, ao invés de estar em vias de consolidação de sua democracia vibrante, passou a valorizar os discursos autoritários e retrógrados.

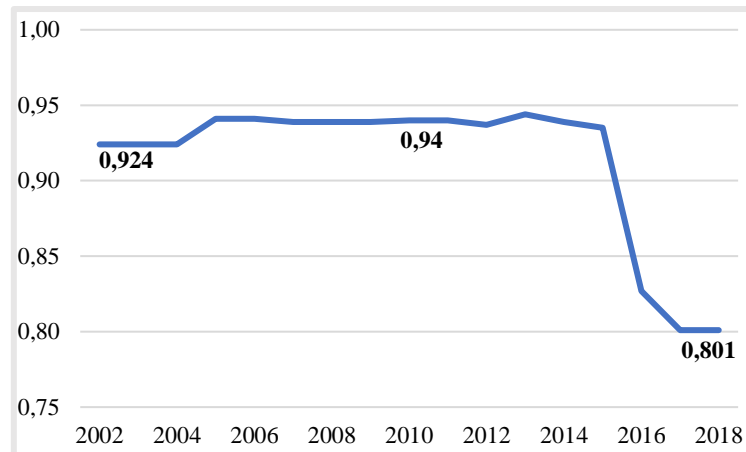
É indissociável desta regressão política o aprofundamento da polarização da sociedade, conforme a Figura 15. O país experimentou sair de uma situação de polarização média para estar, no fim de 2018, em um momento de séria polarização. Isto faz com que conceitos mínimos, como democracia e liberdade, pudessem ser distorcidos em prol de uma agenda política populista.

Figura 16. Igualdade Perante a Lei e Índice de Liberdade Individual, de 2002 a 2018



Fonte: elaboração própria do autor, com dados de Coppedge et al. (2020).

**Figura 17. Índice de Liberdade de Expressão
(em pontos, ao ano), de 2002 a 2018**



Fonte: elaboração própria do autor, com dados de Coppedge et al. (2020).

O Índice de Liberdade Individual, primazia de qualquer sociedade moderna, registrou a tendência de forte deterioração entre os anos de 2015 e 2018. O país se tornou, desta forma, menos propenso a aceitar que os indivíduos buscassem os seus objetivos sem obstrução estatal; ou seja, menos propício a valorizar a liberdade negativa.

O respeito à liberdade de expressão, em alta nos governos de centro-esquerda, foi outro indicador a registrar forte deterioração no período em análise neste capítulo. O processo de impeachment revelou que os discursos vitoriosos no processo são aqueles que justamente desejavam promover um tipo de moralidade específica que seja contrário aos polos de dissenso presentes na sociedade contemporânea.

4.2.3 Brasil, 2015 a 2018: A inversão dos indicadores

Os quatro anos do Estudo de Caso neste capítulo demonstram nitidamente a inversão do processo de aprofundamento da cidadania em voga no Brasil durante os anos de 2002 a 2010. O país se tornou economicamente mais pobre, socialmente mais desigual e politicamente mais autoritário.

Os eventos ocorridos entre 2015 e 2018, em especial o processo de impeachment da presidente Rousseff e a polarização da sociedade a partir da validação de discursos que claramente não retratavam de forma fiel o que ocorria na democracia brasileira, propiciaram o surgimento do discurso populista de direita no país (pergunta 3).

É notório que os parlamentares investigados a partir da metodologia da ACD utilizaram, em seus pronunciamentos parlamentares, a tática de promover uma inversão

de um conceito-chave nas democracias modernas: a liberdade. O intento desta estratégia foi o de valorizar a promoção de um *ethos* de moralidade cristã, em combinação de fortalecimento do aparato securitário estatal e da desregulação de *policies* de bem-estar.

4.3 Conclusão

Para o propósito desta investigação, é necessário que o leitor compreenda de modo determinante os eixos da dimensão textual e da discursiva desenvolvidos pelos parlamentares selecionados entre os anos de 2015 e 2018. Conclui-se que a mensagem populista veiculada pelos atores populistas de direita do Brasil é a descrita a seguir.

Quadro 2. Análise Crítica de Discurso dos Parlamentares, de 2015 a 2018 (por dimensão de análise)

	Dimensão Textual (Liberdade Referida)	Dimensão Discursiva (Grupos Sociais)
Jair Bolsonaro	Crítica da Liberdade +	Neoconservadores
Marco Feliciano	Crítica da Liberdade +	Neoconservadores
Onyx Lorenzoni	Liberdade - / Crítica da Liberdade +	Neoliberais e Neoconservadores

Fonte: elaboração própria do autor.

Compreende-se que o elemento em comum do discurso dos três parlamentares é o grupo social a qual a mensagem se destina; ou seja, a parcela neoconservadora da sociedade – pela via da lei e da ordem, pelo aspecto religioso ou pelo aspecto da moralidade pública.

É o neoconservadorismo, portanto, que se consagrou vitorioso como mudança institucional no Brasil a partir da vitória de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018, a partir de um discurso crítico à promoção da liberdade positiva pelos governos de centro-esquerda do PT.

No discurso dos parlamentares em estudo, a liberdade a ser implementada no Brasil deverá ser aquela que melhor harmoniza com a visão da moralidade cristã, de valorização da família e de certos comportamentos tradicionais, que são valorizados pelo neoliberalismo de Hayek. Logo, o discurso populista de bem versus o mal foi amplamente utilizado para afirmar a primazia do ‘povo’ – povo, acima de tudo, de Deus.

Conclusão

Esta dissertação teve como propósito investigar o populismo de direita e a liberdade, com o Estudo de Caso do Brasil entre os anos de 2010 e 2018. A premissa básica que guiou o trabalho foi a articulação entre o populismo, o neoconservadorismo e o neoliberalismo, que promoveu alteração institucional no país a partir dos discursos distorcidos sobre a liberdade.

Desta forma, para a conclusão desta investigação, é necessário que sejam pontuadas novamente as delimitações conceituais dos termos desenvolvidos nos Capítulos 1 e 2, de forma que o leitor possa relacionar a abordagem teórica com o apresentado nos Capítulos 3 e 4.

O populismo é, em seu caráter ideacional, compreendido na oposição ‘o povo’ vs. ‘a elite’, em que ‘o povo’ é uma entidade homogênea e moralmente pura e ‘a elite’ é moralmente corrompida. A política deve ser a expressão da vontade geral deste ‘povo’, vontade única, que não aceita dissensos.

A finalidade política deste populismo opera pela exclusão simbólica – e, em determinados momentos, literal – de determinados segmentos da população. A compreensão de quais parcelas da população serão identificadas com “o povo” é o que faculta ao investigador aprofundar o estudo de ideologias complementares.

O neoconservadorismo tem, para o propósito desta investigação, a moralidade cristã como o seu eixo definidor principal, com o principal credo de fé sendo os valores expressos na família tradicional. O neoliberalismo, por sua vez, é entendido como uma racionalidade que se baseia na visão de condutas econômicas de competição e de concorrência como definidoras do comportamento individual.

A noção clássica de liberdade, para a ciência política, é estabelecida de acordo com a distinção entre a liberdade negativa (aquela relativa à ausência de coerção de um indivíduo sobre outro) e a liberdade positiva (a presença de condições materiais para que um indivíduo seja sujeito de sua vida, não mero objeto).

Para o neoliberalismo de Hayek, a liberdade deve ser pensada estritamente em termos econômicos, sendo dissociada da expressão de liberdade política dos indivíduos. Hayek estabelece que é a conformidade voluntária dos cidadãos às tradições o que fará com que a coerção seja minimizada, a articular o pensamento neoliberal com o neoconservador.

A articulação entre os pilares do populismo, do neoliberalismo e do neoconservadorismo ocorre por meio da defesa distorcida da liberdade, em que busca da liberdade por alguns só poderá se dar em detrimento da restrição da liberdade de outros (liberdade no ponto ótimo de escolha de Pareto).

A liberdade se distorce quando ocorre a defesa absoluta da liberdade negativa vis-à-vis a positiva, a retirar o poder de ação estatal na melhoria de condições de bem-estar dos indivíduos; e, fundamentalmente, na valorização de regras morais para a defesa da liberdade. ‘Coagir para libertar’ torna-se o mote da distorção.

Para que a liberdade seja distorcida, é necessário que a política não se dê mais no eixo comum de identificação de classes sociais mediante os partidos políticos; e, sim, na política como uma luta pela moralidade, a partir do conceito de guerras culturais. Isto orientará a ação de agentes políticos que se baseiam no eixo populismo – neoliberalismo – neoconservadorismo.

A análise dos discursos de Jair Bolsonaro entre 2010 e 2018 permite a investigação afirmar que a dimensão da liberdade a qual ele se refere é a da liberdade negativa e a da crítica do gozo da liberdade positiva. A liberdade dissocia-se, em seu discurso, do ato de liberdade política. O voto é esvaziado de sentido na construção do *Welfare State* e de melhorias para o corpo coletivo cidadão.

A interpretação dos eventos ocorridos entre 2010 e 2018 por Jair Bolsonaro faculta a investigação afirmar que o seu discurso se dirige aos neoconservadores, a partir de três eixos: i. lei e ordem; ii. moralidade pública; iii. religiosidade. A dimensão da lei e da ordem, entretanto, perde primazia para o discurso da moralidade pública nos anos finais de análise.

A análise dos discursos de Marco Feliciano entre 2011 e 2018 permite a investigação afirmar que a dimensão da liberdade a qual ele se refere é a da crítica do gozo da liberdade positiva. O ator reveste o seu discurso sobre a liberdade enquanto ator político como aquela que é vivenciada no seio da moralidade cristã.

A interpretação dos eventos ocorridos entre 2011 e 2018 por Marco Feliciano faculta a investigação afirmar que o seu discurso se dirige aos neoconservadores, a partir principalmente do eixo da moralidade. O eixo da moralidade pública deve ser compreendido principalmente como entrelaçado com a defesa dos valores religiosos.

A análise dos discursos de Onyx Lorenzoni entre 2010 e 2018 permite a investigação afirmar que a dimensão da liberdade a qual ele se refere é duplo: a da

liberdade negativa; a da condenação do gozo da liberdade positiva, via crítica de ações do governo federal de centro-esquerda do PT.

A interpretação dos eventos ocorridos entre 2010 e 2018 por Onyx Lorenzoni faculta a investigação afirmar que o seu discurso se dirige aos neoliberais e aos neoconservadores, a partir dois eixos: i. liberdade econômica; ii. moralidade pública. A importância deste ator para a dissertação é a conciliação que ele faz entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo.

Desta maneira, o que se pode concluir é que a Hipótese 0 - o populismo de direita do Brasil corrompeu o discurso sobre a liberdade, a partir da presença de elementos da ideologia neoliberal e da neoconservadora - é validada pela força do neoconservadorismo via instauração da moralidade privada cristã como a força motriz por trás dos discursos populistas dos atores selecionados para a pesquisa.

É esta moralidade que fará com que parcela do *demos* brasileira seja excluída do conceito de povo utilizado pelo projeto vitorioso na eleição de 2018. É o povo temente a Deus que será o povo que merece desfrutar da liberdade que guiará as proposições de *policies* no novo governo federal nacional, conforme o discurso vitorioso de Bolsonaro deixou claro no dia do segundo turno da eleição.

A liberdade proferida nos discursos em análise é a liberdade que condena o gozo da liberdade positiva pelos cidadãos; e é adicionalmente a liberdade que deseja que a liberdade negativa a ser desfrutada seja aquela prescrita nas tradições da família cristã brasileira. É a distorção, desta forma, da liberdade pensada após as experiências totalitárias do século XX.

O autoritarismo estatal se faz presente: ‘coagir para libertar’ se faz necessário quando se considera o povo como presente apenas a um determinado segmento religioso. O discurso da lei e da ordem se harmoniza com o da moralidade cristã; estes, por sua vez, se complementam com o discurso que condena o Estado de Bem-Estar Social.

O projeto vitorioso nas eleições brasileiras de 2018, desta forma, utilizou-se da gramática da teologia para fazer com que os cidadãos brasileiros se sentissem em uma luta do bem contra o mal. É aí que o tom populista dos discursos se encaixa: o povo de Deus necessita entrar em uma guerra cultural pela defesa da moral contra os seus inimigos.

Adicionalmente, pode-se concluir que a Hipótese 1 - o discurso populista de direita se fortaleceu no Brasil na presença da crise econômica - é validada por demonstrar

que o discurso populista maniqueísta consegue se eleger vitorioso em nível federal apenas a partir da ocorrência de forte crise econômica e social entre os anos de 2015 e de 2016.

O populismo de direita, desta forma, ao operar a exclusão simbólica de parcela da população, necessita de certa *malaise* social para que seja validado pela maioria dos cidadãos. A perda de bem-estar econômico possui fortes implicações políticas, validando um discurso que é explicitamente autoritário.

Conclui-se, assim, que o Brasil entrou em declínio cidadão a partir do fim de 2018. A nova institucionalidade a comandar o país nos anos vindouros seria aquela que advogava pela liberdade, mas não para todos; pela família, desde que fosse a tradicional; e, por fim, pela democracia, desde que fosse apenas aquela validada pelo seu ‘povo’.

A política brasileira a partir de 2018 passou a ser não mais a que buscava construir consensos sobre diferentes projetos de país; e, sim, aquela que condenava os dissensos daqueles que eram contrários ao povo de Deus. É este o desafio posto para aqueles que desejam revigorar a democracia brasileira a partir de 2023.

Conclui-se esta dissertação com o propósito de demonstrar que os discursos dos atores políticos são de fundamental relevância para os seus projetos de poder, não sendo meras palavras ao vento. Cabe aos cidadãos observar se estes discursos correspondem à verdade factual e as suas condições materiais de sociabilidade.

Ideias que não se coadunem com os fatos precisam ser criticamente discutidas por aqueles que valorizam a liberdade de expressão. O negacionismo científico mata, conforme ficou demonstrado na pandemia de Covid-19 – e o negacionismo das ideias permite que a democracia seja deteriorada por líderes que não tem compromisso com a liberdade.

Bibliografia

- Abrantes, T. (2015, Dez. 13). Como foram os protestos pró-impeachment de 13 de dezembro. *Revista Exame*. <https://exame.com/brasil/protestos-pro-impeachment-ocorrem-em-mais-de-100-cidades/>
- Agência Câmara. (2010, Mai. 18). Governo federal vai permitir que travesti use nome social em documentos oficiais. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/05/737036-governo-federal-vai-permitir-que-travesti-use-nome-social-em-documentos-oficiais.shtml>
- Agência Senado. (2016, Dez. 28). Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. *Senado Federal*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>
- Alonso, A. (2019). A comunidade moral bolsonarista. In S. Abranches (Ed.), *Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje* (pp. 41-55). Companhia das Letras.
- Amnesty International. (2022, Fev. 1). *Israel's apartheid against Palestinians: Cruel system of domination and crime against humanity*. <https://www.amnesty.org/en/documents/mde15/5141/2022/en/>
- Anderson, B. (2013). *Comunidades imaginadas*. Companhia das Letras.
- Avritzer, L. (2016). *Impasses da democracia no Brasil*. Civilização Brasileira.
- Banco Central do Brasil. (n.d.). *SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais*. Recuperado em 2022, Abr. 16, de: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>
- Bandeira, L. (2014). Xingado de escravo, cubano do Mais Médicos hoje reclama de falta de especialistas. *BBC Brasil*. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140926_medico_cubano_salasocial_eleicoes2014_lab
- Bell, D. (1992). The cultural wars: American intellectual life, 1965-1992. *The Wilson Quarterly* (1976-), 16(3), 74-107.
- Berlin, I. (2014). *Political Ideas in the Romantic Age*. Princeton University Press.
- Berni, F. C., & Guerra, V. C. (2019). Do Programa Escola Sem Homofobia ao “Kit Gay”: uma análise de discurso e representação através da cobertura jornalística. *XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Porto Alegre – RS*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sul2019/resumos/R65-0280-1.pdf>
- Bird, C. (2006). *An Introduction to Political Philosophy*. Cambridge University Press.
- Bobbio, N. (1996). *Left and right: The significance of a political distinction*. University of Chicago Press.
- Bolsonaro, J. (2010, Mar. 31). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 059.4.53.O – Orador: Jair Bolsonaro, PP-RJ*. Disponível em: <http://tinyurl.com/2p8nnwkh>
- Bolsonaro, J. (2011, Fev. 09). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 005.1.54.O – Orador: Jair Bolsonaro, PP-RJ*. Disponível em: <http://tinyurl.com/28buwzm9>
- Bolsonaro, J. (2012, Abr. 17). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 084.2.54.O – Orador: Jair Bolsonaro, PP-RJ*. Disponível em: <http://tinyurl.com/yehtud9>
- Bolsonaro, J. (2013, Jul. 10). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 203.3.54.O – Orador: Jair Bolsonaro, PP-RJ*. Disponível em: <http://tinyurl.com/mrfrx752>
- Bolsonaro, J. (2014, Abr. 14). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 113.4.54.O – Orador: Jair Bolsonaro, PP-RJ*. Disponível em: <http://tinyurl.com/bde6jsrt>
- Bolsonaro, J. (2015, Mai. 21). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 120.1.55.O – Orador: Jair Bolsonaro, PP-RJ*. Disponível em: <https://tinyurl.com/zm94dkur>

- Bolsonaro, J. (2016, Abr. 17). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 091.2.55.O – Orador: Jair Bolsonaro, PSC-RJ*. Disponível em: <https://tinyurl.com/up4b6mjc>
- Bolsonaro, J. (2017, Mai. 10). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 110.3.55.O_1 – Orador: Jair Bolsonaro, PSC-RJ*. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc35rzym>
- Bonin, R. (2014, Out. 23). Dilma e Lula sabiam de tudo, diz Alberto Youssef à PF. *Revista Veja*. <https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf/>
- Brazil takes off. (2009, Nov. 14). *The Economist*. <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off>
- Britannica. (n. d.). Pat Buchanan. In *Encyclopaedia Britannica*. Recuperado em 2022, Mar. 4: <https://www.britannica.com/biography/Patrick-J-Buchanan>
- Brown, W. (2006). American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. *Political Theory*, 34(6), 690-714. <https://doi.org/10.1177/0090591706293016>
- Brown, W. (2019). *In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West*. Columbia University Press.
- Buchanan, P. J. (1992, Ago. 17). *Culture War Speech: Address to the Republican National Convention*. Voices of Democracy: The U.S. Oratory Project, University of Maryland. Recuperado em 2022, Mar. 3: <https://voicesofdemocracy.umd.edu/buchanan-culture-war-speech-speech-text/>
- Câmara dos Deputados. (n.d.). *Pr. Marco Feliciano – Biografia*. Recuperado em 2022, Ago. 31, de: <https://www.camara.leg.br/deputados/160601/biografia>
- Canovan, M. (1981). *Populism*. Harcourt Brace Jovanovich.
- Caramuru, P. (2020, Mai. 21). Bolsonaro: para mim, tem algo que é mais importante que a vida, a liberdade. *Agência Estado*. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/05/21/bolsonaro-para-mim-tem-algo-que-e-mais-importante-que-a-vida-a-liberdade.htm>
- Cassimiro, P. H. P. (2021). Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 35(1), 1-52. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.242084>
- Christofoletti, L. (2008, Out. 10). Juiz condena Ustra por seqüestro e tortura. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1010200834.htm>
- Coletta, R. D. (2020, Mar. 24). Em pronunciamento, Bolsonaro critica fechamento de escolas, ataca governadores e culpa mídia. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/em-pronunciamento-bolsonaro-critica-fechamento-de-escolas-ataca-governadores-e-culpa-midia.shtml>
- Comissão Nacional da Verdade. (2014, Dez. 10). *Relatório da CNV – Volume I, Parte III – Métodos e práticas nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas*. http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_275_a_592.pdf
- Congresso Nacional. (n.d.). *Glossário de Termos Legislativos – B – Bancada Parlamentar*. Recuperado em 2022, Jun. 28, de: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/bancada_parlamentar
- Cook, A. (2015). The Ghosts of 1964: Race, Reagan, and the Neo-Conservative Backlash to the Civil Rights Movement. *Alabama Civil Rights & Civil Liberties Law Review*, 6(2), 81-120. Disponível em: https://www.law.ua.edu/acrc/files/2017/04/the_ghosts_of_1964.pdf

- Cooper, M. (2021). The Alt-Right Neoliberalism, Libertarianism and the Fascist Temptation. *Theory, Culture & Society, Special Issue*, 1-22. <https://doi.org/10.1177/0263276421999446>
- Coppedge, M., Gerring, J., Knutsen, C. H., Lindberg, S. I., Teorell, J., Altman, D., ... & Lüthmann, A. (2020). *V-Dem Country-Year Dataset v10*. Varieties of Democracy (V-Dem) Project. <https://doi.org/10.23696/vdemds20>
- Coser, I. (2019). Dois conceitos de liberdade: 60 anos após a sua publicação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 34(100), 1-21. <https://doi.org/10.1590/3410011/2019>
- Cullen, J. (2017). *The system is rigged: A discursive analysis of Donald Trump and Bernie Sanders*. [Dissertação de Mestrado em *Politics and Communication*, London School of Economics and Political Science]. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/media-and-communications/assets/documents/research/msc-dissertations/2016/Dissertation-Jessica-Cullen.pdf>
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Dardot, P., Guéguen, H., Laval, C., & Sauvêtre, P. (2021). *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. Editora Elefante.
- Decreto nº 7.037. (2009, Dez. 21). Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. *Presidência da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm
- Diamond, L. (2015). Facing Up to the Democratic Recession. *Journal of Democracy*, 26(1), 141-155. <https://doi.org/10.1353/jod.2015.0009>
- Evans, M. (2006). Elitism. In C. Hay, M. Lister, & D. Marsh (Eds), *The State: Theories and Issues* (pp. 39-58). Palgrave Macmillan.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. Routledge.
- Feliciano, M. (2011, Abr. 12). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 066.1.54.O – Orador: Pastor Marco Feliciano, PSC-SP*. Disponível em: <http://tinyurl.com/2v4bhj93>
- Feliciano, M. (2012, Out. 09). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 262.2.54.O – Orador: Pastor Marco Feliciano, PSC-SP*. Disponível em: <http://tinyurl.com/8h5ecfww>
- Feliciano, M. (2013, Jun. 12). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 163.3.54.O – Orador: Pastor Marco Feliciano, PSC-SP*. Disponível em: <http://tinyurl.com/c3y6zs9c>
- Feliciano, M. (2014, Abr. 01). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 071.4.54.O – Orador: Pastor Marco Feliciano, PSC-SP*. Disponível em: <http://tinyurl.com/2tvfha7t>
- Feliciano, M. (2015, Dez. 15). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 393.1.55.O – Orador: Pastor Marco Feliciano, PSC-SP*. Disponível em: <https://tinyurl.com/fymn4hnz>
- Feliciano, M. (2016, Abr. 16). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 086.2.55.O – Orador: Pastor Marco Feliciano, PSC-SP*. Disponível em: <https://tinyurl.com/3nrbsndc>
- Feliciano, M. (2017, Fev. 14). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 007.3.55.O – Orador: Pastor Marco Feliciano, PSC-SP*. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p92df8r>
- Feliciano, M. (2018, Out. 16). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 215.2018 – Orador: Pastor Marco Feliciano, PODE-SP*. Disponível em: <https://tinyurl.com/4v8atdfx>

- Foa, R. S., Klassen, A., Wenger, D., Rand, A., & Slade, M. (2020). *Youth and Satisfaction with Democracy: Reversing the Democratic Disconnect?* Centre for the Future of Democracy, Cambridge University. Recuperado em 2020, Dez. 28: https://www.cam.ac.uk/system/files/youth_and_satisfaction_with_democracy.pdf
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Martins Fontes.
- Freitas, G. (2017). A sociedade como campo de batalha. *Revista Serrote*, 25, 4-15.
- Fundação Ulysses Guimarães. (2015). *Uma Ponte para o Futuro*. Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>
- Gamble, A. (2013). Hayek and Liberty. *Critical Review*, 25 (3-4), 342-363. <https://doi.org/10.1080/08913811.2013.854044>
- Gaspar, M. (2018). O fiador. *Revista Piauí*, 144. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>
- Gaspari, E. (2002). *A Ditadura Envergonhada: As Ilusões Armadas*. Companhia das Letras.
- Gherman, M., & Klein, M. (2021). Aquela Noite: o lugar da Israel imaginária na nova direita brasileira. *Revista Antropológicas*, 32(2), 111-140. doi.org/10.51359/2525-5223.2021.251633
- Gidron, N., & Bonikowski, B. (2013). *Varieties of populism: Literature review and research agenda*. (Weatherhead Working Paper Series, nº. 13-0004). Weatherhead Center for International Affairs, Harvard University. Disponível em: https://scholar.harvard.edu/files/gidron_bonikowski_populismlitreview_2013.pdf
- Greenwald, G., Reed, B., & Demori, L. (2019, Jun. 9). Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro. *The Intercept Brasil*. <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>
- Harris, M. (2016). *Isaiah Berlin, Negative Liberty, and Neoliberalism*. [Examination Fellow]. All Souls College, Oxford University. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3248569>
- Hawkins, K. A., Read, M., & Pauwels, T. (2017). Populism and Its Causes. In C. Rovira Kaltwasser, P. Taggart, P. Ochoa Espejo, & P. Ostiguy (Eds), *The Oxford Handbook of Populism* (pp. 341-364). Oxford University Press.
- Hawkins, K. A., & Rovira Kaltwasser, C. (2019). Introduction: the ideational approach. In K. A. Hawkins, R. E. Carlin, L. Littvay, & C. R. Kaltwasser (Eds). *The ideational approach to populism* (pp. 1-24). Routledge.
- Hayek, F. A. (2011). *The Constitution of Liberty: The Definitive Edition*. The University of Chicago Press.
- High, B. (2009). The Recent Historiography of American Neoconservatism. *The Historical Journal*, 52(2), 475-491. [doi:10.1017/S0018246X09007560](https://doi.org/10.1017/S0018246X09007560)
- IBGE. (2013, Dez. 9). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Divulgação dos primeiros resultados*. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101829.pdf>
- In a quagmire. (2015, Fev. 28). *The Economist*. <https://www.economist.com/leaders/2015/02/26/in-a-quagmire>
- Íntegra: discurso de Jair Bolsonaro após vitória eleitoral. (2018, Out. 28). *G1 Globo*. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/integra-discurso-de-jair-bolsonaro-apos-vitoria-eleitoral.ghtml>
- International IDEA. (2021). *The Global State of Democracy 2021: Building Resilience in a Pandemic Era*. Recuperado em 2021, Nov. 22: https://www.idea.int/gsod/sites/default/files/2021-11/the-global-state-of-democracy-2021_1.pdf

- Jair Bolsonaro, Latin America's latest menace. (2018, Set. 22). *The Economist*.
<https://www.economist.com/leaders/2018/09/20/jair-bolsonaro-latin-americas-latest-menace>
- Lacerda, M. B. (2019). *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Editora Zouk.
- Lei nº 12.871. (2013, Out. 22). Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências. *Presidência da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112871.htm
- Lemke, T. (2001). 'The birth of bio-politics': Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality. *Economy and society*, 30(2), 190-207.
<https://doi.org/10.1080/03085140120042271>
- Lilla, M. (2017). *The Once and Future Liberal: After Identity Politics*. Harper Collins Publishers.
- Lisi, M., & Teixeira, N. S. (2020). Populisms: An Introduction. *Relações Internacionais, Special Issue*, 7-15. <https://doi.org/10.23906/ri2020.sia01>
- Lorenzoni, O. (2010, Mar. 10). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 057.4.53.O – Orador: Onyx Lorenzoni, DEM-RS*. Disponível em: <http://tinyurl.com/4mvkzuaa>
- Lorenzoni, O. (2011, Mar. 02). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 029.1.54.O – Orador: Onyx Lorenzoni, DEM-RS*. Disponível em: <http://tinyurl.com/49rsyrm6>
- Lorenzoni, O. (2012, Mai. 08). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 029.1.54.O – Orador: Onyx Lorenzoni, DEM-RS*. Disponível em: <http://tinyurl.com/2rx2efv2>
- Lorenzoni, O. (2013, Out. 08). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 309.3.54.O – Orador: Onyx Lorenzoni, DEM-RS*. Disponível em: <http://tinyurl.com/556h5pnx>
- Lorenzoni, O. (2014, Jun. 04). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 171.4.54.O – Orador: Onyx Lorenzoni, DEM-RS*. Disponível em: <http://tinyurl.com/ydp6npub>
- Lorenzoni, O. (2015, Mai. 20). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 115.2015 – Orador: Onyx Lorenzoni, DEM-RS*. Disponível em: <https://tinyurl.com/38auk5ds>
- Lorenzoni, O. (2016, Mar. 08). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 029.2.55.O – Orador: Onyx Lorenzoni, DEM-RS*. Disponível em: <https://tinyurl.com/y74bpvtz>
- Lorenzoni, O. (2017, Fev. 14). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 007.3.55.O – Orador: Onyx Lorenzoni, DEM-RS*. Disponível em: <https://tinyurl.com/u7xtfv28>
- Lorenzoni, O. (2018, Fev. 14). *Câmara dos Deputados – DETAQ – Sessão: 131.4.55.O – Orador: Onyx Lorenzoni, DEM-RS*. Disponível em: <https://tinyurl.com/yvxcyhyx>
- Lührmann, A., Maerz, S. F., Grahn, S., Alizada, N., Gastaldi, L., Hellmeier, S., Hindle, G., & Lindberg, S. I. (2020). *Autocratization Surges – Resistance Grows. Democracy Report 2020*. Varieties of Democracy (V-Dem) Project. Recuperado em 2020, Dez. 12: https://www.v-dem.net/media/filer_public/de/39/de39af54-0bc5-4421-89aefb20dce53dba/democracy_report.pdf
- Marshall, T. H. (2006). Citizenship and Social Class. In C. Pierson & F. G. Castles (Eds.), *The Welfare State Reader* (pp. 30-39). Polity.
- Mendonça, A. (2020, Mai. 07). Bolsonaro: 'Muito maior que a própria vida é a nossa liberdade'. *Estado de Minas*. https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/07/interna_politica,1145274/bolsonaro-muito-maior-que-a-propria-vida-e-a-nossa-liberdade.shtml
- Mill, J. S. (2015). *On Liberty, Utilitarianism and Other Essays*. Oxford University Press.
- Ministério Público Federal. (n.d.). *Caso Lava Jato – Entenda o Caso*. Recuperado em 2022, Ago. 29, de: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>
- Mudde, C. (2004). The populist zeitgeist. *Government and opposition*, 39(4), 541-563.
<https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>

- Mudde, C. (2017). Populism - An Ideational Approach. In C R Kaltwasser, P. Taggart, P. O. Espejo, & P. Ostiguy (Eds), *The Oxford Handbook of Populism* (pp. 46-70). Oxford University Press.
- Mudde, C. (2020, Jan. 6). The 2010s' grim legacy: the decade of the far right. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/jan/06/2010s-legacy-far-right-politics>
- Mudde, C., & Rovira Kaltwasser, C. (2013). Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America. *Government and Opposition*, 48(2), 147-174. doi:10.1017/gov.2012.11
- Néri, F. (2014, Jun. 25). Executiva do PP aprova apoio a Dilma, diz presidente do partido. *G1 Globo*. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/06/executiva-do-pp-aprova-apoio-dilma-diz-presidente-do-partido.html>
- Nogueira, I., & Fernandes, T. (2018, Jul. 22). Com críticas ao centrão, PSL oficializa candidatura de Bolsonaro à Presidência. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/convencao-de-bolsonaro-tem-criticas-ao-centrao.shtml>
- Nunes, R. (2020). Of what is Bolsonaro the name?. *Radical Philosophy*, 2.09 (Series 2 / Winter 2020-21), 3-15.
- Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Recuperado em 2022, Jan. 20: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf
- Organização das Nações Unidas. (2020, Set. 18). *Publicação - Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Recuperado em 2022, Jan. 20: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Passarinho, N. (2010, Mai. 13). Presidente altera trechos polêmicos do Plano de Direitos Humanos. *G1 Globo*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/05/presidente-altera-trechos-polemicos-do-plano-de-direitos-humanos.html>
- Placar Eleições 2010. (n.d.). *Uol Notícias*. <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/1turno/>
- Placar Eleições 2014. (n.d.). *Uol Notícias*. <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2014/1turno/>
- Prefeitura de Niterói. (n.d.). *Todos os Indicadores - Índice de Gini*. Recuperado em 2022, Jun. 28, de: <http://observa.niteroi.rj.gov.br/lista-indicadores/89-indice-de-gini>
- PSDB pede ao TSE auditoria para verificar 'lisura' da eleição. (2014, Out. 30). *G1 Globo*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>
- Quero, C. (2010, Jan. 12). Entenda a polêmica sobre a Comissão Nacional da Verdade. *BBC Brasil*. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100112_comissao_qanda_cq
- Riedel, R. (2017). Populism and Its Democratic, Non-Democratic, and Anti-Democratic Potential. *Polish Sociological Review*, 199(3), 287-298.
- Rousseau, J. J. (2011). *Do contrato social ou princípios do direito político*. Companhia das Letras.
- Rovira Kaltwasser, C. (2012). The ambivalence of populism: threat and corrective for democracy. *Democratization*, 19(2), 184-208. <https://doi.org/10.1080/13510347.2011.572619>
- Rovira Kaltwasser, C., Taggart, P., Espejo, P. O., & Ostiguy, P. (2017). Populism: An Overview of the Concept and the State of Art. In C Rovira Kaltwasser, P. Taggart, P. Ochoa Espejo, & P. Ostiguy (Eds), *The Oxford Handbook of Populism* (pp. 16-43). Oxford University Press.

- Schmidt, V. A. (2011). Reconciling Ideas and Institutions through Discursive Institutionalism. In D. Béland & R. H. Cox (Eds.), *Ideas and Politics in Social Science Research* (pp. 47-64). Oxford University Press.
- Schmitt, C. (2008). *The Concept of the Political - Expanded Edition*. University of Chicago Press.
- SECOM TSE. (2014, Dez. 09). *Plenário do TSE proclama resultado definitivo do segundo turno da eleição presidencial*. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>
- Seminário discute liberdade de imprensa no país. (2010, Nov. 26). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2611201017.htm>
- Senado Federal. (2021, Out. 26). *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia*. Recuperado em 2022, Ago. 31, de: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/72c805d3-888b-4228-8682-260175471243>
- Stochero, T., & Passarinho, N. (2014, Jun. 13). Há um ano, 'batalha da Consolação' impulsionou protestos pelo país. *GI Globo*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/06/ha-um-ano-batalha-da-consolacao-impulsionou-protestos-pelo-pais.html>
- The Guardian. (2013, Abr. 8). Margaret Thatcher: a life in quotes. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/politics/2013/apr/08/margaret-thatcher-quotes>
- Thompson, M. J. (2007). America's Conservative Landscape: The New Conservatism and the Reorientation of American Democracy In M. J. Thompson (Ed), *Confronting the New Conservatism: The Rise of the Right in America* (pp. 9-30). New York University Press.
- Tijolaço. (2015, Out. 20). *Como nasceu o impeachment* [Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=Pxoq7c4gsJE>
- Tribunal Superior Eleitoral. (n.d.-a). *Eleições 2002 – Consulta de Resultados Eleitorais*. Recuperado em 2022, Ago. 29, de: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>
- Tribunal Superior Eleitoral. (n.d.-b). *Eleições 2006 – Consulta de Resultados Eleitorais*. Recuperado em 2022, Ago. 29, de: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/candidaturas-e-resultados/resultado-da-eleicao-2006>
- Tribunal Superior Eleitoral. (2018, Out. 30). *Eleições 2018: Justiça Eleitoral conclui totalização dos votos do segundo turno*. <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>
- van Dijk, T. A. (2000). *Ideology: a Multidisciplinary Approach*. SAGE Publications.
- Varian, H. R. (2003). *Microeconomia – Princípios Básicos*. Campus.
- Venaglia, G. (2018, Nov. 5). Onyx Lorenzoni é nomeado ministro extraordinário para a transição. *Revista Veja*. <https://veja.abril.com.br/politica/governo-bolsonaro-onyx-lorenzoni-e-nomeado-extraordinario-para-transicao/>
- Williamson, J. (2004). *The Washington Consensus as Policy Prescription for Development*. [Lecture at the World Bank on January 13, 2004] <https://www.piie.com/sites/default/files/publications/papers/williamson0204.pdf>
- World Bank. (n.d.). *World Bank, Poverty and Inequality Platform*. Recuperado em 2022, Abr. 16, de: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=BR>
- Wrenn, M. V. (2019). Consecrating Capitalism: The United States Prosperity Gospel and Neoliberalism. *Journal of Economic Issues*, 53(2), 425-432. <https://doi.org/10.1080/00213624.2019.1594528>
- Zweig, S. (2001). *Brasil, país do futuro*. Ebooks Brasil

Anexo

Discursos Selecionados para a ACD, na Íntegra:

1. Data: 31/03/2010

Orador: JAIR BOLSONARO, PP-RJ

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, saúdo os militares e civis que, em 1964, tiveram a coragem de assumir o comando do País, e o faço em nome do falecido jornalista Roberto Marinho, que, em editorial do jornal O Globo, de 7 de outubro de 1984, intitulado Julgamento da Revolução, disse o seguinte no primeiro parágrafo: "Participamos da Revolução - democrática - de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada".

Há alguma diferença hoje? Não.

Os militares assumiram o poder, então, com apoio de toda a imprensa, que exigia que os militares assumissem o poder em 1964; com apoio da classe empresarial, que não admitia a estatização; e, repito, com apoio da Igreja Católica, que, nas missas, impulsionava os militares a terem coragem de assumir o poder juntamente com os civis sérios - o ateísmo era a religião dos comunistas; que impulsionava os produtores rurais, que não queriam ver suas fazendas tomadas pelas ligas camponesas; que impulsionava as mulheres, nas ruas, em quase todas as capitais do Brasil, não apenas no Rio de Janeiro, como há pouco disse o Deputado Ibsen Pinheiro justificando sua emenda.

Assim o Brasil deu início a 20 anos de glória, período em que o povo gozou de plena liberdade e de direitos humanos. Naquela época, o marginal era tratado como marginal. Hoje, ele tem direitos humanos, tem auxílio-reclusão e vota. É o absurdo dos absurdos!

Dirijo-me agora aos jovens que estão me ouvindo, dada a impregnação da mídia, para que tenham realmente noção do que foi o regime militar. Procurem os mais velhos, perguntem ao primeiro que estiver passando na frente de sua casa que tiver acima de 60 anos como foi o regime militar e se ele não tem saudades daquela época, época em que todos eram respeitados, até mesmo este Parlamento, que hoje não o é mais.

Muito importante também, Sr. Presidente, foram as realizações dos militares em 20 anos de liberdade. Lançamos o lema Brasil: ame-o ou deixe-o. Todos tinham liberdade para sair do País, para ir e vir. O criminoso, repito, era tratado como criminoso. Nenhum Presidente militar enriqueceu-se ao longo de 20 anos de regime.

Construímos a Hidrelétrica de Itaipu, a Ponte Rio-Niterói, fizemos a duplicação da Dutra, portos, aeroportos, telecomunicações. Não há, hoje, um só militar que tenha enriquecido nessa época. O Brasil passou da 49ª para a 8ª economia do mundo exatamente por causa disso, porque a roubalheira praticamente não existia. E, quando aparecia, a autoridade era cassada pelo saudoso AI-5, que veio para evitar que o terrorismo se expandisse mais em nosso País.

O povo, iludido, lamentavelmente trocou tudo isso por voto. O voto é muito importante, mas quando se tem responsabilidade. Quando não se tem, como acontece hoje em dia, a troca do voto por bolsa família e por projetos assistencialistas. Há uma candidata do Governo com grande chance de chegar à Presidência. Agora, ninguém questiona o passado de Dilma Rousseff, o passado de terrorista, de assaltante, de integrante de movimentos como o VAR-Palmares, responsável pela execução de tantas pessoas inocentes em nosso País, inclusive usando carros-bombas e sequestrando dezenas de autoridades.

Sr. Presidente, pelo que os militares fizeram em 1964, minha saudação a eles e aos civis de bem que assumiram o timão do Brasil à época.

2. Data: 09/02/2011

Orador: JAIR BOLSONARO, PP-RJ

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, companheiros, primeiro, quero agradecer pelos 8 votos que tive por ocasião das eleições para a Presidência da Casa, na semana passada. É claro que me candidatei sem pensar numa possível eleição, até porque eu não tinha nada a oferecer ao seletorado, sequer uma bolachinha Mabel. Foi apenas para ocupar espaço.

Minha proposta maior era a questão do orçamento impositivo por ocasião das emendas individuais. Já vimos nos jornais de hoje que o Governo Dilma ameaça o Congresso. Caso os Deputados antigos, em especial os que têm emendas aprovadas no Orçamento, que deve ser sancionado hoje, não votem de acordo com a intenção do Governo, essas emendas serão contingenciadas, ou seja, não serão liberadas. As emendas individuais - tenho uma proposta de emenda à Constituição que está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que espero ver tramitar no corrente ano - são a maneira de restabelecer a nossa independência. Caso contrário, vamos continuar, como em governos anteriores, reféns do Executivo. Ou seja, num Parlamento que não tem identidade e cada Parlamentar é obrigado a fazer um jogo, jogar uma moedinha para cima para ver se vota com o Governo, para ter suas emendas liberadas, ou se não vota, o que vai dificultar, e muito, a reeleição dele lá na frente.

Junto com isso, outras propostas do Governo vêm. Depois que se comete aqui um deslize e não vota a primeira vez, o Governo volta a cobrar tudo, nas vezes seguintes. Por exemplo, a população hoje em dia está preocupada com o possível retorno da CPMF. Graças a Deus, sempre tive independência, meu partido nunca me cobrou nada em questão nenhuma aqui dentro. Gozo de total liberdade lá, não somente eu, mas também todos os Parlamentares. Antecipo meu voto contrário à criação da CPMF, porque este Governo arrecada muito hoje em dia, levando-se em conta o que os cinco Presidentes militares fizeram, de 1964 a 1986, mas não se compara, em obras, o que os militares fizeram com o que acontece atualmente.

Esse é um caso em que os jovens Parlamentares, em especial, têm de pensar: quem quiser ter liberdade e ver suas propostas aprovadas ou pelo menos votadas nesta Casa deve ter independência do Poder Executivo.

Acredito que o Judiciário não tem independência. Basta ver que o Supremo Tribunal Federal já tem sete indicados por este Governo que está aí. Duvidamos de ações importantes julgadas pelo Supremo, até sobre o empate no caso de Cesare Battisti. Não entendemos por que o Governo quer manter em nosso País um terrorista, um assassino que praticou quatro homicídios na Itália. Estão preocupados com o quê? Se porventura concederem a Battisti a extradição, ele pode resolver abrir a boca e contar sobre terroristas do passado que hoje estão no Governo. Essa é a preocupação do Governo, com toda a certeza.

Já conversamos um pouco sobre o regime militar, mas, antes de entrar no assunto em si, quero dizer que acabei de ouvir a leitura, pela Presidente da sessão, de ato da Presidência que cria Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas.

Primeiro, proponho que não seja cortado o orçamento das Forças Armadas - sobre a mesa da Presidente está hoje uma medida que possibilitará cortar o pouco que as Forças Armadas têm -, porque, nos momentos difíceis, quem está nesses locais em primeiro lugar, quase sempre sozinhos, são as Forças Armadas, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.

Acredito que, se não adotarmos no Brasil uma política que vise ao planejamento familiar, à paternidade responsável - ou outro nome que talvez não seja muito adequado, mas chama a atenção -, ao controle da natalidade, não conseguiremos fazer com que o nosso povo tenha dias melhores.

Os Governos Federal, Estaduais e Municipais não têm como arcar com um crescimento anual de 3 milhões de habitantes. Eu faço esse cálculo levando em conta o número de jovens que se alistam por ano no serviço militar.

No corrente ano, as Forças Armadas estão fazendo recrutamento. Alistaram-se, no ano passado, 1 milhão e 600 mil jovens do sexo masculino. Aproximadamente 3 milhões e 200 mil jovens que nasceram em 1993 estão se alistando agora, e esse número é crescente.

Em 1970, éramos 90 milhões de habitantes. Hoje, somos 190 milhões de habitantes.

Até o jornal O Globo de 30 de janeiro, que trata do caos no Rio de Janeiro, diz em um espaço: "O inchaço das cidades ajuda a explicar o grande número de mortos". Com esse crescimento de 3 milhões de habitantes por ano e sem qualquer controle no crescimento populacional, outras catástrofes virão, cada vez com violência maior.

Fora isso, não temos como fugir de crises seríssimas no futuro. Atualmente produzimos 190 mil toneladas de lixo por dia! Falta água potável em grandes centros. Os engarrafamentos não ocorrem só em grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, mas também em cidades de médio porte. As crises de energia estão pipocando agora. A falta de alimentos se fará presente, com toda certeza.

O político brasileiro deveria parar de pensar que, quanto mais pobre e ignorante, melhor é para conseguir voto, para conseguir poder.

Este Governo tem interesse em políticas nesse sentido. Basta prestarmos atenção na mensagem presidencial lida na semana passada, nesta Casa, pela Presidente da República. Ela quer dar ênfase a quê? À erradicação da miséria. Com o quê? Com o Bolsa Família.

O Bolsa Família nada mais é do que um projeto para tirar dinheiro de quem produz e dá-lo a quem se acomoda, para que use seu título de eleitor e mantenha quem está no poder. Ou seja, quem está no poder, ao brigar por educação e pelo fim da miséria, deixará de ter votos de miseráveis. E nós devemos colocar, se não um ponto final, uma transição a projetos como o Bolsa Família.

Na questão da educação ocorre o mesmo: são 3 milhões de crianças de zero a 3 anos em creches no Brasil. E a garotada hoje em dia vai à escola pública mais em troca da merenda escolar do que em troca de conhecimento. Assim sendo, Presidente Rose de Freitas, devemos ter essa preocupação, e não ficar agendados pelo Poder Executivo sobre o que devemos votar, o que devemos ou não aprovar, ou agendados pela própria imprensa. Nós sempre estamos correndo da imprensa. Quando um repórter nos liga, alguns até se preocupam: O que será que existe contra mim?

Estamos sempre expostos a ações do Executivo, às vezes até para manter o nosso mandato. Não há independência para que o Legislativo realmente trabalhe para um país melhor. E o grande medo que eu tenho atualmente está relacionado às políticas adotadas no Brasil.

Temos aqui o Deputado Quartiero, chegado agora de Roraima, que trabalhou contra a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, da maneira como foi proposta pelo Governo do PT. Com toda certeza, foi contra a demarcação da reserva ianomâmi, também proposta pelo Governo anterior. Estamos deixando lá, além de água potável, de reservas minerais, de reservas de gás e de

biodiversidade, grandes espaços vazios. Estamos deixando em aberto espaços que potências nucleares de primeiro mundo, que têm bilhões de habitantes, podem um dia vir a ocupar.

Outra grande preocupação minha, Sra. Presidente, é com a questão da democracia. Este Governo que está aí e o anterior não têm preocupação com a democracia e com o País. A preocupação é perpetuar-se no poder.

Fiquei preocupado com outro ato lido pela Mesa, há poucos momentos, sobre uma Comissão Especial para tratar da reforma política.

Srs. Deputados, se o Governo aprovar na Casa, numa reforma política, uma proposta como lista fechada, imaginem em 2014 Lula candidato a Presidente!? Pelo que tudo indica, pelo carisma dele, com certeza vai ser reeleito. Ele pode pedir voto para Deputado Federal na lista do número 13 em cada Estado, e o partido poderá colocar, com essa reforma política, no mínimo, 300 Deputados aqui dentro.

A mesma coisa ocorre no tocante ao voto facultativo. Por quê? Quanto aos eleitores esclarecidos, dada a carga negativa contra o Congresso, a tendência é que eles não votem. Se não o fizerem, vão comparecer maciçamente, como sempre comparecem, os beneficiados do Bolsa Família. E o PT pode colocar 300 Deputados aqui dentro e criar um sistema semelhante ao de Hugo Chávez - um sistema consultivo, plebiscitário -, em que tudo pode ser aprovado. Depois de aprovada uma proposta de emenda à Constituição sobre plebiscito, tudo pode passar: uma previdência universal, um desabamento amplo e geral da população brasileira, um Imposto de Renda progressivo, e por aí afora.

Sra. Presidente, nos 10 minutos que me restam, quero falar sobre uma grande preocupação dos militares: a questão da tal Comissão da Verdade. Os militares querem a verdade - eu digo que a fé está para o cristão como a verdade está para os militares -, mas não uma comissão imposta como esta, que terá seus sete integrantes designados pela Presidente da República. Nós não podemos aceitar isso!

Mais ainda, Sr. Presidente. Diz a proposta que essa comissão será composta de brasileiros de reconhecida conduta ética. Como eu disse, é a Presidente Dilma que vai indicá-los. Não podemos esquecer que, em 2000, Lula afirmou que Fidel Castro é um exemplo superior de conduta ética.

Diz ainda o projeto que esses integrantes têm que ser identificados com a defesa da democracia. Lula também, em 2005, disse que na Venezuela pode faltar tudo, menos democracia. Então é com essa gente que vamos aceitar uma comissão dita da verdade para humilhar os militares, que tantos serviços prestaram ao País desde a criação do Exército, em especial em 1964?

Quero fazer a leitura de algumas manchetes de jornais dos dias 1º, 2 e 4 de abril de 1964 para mostrar um pouquinho do que ocorreu, não a V.Exas., que dispõem de uma biblioteca à disposição e entre os quais muitos conhecem a história do que foi 1964, mas ao nosso jovem que está nos assistindo, que não tem noção do que foi e está apenas impregnado com a palavra "ditadura" em sua cabeça, com tortura, com desaparecimento, e por aí afora.

Olhem o que diz a manchete do Jornal do Brasil de 1º de abril de 1964: "Desde ontem se instalou no País a verdadeira legalidade..."

O Globo, de 2 de abril de 1964: "Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos".

O Dia, de 2 de abril de 1964: "A população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro carnaval, saudando as tropas do Exército".

A combativa Tribuna da Imprensa, também de 2 de abril de 1964: "Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o Sr João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas".

O Globo, de 4 de abril de 1964: "Ressurge a Democracia! Vive a Nação dias gloriosos".

Jornal do Brasil, de 1º de abril: "Aqui acusamos o Sr. João Goulart de crime de lesa-pátria".

Correio da Manhã, de 2 de abril: "Lacerda anuncia volta do país à democracia".

O Globo, de 5 de abril: "A revolução democrática antecedeu em um mês a revolução comunista".

Está mais do que claro que os militares evitaram que nos transformássemos em uma Cuba.

Estado de Minas: "Os militares não deverão ensarilhar suas armas antes que emudeçam as vozes da corrupção e da traição à Pátria", o que, infelizmente, não foi feito.

Jornal do Brasil: "Pontes de Miranda diz que Forças Armadas violaram a Constituição para poder salvá-la!"

Jornal do Brasil, de 18 de abril: "Castelo Branco garante o funcionamento da Justiça". É sinal de que ela não funcionava. O Brasil vivia uma balbúrdia.

Digo mais: o primeiro parágrafo do editorial do jornal O Globo, assinado por Roberto Marinho, no dia 7 de outubro de 1984, diz o seguinte: "Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada". Hoje parece que estamos vivendo situação pior do que essa.

Volto à Comissão da Verdade. A dita Comissão da Verdade define que tipo de crimes eles querem apurar. Eles querem apurar torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres. A dita Comissão da Verdade não quer apurar, porque o PT tem medo da verdade, sequestro, em especial de autoridades internacionais, como o do embaixador americano, praticado por Franklin Martins e Gabeira - de forma secundária, mas participou; de atentados à bomba, como no Aeroporto de Guararapes, que matou um jornalista e um almirante; em São Paulo, um carro-bomba contra o Quartel General do II Exército que matou o soldado Mario Kozel Filho; como latrocínios praticados por um Ministro do Governo, Carlos Minc; como justiciamentos no Araguaia, onde inclusive há 11 justicados pelo grupo do PCdoB.

Enfim, os militares, ao aniquilarem a guerrilha, evitaram que lá se transformasse numa FARC.

Ainda há o dinheiro recebido de Cuba, que, com dólares recebidos da União Soviética, financiava a luta armada no Brasil. Ou seja, só quem é desprovido de inteligência pode um dia acreditar que Cuba queria impor uma democracia em nosso País.

Assaltos a banco...

Com muito prazer, concedo um breve aparte ao nobre Deputado Arolde de Oliveira.

O Sr. Arolde de Oliveira - Nobre Deputado Jair Bolsonaro, quero inicialmente dizer que sou solidário, concordo com a plenitude de seu pronunciamento em todos os pontos que foram abordados. Cada um desses pontos daria para fazermos outros pronunciamentos mais aprofundados e muito importantes. Dois, porém, me chamaram a atenção. O primeiro é a preocupação com a democracia. Realmente, está sendo pautado e há necessidade de fazermos uma reforma política. Nós precisamos tomar muito cuidado com essa reforma política quando o principal tema da reforma é colocar dinheiro nos quase 30 partidos, inorgânicos, fragilizados. Vão-se criar feudos e aí incluirão ainda a votação ilícita. Isso realmente privilegia quem está no

poder e perpetua o poder nas mãos de quem está no Governo hoje. Sem dúvida alguma, foi muito bem abordado. Outro aspecto é essa Comissão da Verdade, tantos anos depois que os fatos ocorreram. Eu tive o privilégio de viver naquela época, fui militar, depois, fui executivo da EMBRATEL, convivi com todos os fatos da época, os quais acompanhei muito proximamente. Algo me chama sempre a atenção. Na realidade, os militares foram colocados no poder pela população. Havia a massa, que queria que os militares evitassem a implantação de um sistema comunista no Brasil - vou chamar comunista para simplificar. Esse sistema comunista fez com que os terroristas - hoje alguns até estão no poder - pegassem armas na época, mas também foram derrotados pelas armas, na mesma época, para que se preservasse a democracia. Essa é uma questão da verdade. O que querem fazer na Comissão da Verdade agora? Não é nada mais nada menos do que consolidar esse absurdo dessa Comissão de Anistia, dando o privilégio de dinheiro a rodo para pessoas com julgamentos absolutamente sem fundamentação. Nós temos que rever isso tudo. Então, para haver alguma verdade nessa Comissão da Verdade, é preciso, nobre Deputado Jair Bolsonaro, meus caros colegas, que ela seja ampla e que tudo seja apurado: a natureza dos crimes e as intenções dos criminosos, valendo para os dois lados, para que possamos fazer, então, justiça e recuperar a história do Brasil, que está muito adulterada nessa área. Muito obrigado. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. JAIR BOLSONARO - Agradeço-lhe o aparte.

Concluindo meu tempo, Deputado Arolde de Oliveira, o pessoal do PT não quer apurar o caso de sequestro, tortura e execução de Celso Daniel, fato esse conhecido de todos nós, ocorrido em Santo André.

Assim sendo, Sr. Presidente, o apoio que pedimos aos Parlamentares é para que participem da elaboração do projeto da Comissão da Verdade, e que lá tenhamos também integrantes do Clube Militar, do Clube da Aeronáutica, do Clube Naval, porque essa Comissão inclusive passa a ter mais poderes do que uma CPI.

Para concluir, Sra. Presidente, não vou passar do meu tempo. Agora, vou pegar o repique do Arolde de Oliveira e dizer que Karl Marx iria comprar da burguesia a corda para enforcá-la. E eu digo: se não abriremos os olhos, o PT vai comprar aqui no Congresso Nacional a reforma política para expurgar daqui os integrantes do PP, meu partido, do DEM, do PMDB e do PR.

Quanto à reforma política, todos têm de ter a grande preocupação de não deixarmos que se aprove somente o que o Governo quer. Caso contrário, eles vão impor a ditadura do proletariado pelo voto aqui dentro.

3. Data: 17/04/2012

Orador: JAIR BOLSONARO, PP-RJ

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Prezado Sr. Presidente Jorge Tadeu Mudalen, confesso que estou com dificuldade para entrar no assunto que quero abordar.

Ontem participei de um programa televisivo com dois integrantes da comissão de notáveis juristas que, no Senado, estão elaborando a reforma do Código Penal. Pelo que senti, antes de notáveis juristas, muitos são notáveis petistas. Os senhores vão concordar comigo.

Por exemplo, senhoras e senhores, se eu e os Deputados Tadeu, Cajado e Lincoln resolvermos agora invadir uma fazenda e destruir uma unidade de pesquisa de transgênicos, como a Via Campesina fez em 2008, nós começamos com 8 anos de cadeia. Agora, de acordo com essa proposta, no tocante à criminalização do terrorismo no Código Penal, esse grupo de notáveis petistas, ou juristas - não quero acusar todos de petistas -, aprovou, nesse enlatado que vem para

cá, se forem oito, nove ou dez da Via Campesina ou do MST, punição zero. Se for na Bahia, o Governador vai até mandar charque para o pessoal, para que seja feito um churrasco.

A grande preocupação é com esse enlatado que está vindo para cá. Eu sou do "baixo clero", e hoje estou falando neste plenário. A maioria aqui também é do "baixo clero". E, quando o enlatado chegar aqui, não vamos poder falar. Vários dispositivos me deixam abismado. O Governo está se armando do Código Penal para punir quem bem entender. Se tiver carteirinha de filiação do PT, vai ficar livre dessas punições.

Lá também foi discutida a legalização de prostíbulos. E o Governo não quer desgastar-se como se desgastou com o kit gay - nesse caso, o "pai da criança" foi o Sr. Fernando Haddad, candidato a Prefeito de São Paulo, cuja campanha está patinando, não sai dos 3%, muito em função disso, logicamente. O Governo agora fomenta esses notáveis. E o critério da indicação deles ninguém fica sabendo. Quem vai ser o "pai da criança"? O enlatado chega aqui, um grupo de Parlamentares retira um artigo, outro grupo de partidos retira outro, mas, como um todo, o Governo aprova o que bem entender.

A surpresa no caso desse debate foi a legalização de prostíbulos. O Governo se gaba de que 4,7% apenas estão desempregados no Brasil. Mas, na verdade - atenção, imprensa, uma dica de pauta - , o Governo não considera desempregado quem recebe bolsa-família ou quem está recebendo seguro-desemprego. Eles estão empregados. As prostitutas, caso seja aprovada a regulamentação da profissão, também serão consideradas empregadas. Se existir prostíbulo gay, vai haver zero por cento de desempregados no País.

O Governo, em vez de desestimular as mulheres a entrarem nessa vida, ele as estimula, como está agora estimulando ser gay, via Secretaria de Direitos Humanos. Por quê? O Governo está criando - não é piada, não, pessoal, está no site da Sra. Maria do Rosário - bolsa de estudo para jovem LGBT, está criando estágio remunerado para jovem LGBT, está criando primeiro emprego para jovem LGBT. Primeiro emprego gay, que maravilha! Está criando também, entre tantos outros itens, a casa de estudantes gay, está criando a república gay. E quer agora regulamentar, legalizar o prostíbulo.

Diz uma importante cabeça coroada no Ministério da Saúde, cujo nome não vou citar, para evitar processo em cima de mim, pois vão dizer que eu não entendi, que ouvi errado etc. - esses dois juristas que estavam ontem no programa também disseram - que a legalização da prostituição vai diminuir o preconceito e oferecer mais cidadania às garotas de programa.

Meu Deus do céu, será que esse pessoal não tem filha, não tem irmã, não tem neta, não tem família? O tecido social está cada vez mais esgarçado. E este Governo trabalha neste sentido: quanto pior estiverem a nossa educação e o moral do nosso povo, mais fácil será perpetuar-se no poder.

4. Data: 10/07/2013

Orador: JAIR BOLSONARO, PP-RJ

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Até porque é muito importante e verdadeiro o que eu vou falar - alguns aqui se sentem torturados quando ouvem verdades.

Sobre os movimentos de rua, de junho agora, Sr. Presidente, e os dos anos de 1968/1970, naquela época em que os militares eram Presidente da República, o povo ia às ruas e não pedia "abaixo a corrupção", não pedia saúde de qualidade, não pedia educação de qualidade e não pedia segurança. Se eles estavam na rua, é porque tinham liberdade, senão, levariam pancada. Mas eles queriam votar, porque não se votava para presidente, nem para governador, nem para prefeitos de capitais.

Hoje em dia - aquela massa manipulada por uma minoria que hoje está no Poder - vota-se para tudo. E não temos saúde, nem educação, nem segurança, e temos, de sobra, a corrupção. Então, olhem a diferença de um país administrado por pessoas probas, honestas e competentes. E mais: nenhum Presidente ficou rico. Até o filho do Lula está milionário hoje em dia.

Então, era diferente, era respeito com a coisa pública. Inclusive, nós passamos da 49ª para a 8ª economia do mundo. E até lançamos o programa Brasil, ame-o ou deixe-o.

Assim sendo, Sr. Presidente, há uma grande diferença entre os governos militares e os governos civis. E abençoados são os militares que levaram o País a esta situação de prosperidade que ainda temos hoje em dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

5. Data: 30/04/2014

Orador: JAIR BOLSONARO, PP-RJ

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, a semana passada, officiei ao meu partido, o PP, colocando meu nome à disposição, por ocasião das convenções de junho.

Estou pleiteando uma vaga para disputar à Presidência da República. Por quê? Porque a Direita tem cara, tem nome e tem voto. O jornalista Lauro Jardim, na sexta-feira, fez uma matéria a respeito disso, levando para a chacota - vamos assim dizer. Só que ele foi surpreendido: até a manhã de hoje, contamos com 11.576 comentários, sendo 995 favoráveis a nós e contrários à matéria do jornalista Lauro Jardim.

Em 3 minutos, vou falar sobre as nossas propostas. O Brasil clama pela redução da maioria penal. Clama por uma política de planejamento familiar, uma política de defesa da família, contra o malfadado kit gay, que agora o Governo do PT, de Dilma Rousseff, quer ressuscitar, via Plano Nacional de Educação, incluindo ali a ideologia de gênero.

Nós defendemos a revogação total do Estatuto do Desarmamento, porque apenas o cidadão de bem foi desarmado. Os marginais continuam bem armados e protegidos por este Governo.

Somos contrários à indústria de demarcação de terras indígenas, que sufoca a nossa agricultura.

Somos contra o Exame da Ordem. Não podem os nossos bacharéis continuar sendo boys de luxo em escritórios de advocacia. Eles têm direito a trabalhar.

Somos contra quaisquer tipos de cotas. O Governo não pode continuar estimulando o ódio racial entre nós. Todos nós somos iguais. Somos pelo fim da ideologia nas escolas. Hoje os livros escolares do ensino fundamental, para 30 milhões de crianças, com textos e gravuras, ensinam que o capitalismo é um inferno e o socialismo é um paraíso, cada vez mais nos aproximando de Cuba.

Trabalharemos pela valorização das Forças Armadas, contra essa Comissão da Verdade, que nada mais faz do que produzir mentira sobre o que foi aquele período.

Somos contra, apesar de não ter sido regulamentado ainda, o Marco Civil da Internet, porque será regulamento por decreto feito por Franklin Martins e assinado por Dilma Rousseff. Inclusive, ali está escrito que os internautas devem respeitar os direitos humanos. Foram abertas, escancaradas as portas para a censura na Internet. Somos contra as atuais políticas de direitos humanos, que só defendem vagabundo, nada mais além disso.

Somos contra o auxílio-reclusão. Se tiver que existir um dia, que exista, mas que seja para familiares, órfãos e vítimas. Somos favoráveis, apesar de sabermos que consta de cláusula pétreia da Constituição como sendo negativo, ao trabalho forçado em presídios.

Assim sendo, Sr. Presidente, nós oficiamos ao IBOPE, ao Datafolha, ao Vox Populi e ao CNT. Caso a pesquisa venha a ser feita, pode ter certeza de que muitos vão se surpreender com a quantidade de pessoas que se identificam com a Direita brasileira e com essas propostas, e não com essas da Esquerda, que está aí e que, cada vez mais, com seu projeto de bolsas, nos aproxima de uma ditadura do proletariado, onde todos vão perder.

Assim sendo, nossa candidatura está sendo posta e vai ser trabalhada. Com toda a certeza, vamos ter espaço na mídia, para defender esses temas, entre outros. E tenham certeza disto: no mínimo, vamos garantir que haja um segundo turno, seja quem for contra o atual candidato do Governo. Colaborando com o segundo turno, estaremos colaborando para que o Brasil continue democrático e não se aproxime cada vez mais, repetindo, de ideologias de esquerda, que nos farão, em curto prazo, perder o que nós temos de mais sagrado, que é a nossa liberdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

6. Data: 12/04/2011

Orador: PASTOR MARCO FELICIANO, PSC-SP

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje faço uso desta tribuna de maneira especial. Por ter sido contemplado com um tempo maior, posso expor minhas ideias e projetos com maior amplitude. Desde que soube que havia sido eleito para representar o povo de meu Estado nesta Casa, procurei dar corpo ao meu projeto, que acredito vá de encontro ao anseio de grande parte das pessoas que me elegeram, que são o povo cristão, leitores da Bíblia e tementes a Deus, projeto esse a que dei o nome de Papai do Céu na Escola, que trata do ensino religioso obrigatório nas escolas públicas e privadas. No passado, quando se incluía no currículo das escolas o ensino religioso, aprendíamos que somos criaturas feitas à imagem e semelhança de um Deus que nos acompanha, nos assiste, nos provê e nos guarda e que devemos respeitar neste País as pessoas mais velhas por sua sabedoria e experiência. Tudo isso vindo a contribuir na formação de nosso caráter, não nos permitindo desviar desse caminho durante toda a vida.

Ao apresentar meu projeto de lei sobre este tema, tive o cuidado de observar os parâmetros técnicos legais necessários para uma mudança de tamanha magnitude no que tange ao magistério e à adaptação do currículo escolar para ser implantado novamente o ensino religioso sem que pudesse ser chamada de proselitista e que não fosse apenas ecumênica, mas primeiramente teosófica, em que a ênfase deve ser dada ao ensino da criação, em contraponto ao já instituído estudo da evolução darwiniana. Dessa forma o ensino religioso teosófico abrangeria todos os segmentos religiosos de maneira global. No Brasil, pesquisa oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE sobre crenças religiosas indica que 92% da população brasileira professa a fé cristã. Em se usando a Bíblia como base para esse estudo teosófico, abrangeria o restante de outros credos religiosos, podendo se afirmar quase 100% da população brasileira. Se ensinarmos as crianças na sua tenra idade, afirmam os estudiosos, até os 3 anos, estará definido o caráter que as acompanhará por toda vida.

Martin Luther King, afirmou: "Tive um Sonho". Eu, Deputado Federal Pastor Marco Feliciano, tenho um desejo, que é restituir à nova geração, os valores perdidos, como honrar pai e mãe, amar ao próximo como a si mesmo, e a Deus acima de todas as coisas. Posso parecer um jovem idealista, mas este é o anseio de um povo.

Em pronunciamento que fiz nesta tribuna no dia 2 de março do corrente, discorri sobre esse assunto exemplificando o que ocorreu nos Estados Unidos da América, onde, em 1960, a Sra. Madalyn Mays, também conhecida como Madalyn O'Hair Murray, fundadora e presidente da American Atheist, entrou com uma ação contra a cidade de Baltimore e seu sistema público de ensino, no qual ela afirmava que era inconstitucional seus filhos participarem das leituras bíblicas promovidas na escola. Neste processo ela afirmou que seus filhos, por se recusarem a participar das leituras da Bíblia, sofreram bullying por parte dos colegas. A ação atingiu a Suprema Corte do Estados Unidos em 1963. O tribunal votou por 8 a 1 a favor de Madalyn, que proibiu a oração de recitar versos da Bíblia em escolas públicas nos Estados Unidos. Após este triste episódio, as escolas americanas começaram a "colher" o que "plantaram".

Vejam: em 1966, quando Charles Whitman, de 25 anos, subiu em uma torre do campus da Universidade do Texas, em Austin, e abriu fogo contra os estudantes, matando 13 pessoas antes de ser morto, ataques em escolas norte-americanas são relativamente frequentes.

Em 24 de março de 1998, dois meninos, de 12 e 13 anos, matam 4 meninas e uma professora numa escola em Jonesboro, Arkansas.

Em 24 de abril de 1998, Andrew Wurst, de 14 anos, mata um professor e fere dois colegas numa escola em Edinboro, Pensilvânia.

Em 19 de maio de 1998, Jacob Davis, de 18 anos, mata um jovem numa escola em Fayetteville, no Tennessee.

Em 21 de maio de 1998, Kipland Kinkel, de 15 anos, mata seus pais e vai a sua escola, em Springfield, no Oregon, onde mata dois colegas e fere 22.

Em 20 de abril de 1999, vestindo capas pretas, dois adolescentes, Dylan Klebold e Eric Harris, entraram na escola Columbine, onde estudavam, em Littleton, no Colorado, e atiraram em dezenas de pessoas, matando 13 pessoas, entre alunos e professores. Os adolescentes usaram revólveres, submetralhadoras e explosivos no ataque. Klebold e Harris riam enquanto atiravam e se suicidaram depois do ataque.

Em 28 de agosto de 2000, um estudante mata a tiros um professor na Universidade de Arkansas e em seguida se mata.

Em 5 de março de 2001, um estudante de 15 anos mata a tiros dois colegas e fere 13 pessoas numa escola em San Diego, na Califórnia.

Em 28 de outubro de 2002, quatro pessoas morrem quando um estudante abre fogo na Faculdade de Enfermagem da Universidade de Arizona, em Tucson: duas professoras, o atirador e uma pessoa ainda não identificada pelas autoridades. O atirador cometeu suicídio. Ele foi identificado como Robert S. Flores, um veterano da Guerra do Golfo reprovado num exame. Flores trabalhava como enfermeiro licenciado na Associação dos Veteranos do Arizona e estudava para se graduar.

Em 8 de julho de 2003, a polícia americana revela que adolescentes de Nova Jersey planejavam um massacre numa escola para se vingar de deboches. Armados até os dentes, matariam três jovens e quem mais surgisse.

Em 21 de março de 2005, um estudante de uma escola secundária matou nove pessoas e se suicidou no Estado de Minnesota. Antes de dar início à chacina, o jovem matou os avós.

Em 16 de abril de 2007, o sul-coreano Cho Seung-hui realizou o maior massacre a tiros da história de instituições de ensino dos Estados Unidos. O ciclo acima citado mostra que um país de Primeiro Mundo, fundamentando suas leis na palavra "inconstitucionalidade", retirou o ensino religioso de suas escolas públicas e proibiu suas crianças de orarem ao Papai do Céu. Sofreram as

consequência de seus atos, pois, com a retirada do ensino do Bíblia da pauta escolar, também tiraram ensinamentos da mente e dos corações das crianças. Na Bíblia, encontram-se ensinamentos como: "Não devemos matar, não devemos roubar, e devemos amar o nosso próximo como a nós mesmos". O ensino religioso não é para promover o proselitismo, e tem sim como expectativa reconduzir o homem à sua origem moral, iluminar seu caminho presente, tirando-o das trevas provocadas por uma libertinagem desenfreada, e moldar o seu futuro, para que seja longe do crack, longe da prostituição, longe da violência, longe de uma vida à beira da mediocridade.

Agora, os Estados Unidos da América, que tiraram as Bíblias das escolas, abrindo lugar para armas pesadas, provocando uma onda de terror jamais vista em suas escolas públicas, bem como o uso desenfreado de drogas, por não conseguiram ensinar a seus filhos os conceitos sobre o certo e o errado, distribuem camisinhas, fazendo assim apologia ao sexo livre e irresponsável, bem como concedendo direitos às meninas de abortarem seus filhos. Agora buscam um caminho para que a Bíblia, o ensino religioso e as orações retornem de onde jamais deveriam ter saído, ou seja, das escolas públicas, pois sonham em ver novamente seus filhos, ao irem dormir, juntar suas pequeninas mãos em oração e dizer: "Obrigado, Papai do Céu, por mais um dia de vida. Sua benção, meu Pai, sua benção, minha mãe". E para que eles terminem dizendo: "Deus te abençoe, filho (a)! "

Em 14 de fevereiro de 2011, foi aprovado por 34 votos a um projeto de lei que acrescenta ao currículo das escolas públicas o ensino da Bíblia no Estado de Kentucky, nos Estados Unidos. A medida direciona a diretoria de ensino do Estado a criar diretrizes em um currículo escolar em torno da Bíblia. A proposta é que os alunos façam um curso tanto da Bíblia como de estudos sociais. Basta definir se esses estudos serão centrados na Bíblia hebraica, no Antigo Testamento da Bíblia, no Novo Testamento ou numa combinação das Escrituras Hebraicas e do Novo Testamento.

Até então nunca tínhamos presenciado em nosso País fato de tal gravidade, mas infelizmente aconteceu, várias famílias e uma nação inteira estão de luto. Se não tivesse abordado o assunto com antecedência, não comentaria novamente neste momento, mas volto a alertar que nós, como membros de um poder constituído da Nação, devemos neste momento repensar o assunto, pois em um século de República vivemos nossa sétima Constituição, e o sete é um número divino, número da perfeição, não creio em coincidências, acredito em algo espantoso, em nossa ascensão política e em aprimoramento das instituições. E talvez tenha chegado o momento de nos conscientizarmos para proporcionar a nossas crianças uma formação mais adequada do que se vê hoje, em que os meios de comunicação de massa usam e abusam do direito de transmitir a todos os assuntos polêmicos e que só servem para destruir os bons conceitos necessários a uma vida harmoniosa em sociedade. E mesmo os bons ensinamentos de cunho humanista e religiosos da grande mídia são voltados somente para os adultos. Devemos refletir sobre essa lacuna, pedindo perdão a Ana Carolina, Bianca, Gessica, ao Igor, a Carine, Larissa, Luzia, Laryssa, Mariana, Milena, a Rafael e Samira, pois, ao deixarmos essa lacuna curricular da falta do ensino religioso nas escolas, abrimos as portas para o mal, pois aprendemos que onde não se ensina e se pratica o bem o mal prevalece.

Sras. e Srs. Deputados, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no Capítulo II das Sessões Públicas, art. 79, § 1º, diz: "A Bíblia ficará aberta à disposição de quem dela quiser fazer uso". A leitura pública da Bíblia está ameaçada, pois se cito a Carta de Paulo aos Romanos, sou taxado de homofóbico, se cito o Genesis e sua história cultural e antropológica, sou taxado, com fui, de racista. Datena, conhecido homem de televisão, falou de Deus e foi processado por grupos de ateus. O maior país cristão do mundo está sendo ameaçado em sua própria Constituição. Se dermos uma chance para que neste País a Bíblia seja amplamente divulgada para crianças - "educa o menino no caminho em que deve andar e quando crescer não se desviará dele, Prov.22:6" -

jovens e também, porque não dizer, adultos, estaremos saciando a necessidade que todos temos de uma palavra que nos leve ao aprimoramento da vida em sociedade. É sabido que temos também de respeitar a fé e a crença de todas as pessoas, a liberdade de expressão e a liberdade de culto, previstas em lei, mas, se um projeto de lei ou uma emenda constitucional conseguem abranger o anseio de 98% dos indivíduos que compõem a Nação, por que ter dúvidas sobre o acerto de tal empreitada?

Nós, Parlamentares, somos muitas vezes também vitimados por ações perpetradas por uma minoria de membros deste Parlamento, muitas vezes manchando uma instituição tão importante para a democracia brasileira. Graças a Deus esse conceito vem mudando, pois também, por meio da grande mídia, a população tem acesso e toma conhecimento dos bons e importantes projetos que tramitam nesta Casa, conscientizando a todos de que a verdadeira democracia só se concretiza com um parlamento sério, atuante, livre, aberto a debates e também respeitando as críticas e com isso se aprimorando para o bem comum. Sinto-me muito orgulhoso de estar neste momento usando esta tribuna, representando todo o povo de São Paulo, especialmente o povo de Deus, que espera que realizemos o melhor, pois aprendemos que bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor, Salmo 33:12.

Sras. e Srs. Deputados, tudo o que disse não teria sentido se deixasse de fora o maior pilar da sociedade, que é a família tal qual Jesus nos apresentou, pai mãe e filhos. É por intermédio da família que nosso País tem avançado no campo social, tentando erradicar a pobreza com o Bolsa Família, pois sabemos que suprindo as necessidades materiais básicas podemos sentir, com efeito, a mão de Deus atuando para promover a inclusão social.

Aproveito também para lembrar de outro flagelo que aflige nossa sociedade: as drogas. Devemos lutar com todas as forças para que esse mal seja combatido, primeiramente educando as crianças e os jovens numa grande campanha de conscientização dos órgãos públicos em parceria com as igrejas, pois é fato constatado que por meio da fé é mais fácil evitar que o jovem enverede pelo caminho do vício e o que está já contaminado pelo vício também possa ser recuperado dessa forma. Para se evitar reincidências deve-se dar amparo ao ex-drogado, em projetos sociais de ressocialização, com encaminhamento a escolas especializadas e também a fontes de emprego, pois a atividade assistida evita que o indivíduo se sinta desprotegido enquanto está em fase de recuperação.

Aproveito esta oportunidade para falar sobre alguém que pode nos ajudar formando crianças melhores e que serão os adultos de amanhã, confortando todas as mães de Realengo para crerem que esses anjos se foram precocemente, mas estarão aguardando-as no céu, fazendo com que todos os responsáveis pelo tráfico de drogas cessem suas atividades, pois o que ganham só se reverte em desgraça para a vida deles e que todos os consumidores de drogas sintam que estão destruindo suas vidas e de toda sua família. Quem é este alguém? É Jesus de Nazaré.

Muito obrigado.

7. Data: 09/10/2012

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna nesta tarde para cumprimentar, em nome da Liderança do PSC, todos os nossos candidatos que concorreram nesse último pleito tanto a Prefeito como a Vereador.

Àqueles que foram eleitos, reafirmo que estaremos, aqui em Brasília e também nos seus respectivos Estados, sempre à disposição para colaborar para o bom desempenho de suas nobres missões.

Aos companheiros que não se elegeram, mas que vêm lutando ao nosso lado pela grandeza do partido, digo que seus esforços não foram em vão. Neste primeiro momento após a eleição, já comemoramos o grande aumento dos nossos candidatos, eleitos ou não, nessa foi nossa maior e melhor eleição.

O PSC forte não depende apenas dos eleitos, mas de todos os valorosos companheiros espalhados pelo Brasil.

De maneira especial desejo salientar a união e a força do povo cristão, nossos irmãos que militam na fé, que acordaram para a importância da política em nossas vidas, lançando seus candidatos e somando fileiras pelos ideais no partido. Não abrimos mão dos princípios cristãos, e estaremos vigilantes, zelando pela sua preservação no meio político e nas classes governantes.

Haveremos de ter representantes em todas as esferas, para impedir que determinadas libertinagens e modernismos venham a suplantiar esses princípios. Convoco todos para que, unidos, possamos prevenir e impedir que venha a ocorrer no Brasil o que ocorre hoje na Rússia, que, após 100 anos de autorização da "parada gay", voltou atrás e proibiu sua já tradicional realização no centro de Moscou.

A Europa toda já se questiona sobre o assunto e reavalia sua legislação. Nos Estados Unidos, após declarar-se publicamente favorável ao casamento gay, o Presidente Obama caiu cinco pontos na pesquisa e perdeu o debate que poderia levá-lo à reeleição, dificultando ainda mais sua campanha. A grande nação evangélica americana está sempre vigilante, participando politicamente do governo de seu País.

No Brasil, tenta-se de todas as maneiras encontrar subterfúgios para autorizar o aborto, formalizando interesses escusos em nome de uma falsa liberdade. São teses que tentam justificar o injustificável, pois a Lei de Deus é só uma, e vale para todos. Deus ama a todos, mas abomina o pecado.

Ao contemplar uma sociedade insólita, que passa por profundas transformações éticas, morais, estruturais e espirituais, quero declarar minha convicção absoluta de que somente Cristo pode restaurar o homem por completo. Como pastor evangélico, encaro o mandato político como extensão do meu ministério, cuja responsabilidade maior é dignificar o nome de Jesus Cristo, procurando com todo esforço atender ao clamor dos desvalidos por meio de um trabalho social efetivo.

Não podemos ignorar os nossos aviltantes números da miséria, nem que ao nosso lado temos irmãos excluídos do acesso à comida, à moradia, ao remédio, à educação etc. É principalmente por eles que temos de lutar.

Para exemplificar nosso sucesso, só na Câmara Municipal de São Paulo os evangélicos passaram de cinco para oito Vereadores, e assim foi em todos os Estados. São nossos irmãos, mobilizados na política para a grande realização do sonho brasileiro.

Parabéns a todos!

8. Data: 12/06/2013

Orador: PASTOR MARCO FELICIANO, PSC-SP

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso esta tribuna para comentar as manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo e no Rio de Janeiro. Protestos são legítimos em

qualquer democracia, desde que embasados em justas ponderações, quando um reajuste de tarifa é manifestamente injusto e exorbitante. O reajuste das tarifas em São Paulo e no Rio de Janeiro, como foi amplamente noticiado, foi motivado apenas por reposição de planilha de custos limitada ao mínimo possível. Protesto pode ser organizado sempre, desde que seus responsáveis tomem as devidas cautelas a fim de evitar que pessoas alheias ao movimento se infiltrem e o transformem numa bagunça generalizada, como ocorreu em São Paulo e também no Rio de Janeiro.

A Sra. Nina Capelo, estudante e organizadora do evento, declara ao jornal Folha de S. Paulo, de forma infeliz, que a culpa do quebra-quebra por parte de vândalos, que inclusive partiram para a agressão, foi da Polícia.

Ora, a cobertura da imprensa mostrou com detalhes o ânimo da turba, demonstrando que a intenção foi a de causar danos políticos às autoridades constituídas. Várias pessoas foram presas pela polícia, e espero que o Poder Judiciário seja rigoroso, dentro da lei, na análise desses acontecimentos.

Não é admissível que a sociedade brasileira, sem tradição de violência, seja vítima de bandidos infiltrados usando o povo ordeiro como massa de manobras, danificando prédios públicos e até tombados, como no Rio de Janeiro, e quebrando vidro de lojas e Igrejas.

A sociedade, através do Estado, deve agir com rigor na apuração da responsabilidade, porque está patente a motivação política dessa manifestação violenta, colocando em risco a vida de pessoas inocentes tolhidas no seu direito de ir e vir. "É bom que recordemos nesse momento o decálogo de Lênin, que entre seus mandamentos", (sic) que anexo, ensina maneiras de destruir a sociedade para depois tal qual lobos repartir o butim:

1. corrompa a juventude e dê-lhe liberdade sexual;
2. infiltre-se e depois controle todos os veículos de comunicação de massa;
3. divida a população em grupos antagônicos, incitando-os a discussões sobre assuntos sociais;
4. destrua a confiança do povo em seus "líderes";
5. fale sempre sobre democracia e em Estado de Direito, mas, tão logo haja oportunidade, assumo o poder sem nenhum escrúpulo;
6. colabore para o esbanjamento do dinheiro público; coloque em descrédito a imagem do País, especialmente no exterior, e provoque o pânico e o desassossego na população por meio da inflação;
7. promova greves, mesmo ilegais, nas indústrias vitais do País;
8. promova distúrbios e contribua para que as autoridades constituídas não as coíbam;
9. contribua para a derrocada dos valores morais, da honestidade e da crença nas promessas dos governantes. Nossos Parlamentares infiltrados nos partidos "democráticos" devem acusar os "não comunistas", obrigando-os, sem pena de expô-los ao ridículo, a votar somente no que for de interesse da causa socialista;
10. procure catalogar todos aqueles que possuam armas de fogo, para que elas sejam confiscadas no momento oportuno, tornando impossível qualquer resistência à causa.

Muito obrigado.

9. Data: 01/04/2014

Orador: PASTOR MARCO FELICIANO, PSC-SP

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso desta tribuna para registrar os 50 anos da tomada do poder pelos militares em nosso País.

Quando dos fatos, a maior parte dos brasileiros de hoje não eram nascidos ainda, mas os reflexos subsistem até hoje e permanecerão para sempre de forma indelével em nossa cultura.

Todos os acontecimentos por que passa uma nação devem servir de reflexão para gerações futuras, a fim de que não se repita erros e abusos que fatalmente ocorrem quando da ruptura da normalidade democrática, muitas vezes dependendo do contexto até aparentemente justificáveis. Alguns historiadores defendem que naquele momento se fazia necessária uma intervenção cívico-militar com o fito de evitar que o poder viesse a ser conquistado por uma classe de proletários patrocinado pela extinta União Soviética, inaugurando por essas bandas uma ditadura comunista.

Grande parte do empresariado nacional, muitas lideranças políticas, incluindo governadores de Estados, a Igreja Católica e também a Evangélica, prevenindo o que acreditavam ser um mal maior, a princípio apoiaram o movimento dos militares, vindo a divergir quando aconteceram notícias de abuso cometido por alguns.

Como em todo governo, houve erros e acertos. Não devemos esquecer que, quando um governo não é legitimamente constituído e se mantém no poder de forma ditatorial, os anseios de todo um povo aglutina-se na volta dos instrumentos democráticos de alternância de poder, pois se diz que entre os piores regimes o menos pior é o democrático.

Com o fortalecimento dos movimentos populares e a abertura política reivindicada e após longo processo chamado de lento e gradual iniciou-se a distensão e as primeiras manifestações populares pela volta da irrestrita liberdade democrática, o que deu início ao acordo de 1979, com a Lei da Anistia proporcionando a volta de centenas de exilados.

Com a posse do Presidente Sarney, primeiro civil eleito democraticamente a tomar posse após mais de 2 décadas, uma nova era despontou para o povo brasileiro, que, demonstrando amadurecimento cívico até hoje, tem escolhido seus governantes que representam a vontade soberana desta Nação.

Hoje tenho a honra de pertencer a um Poder da República, o Legislativo, que compõe um tripé juntamente com o Executivo e Judiciário. Independentes, mas irmanados, somos responsáveis para manter sempre acesa essa chama dos ideais democráticos, tão importantes para a felicidade e o progresso de uma nação.

Finalizo pedindo a Deus que derrame sobre todo o povo brasileiro e seus representantes as mais especiais bênçãos dos céus.

10. Data: 30/03/2010

Orador: ONYX LORENZONI, DEM-RS

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que nos honram acompanhando esta sessão, do Alasca à Patagônia, só 2 países não têm o jogo regulamentado: Cuba e Brasil. Pergunto: estão todos errados? A ONU não deixará nenhum deles entrar no seu Conselho de Segurança? Ou será que esses países estão respeitando o livre arbítrio de cada um? Será que o cidadão não pode escolher se ele quer fazer isso ou aquilo?

Há pouco, disseram que o COAF só tem 40 funcionários. Curioso. Membro da CPI dos Correios, lá estava Antônio Rodrigues dizendo a mesma coisa. Presidente, passaram-se 20 anos e até agora não colocaram mais nenhum funcionário no COAF? Estão faltando recursos? Pois essa atividade regulamentada pode atingir 27 bilhões de reais de faturamento anual, 7 bilhões de reais de

impostos on-line para o Governo Federal. Será que não sobra dinheiro para colocar funcionário no COAF? É claro que sim.

Eu queria fazer uma pergunta ao representante do Ministério da Justiça, que, lamentavelmente, já foi embora, depois de fazer aqui a apologia da incompetência do Ministério, que eu sei que não é. Mas sei que há assessoria aqui dentro que levará a ele a pergunta.

Há no Ministério da Justiça um departamento chamado DRCI, que cuida da lavagem de dinheiro. Desde 2005, eu espero que o DRCI localize os 10 milhões de dólares do Duda Mendonça, usados para pagar a campanha, em 2002, do atual Presidente. Até agora ninguém apontou quem pagou esse dinheiro. Esse Departamento tinha que ter descoberto. Então, precisamos ir com calma nessas circunstâncias.

Eu sou a favor do jogo, porque o jogo significa exercício da liberdade, significa estimular o turismo. Este País maravilhoso recebe 6 milhões de turistas por ano, Atlantic City recebe 30 milhões de visitantes por ano, uma cidade apenas.

Eu sou gaúcho e quero saber por que não pode existir, nas Missões do Rio Grande do Sul, um cassino? Ou no pampa, na região serrana? Por que tenho de ir a Punta del Este, no Uruguai, ou à Argentina e encontrar gaúchos e brasileiros levando riquezas e empregos para o outro lado da fronteira? Não, eu quero empregos aqui. Quero emprego no meu País. Quero essa atividade fiscalizada no meu País.

Vou lembrar Ives Gandra Martins aqui neste plenário. Há muito tempo, para proibir a bebida alcoólica, o Governo americano teve que inventar os intocáveis na polícia federal deles, porque não era possível. E quando o Governo americano regulamentou e colocou altas taxas, impostos altos, acabou com o banditismo. Não era mais economicamente interessante para o bandido.

Vir aqui representantes dos que devem ser promotores da Justiça e dizer que não se pode regulamentar, que não se pode colocar na luz é dizer: deixa nas trevas, deixa na escuridão, deixa na clandestinidade. O que é isso?

Este Parlamento deu quase superpoderes ao Ministério Público. Este mesmo Parlamento tem autoridade moral e ética para liberar o jogo no Brasil, porque o jogo controlado fará bem para os brasileiros. Esse é o ponto. (Palmas.)

Sr. Presidente, gostaria de lembrar que tudo aquilo que nós fazemos em termos de atividade econômica à luz do dia, com controle público, é absolutamente seguro para a sociedade.

Eu li o substitutivo. O substitutivo do qual estamos tratando nesta Casa fala de bingo, videobingo e videoloteria. Eu quero ir além. Eu quero jogo liberado no Brasil sem hipocrisia. A jogatina da Caixa pode. As extrações da Caixa, suspeitas, podem. Agora, o jogo organizado, regulamentado, transparente e limpo, ah, isso não pode.

Sr. Presidente, sei da dificuldade que será votar esse projeto, porque lamentavelmente há uma parcela que atuará com o discurso não verdadeiro, não sincero. A palavra é forte e talvez não devesse ser dita, mas há uma hipocrisia ao tratar desse assunto.

O jogo clandestino, as atividades que estão debaixo ou além da lei podem. O que nós queremos é trazer isso à luz da lei, com uma regulamentação muito rígida. Vejam o caso da Espanha. A Casa da Moeda espanhola emite cartelas, e estão aí os espanhóis que recebem de 40 milhões a 50 milhões de visitantes por ano. Por que não vale para nós? Essa é a minha pergunta.

Quero deixar uma posição muito pessoal. Quero sugerir, Presidente, que esse projeto seja votado após as eleições. Que seja marcada a votação para a primeira semana de novembro. Sabem por

quê? Para não haver espaço para conversa fiada de que alguém levou dinheiro para aprovar a regulamentação do jogo no Brasil.

Eu quero continuar fazendo política com dignidade, princípios, valores e de mãos limpas. Não quero 1 centavo do jogo no Brasil, mas quero o direito de ver milhares e milhares de brasileiros trabalhando, impostos sendo gerados e o turismo sendo a grande locomotiva da geração de emprego e renda no País.

A minha palavra é só uma: sou a favor da regulamentação e da ampliação do jogo no Brasil, do bingo ao cassino, porque este País precisa e não pode mais esperar. (Palmas.)

11. Data: 02/03/2011

Orador: ONYX LORENZONI, DEM-RS

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e os que nos acompanham pela Rádio Câmara e pela TV Câmara, gostaria muito que esta fala fosse ouvida ou lida pelo Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab.

Começo lembrando que, há dois séculos, durante a revolução federalista do Rio Grande do Sul, um bageense chamado Gaspar Silveira Martins cunhou a seguinte frase: "Ideias não são metais que se fundem, a não ser no caldeirão da ditadura, do autoritarismo ou da corrupção".

Por que lembro Gaspar Martins e a luta pelo respeito aos princípios republicanos? Porque lutamos muito - digo lutamos, Inocêncio, porque V.Exa. lutou; Hugo Napoleão lutou; Marco Maciel lutou; Jorge Bornhausen lutou - para que houvesse o que há hoje no Brasil: democracia.

A gênese, o nascimento do PFL se deu num dos momentos mais difíceis da vida nacional. Para quê? Para que houvesse democracia no Brasil. Esse partido tem uma história honrada.

Hoje se fala em bolsa família, mas poucos lembram que foi Antonio Carlos Magalhães quem criou o Fundo de Combate à Pobreza, que permite a milhões de brasileiros receberem o bolsa família hoje. Lá atrás, nenhum dos que hoje se valem do bolsa família como instrumento de poder lembrou de criar o Fundo de Combate à Pobreza. Pois, Deputado Jorge Tadeu Mudalen, o PFL criou esse Fundo.

Enfrentamos uma eleição como Democratas, que nos tornamos em 2007, e que tive a honra de liderar. Eleição difícil, complicada. A Oposição volta diminuída para cá, é verdadeira a frase. Mas, por outro lado, jogamos o jogo democrático, jovem Deputado Luiz Fernando, o jogo democrático em que nos submetemos com a cara e a coragem, Prefeito Imbassahy, à escolha da população brasileira.

E a nossa responsabilidade hoje não é pequena. Ora, 44 milhões de brasileiros disseram "não" ao Governo que se encerrava e ao que agora se inicia. Não é um nem são dois, mas 44 milhões de brasileiros! Terminada a eleição, estamos tentando aprender com erros e com acertos. E aí se instala dentro do Democratas um processo incompreensível.

Eu tinha respeito pelo Prefeito Gilberto Kassab, não o tenho mais, porque posso compreender na dimensão pessoal o interesse por buscar uma situação mais favorável. Há aqueles que são muito firmes no que diz respeito a lealdade, a fidelidade, a princípios e valores, e há aqueles que transacionam com muita facilidade. Não é o nosso caso.

Posso compreender o Prefeito buscar um caminho que lhe seja mais interessante no curto ou no médio prazo. Agora, não posso aceitar que queira destruir um dos mais importantes partidos da democracia brasileira. A Oposição no Brasil precisa ter voz, precisa ter vez. Até os meus amigos, apesar de adversários petistas - e tenho amigos no PT, porque nunca misturei as questões pessoais,

sempre trabalhei em cima de princípios, conceitos e valores -, sabem da importância fundamental para a democracia do contraponto. Senão, vamos à Venezuela ou ao Oriente Médio, onde um por um dos regimes autoritários caem como se dominó fossem. Mas não posso perdoar aquele que não busca a solução do seu problema, e sim a destruição de um partido político que se tem apresentado ao Brasil com dignidade.

Eu desafio um partido brasileiro que tenha em 60 dias higienizado a sua situação, a exemplo do que ocorreu no DF, em episódio escandaloso. Nós o fizemos: ou saíram, ou foram convidados a sair. É duro, é triste. Mas nós fizemos. Quem, no Brasil, pode dizer o mesmo?

E quando nos vemos na situação de todo dia, vem o PDB - Partido Democrático Brasileiro, Presidente Inocêncio Oliveira, o "partido da boquinha", para pegar uma teta gorda do Governo Federal. Quando saímos à rua, e o eleitor joga todos na vala comum, é porque nós não nos damos ao respeito. Nós, vírgula: alguns escolhem não se dar ao respeito. Agora, Parlamentar que se dá ao respeito, que tem lado, que enfrenta de peito aberto o debate político, que tem posição clara, nesse o eleitor não apenas vota, mas apoia, valoriza, empurra para frente. Isso é fato, é realidade.

Esse partido, desde seu nascimento, só tem um objetivo: ser um partido entreposto. Eu vou lá, fico um pouquinho e já me mando.

Acontece que, para acabar com essa pouca vergonha - tivemos uma legislatura em que houve 400 trocas partidárias, Deputado Antonio Imbassahy, em 4 anos -, que era um desrespeito ao eleitor, veio o instituto fundamental da fidelidade partidária, que já valeu: inúmeros Parlamentares municipais, estaduais e federais já perderam seu mandato.

Eu quero dizer para todos esses que estão interessados no "partido da boquinha" que fizemos um levantamento jurídico sobre o que é necessário para se constituir um partido político - no Brasil já são 27: primeiro, 101 eleitores em nove Estados; segundo, publicação no Diário Oficial; terceiro, registro junto ao TSE; quarto, apresentação de requerimento de registro de partido junto ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital Federal - atenção para o detalhe -, com a assinatura dos seus fundadores, guardem isto: Deputados fundadores, ou fundadores. Feito isso, o oficial do Registro faz o registro da pessoa jurídica do novo partido.

Até aí, é uma barbada: faz-se rapidamente. O problema é daí para frente, porque tem de haver o apoio de 500 mil assinaturas. Mas não são assinaturas sem identificação, Deputado Antonio Imbassahy - V.Exa., em seu mandato extraordinário de Prefeito de Salvador, deve ter recebido muitas. Não! Primeiro, no formulário tem de estar escrito Partido Democrático Brasileiro. Não posso ter respeito por quem não se dá ao respeito. Então: "partido da boquinha", o nome do cidadão, a assinatura e o número do título de eleitor, ou não vale. São 500 mil assinaturas distribuídas por nove Estados. Depois vem a fase do TRE, para o registro de cada um, e conferência de cada assinatura.

Nesse momento, qualquer cidadão interessado, do Democratas ou de qualquer partido em que existam trãsfugas, os suplentes, o Ministério Público poderá impugnar o registro definitivo do partido. Olhem o risco: entrou o registro no TSE, constam as 500 mil assinaturas, o Ministério Público diz: "Mas eu tenho reportagens e declarações do Presidente e de mais de 50% dos fundadores de que eles estavam fazendo este partido para burlar a lei da fidelidade partidária." Existe alguma chance de superar?

Mas vamos adiante. Aí, existe aquele grupo de Parlamentares - já falei com muitos deles - que diz: "Não, eu vou esperar para ver o que vai dar." Só que quem quiser esperar para ver se superou as 500 mil assinaturas, se o processo no Ministério Público não logrou êxito, se instalou o partido para depois, então, assinar a ficha, não pode. Por quê? Porque fundador tem de assinar a ata de fundação. Depois não vale.

Deputado Carlos Sampaio, V.Exa. é promotor de Justiça e sabe disso, homem de princípios e valores e por cuja atuação parlamentar tenho profundo respeito. Imagine a situação do Deputado que diz que vai ser o fundador do "partido da boquinha", do Gilberto Kassab, assina a ata de fundação e passa seis meses, dez meses, um ano, um ano e meio no seu partido. Com que cara? Com que jeito? Restará a ele alguma dignidade, Deputado Carlos Sampaio? Isso não é só no DEM. Pode ser no PSDB, PP, PTB, em qualquer partido.

Para ir na carona do "partido da boquinha" só sendo o fundador. Não há outro jeito. Só dessa maneira. Depois, não dá.

Existe mais uma questão grave. No momento em que se faz a fusão, nós temos outro elemento, que é a teoria da fraude alheia, por inúmeras vezes suportada pelo Supremo Tribunal Federal, que tem dado aplicabilidade a isso. É o seguinte: "Criar um novo partido, o.k., segue a regra". Aparentemente, tudo bem. Mas, quando se vai ao detalhe para ver que, na verdade, é um subterfúgio, uma ponte, uma mentira, o Tribunal diz: "Não vale. Devolve o teu mandato."

Quantos aqui - Deputados e Senadores - e Deputados Estaduais estão dispostos, para atender o "partido da boquinha", a colocar o seu pescoço a prêmio?

E há mais um agravante para o tal PDB: e se não conseguir o registro no dia 1º de outubro? Não concorre ninguém na eleição do ano que vem. Por quê? Lembra? Porque a filiação do Parlamentar se dá um ano antes, mas a existência do partido, Deputado Jorge Tadeu Mudalen, é um ano antes. E com toda a condição de interpor processos de questionamento, isso não vai acontecer.

Nós temos ainda uma questão importante, que foi noticiada: "Olha, quando o PSDB foi criado, ele levou fundo partidário e tempo de televisão do seu partido de origem." Mas a lei era outra, Sr. Presidente.

A Lei nº 11.459, de 2007, é claríssima: cria novo partido, não leva um segundo de televisão nem de rádio; cria novo partido, não leva um real do partido do qual saiu; vai compartilhar 5% de maneira igual com os vinte e oito outros partidos existentes. O que se estima que seja 0,18 do que é o Fundo Partidário.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto - V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

O SR. ONYX LORENZONI - Pois não, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto - Deputado Onyx Lorenzoni, quero pontuar três aspectos que acho relevantes no pronunciamento que V.Exa. faz na tarde de hoje, parabenizando-o pela clareza com que se manifesta na tribuna desta Câmara. O primeiro aspecto é que ontem, exatamente neste plenário, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, presidiu ato solene de instalação da Comissão de Reforma Política. Ora, de A a Z, todos os partidos defendem neste momento a realização de uma reforma política, reverberando um clamor da sociedade que não tolera mais o sistema eleitoral que vige no Brasil. Esse tipo de manobra é exatamente a antirreforma política. É a contrariedade do que deseja o cidadão comum que votou em cada um de nós para representá-los nesta Casa. O segundo aspecto que quero pontuar, Deputado Onyx Lorenzoni, é que existe uma diferença muito clara entre se montar um partido e se constituir um partido apenas como meio de passagem. Ora, montar um partido novo é possível. A lei permite. Está aí o PSOL, um dos exemplos mais recentes. Mas para que se monta um partido novo? Para se defender ideais, princípios, propostas; para se estruturar esse partido. Esse partido vai ser estruturado para disputar eleições, vencer cargos, seja no Executivo, seja no Legislativo. Isso é uma coisa. Mas montar um partido como meio de passagem, como uma janela indiscreta, aí é lamentável. Uma coisa, Deputado Onyx, que é princípio fundamental da atividade do homem público, é a transparência nos seus atos. E todos nós somos cobrados pelas nossas posições políticas. Eu acredito que aqueles que pretendem montar um partido novo, para logo depois

promover atos de fusão, apenas como uma porta de saída, um liberou geral, um adesismo oportunista, vão ser julgados e condenados pelo Brasil e pelos brasileiros. Por isso, quero louvar V.Exa., importante Líder do Democratas, dizendo que, no caso do nosso partido, não há nenhum de nós que seja maior do que o Democratas. O Democratas é maior do que qualquer um dos seus membros, individualmente. O Democratas se mantém firme, altivo e absolutamente consciente do seu papel na democracia brasileira, que é o de garantir que os fundamentos da nossa democracia estejam preservados num país onde o oportunismo eleitoral acaba falando mais alto. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ONYX LORENZONI - Obrigado, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O Sr. Abelardo Lupion - Deputado Onyx, V.Exa. me permite?

O SR. ONYX LORENZONI - Pois não, Deputado Lupion.

O Sr. Abelardo Lupion - Gostaria, primeiro, de parabenizá-lo pela análise extremamente lúcida que V.Exa. está fazendo agora sobre esse novo partido, o PDB. Nessa análise, podemos vislumbrar a dificuldade que é montar um partido viável, hoje. Gostaria de estabelecer um contraditório entre o que está acontecendo e o oportunismo político do Prefeito de São Paulo, que - doa a quem doer - gostaria de viabilizar um projeto pessoal político, vendendo aos seus companheiros, e alguns nem foram ouvidos, a imagem de que levaria um grande grupo com ele. Ontem, vimos o valente Governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, declarar em alto e bom som, para quem quisesse ouvir, que não vai sair do Democratas e que está muito bem no partido. Gostei de ver, depois da eleição do nosso Líder, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto ir a cada um dos Líderes do partido estender a mão, procurar saber o que estava incomodando cada um deles, como fez com o Prefeito Gilberto Kassab, que disse: "Não passa pelo Democratas a minha posição". Ou seja, o Democratas nada mais foi para o Sr. Gilberto Kassab do que um degrau do qual soube aproveitar muito bem a boa vontade e a determinação dos nossos filiados de São Paulo, que o elegeram Prefeito.

Tenho certeza de que a história o punirá. O respeito que todos tínhamos por ele já acabou. A população de São Paulo, com certeza, vendo esse ato leviano do Sr. Gilberto Kassab, ato esse que V.Exa. está comentando aqui, também vai puni-lo nas urnas, mostrando que ele não merece o povo paulista que o elegeu. Muito obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI - Obrigado, Deputado Lupion.

Concedo um aparte ao Deputado Mendonça Filho.

O Sr. Mendonça Filho - Eu quero saudar aqui o Deputado Onyx e dizer da minha satisfação de poder apartear-lo neste instante. Quero prestar a minha solidariedade ao meu partido, o Democratas. Tenho uma história construída nesse partido, aliás, único partido, até hoje, a que me filiei na minha existência política, desde 1986. Eu lamento profundamente os fatos que têm envolvido nosso partido, de certo modo patrocinados pelo Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. É lamentável que um partido, que tem uma história como a nossa, possa estar numa situação absolutamente constrangedora. Sai hoje, sai amanhã, não oferece garantias de que ficará, ou se vai sair, vai construir um projeto alternativo de uma nova legenda, para depois se fundir com outra legenda, o Partido Socialista Brasileiro. Nós estamos assistindo, pela imprensa brasileira, às mais variadas formas de especulações. Realmente, é lamentável que um partido da nossa representatividade, da nossa respeitabilidade, esteja sendo motivo de articulações nefastas, negativas, o que têm depreciado nosso time político. Quero aproveitar esse instante para corroborar as palavras do Líder do Democratas na Câmara dos Deputados, Deputado ACM Neto, prestar minha solidariedade ao partido, deixar meu apoio e meu reconhecimento ao grande Presidente do meu partido, Deputado Rodrigo Maia, que teve a sapiência de liderar um

movimento de resgate das nossas raízes, da nossa força, visando ao nosso fortalecimento. Apesar do tumulto e das especulações, continuaremos fortes no cumprimento do nosso papel de força oposicionista no Congresso Nacional. Receba o meu abraço e os meus parabéns pelo seu belo pronunciamento, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI - Obrigado, Deputado Mendonça Filho.

Queria apenas mostrar, da tribuna, a matéria do jornal O Estado de S. Paulo: "Maquiagem de esquerda ao PDB de Kassab".

O Sr. Alberto Mourão - Deputado Onyx, só um aparte, por favor. Eu cedi cinco minutos do meu tempo para V.Exa. e criou-se um constrangimento regimental. Só isso.

O SR. ONYX LORENZONI - Agradeço muito a V.Exa. pela sua intervenção e pelo apoio.

Quero concluir dizendo que eu não desejo mal ao Prefeito Kassab. Só peço a ele que pare de tentar destruir esse partido que já deu imensa colaboração na história política brasileira, que ele cesse com essas ações, principalmente contra os nossos Parlamentares.

Àqueles Parlamentares que desejarem analisar o estudo jurídico, está aqui à disposição. V.Exas. poderão constatar que entrar nessa barca é ir para o abismo. ÉÉ É um caminho de destruição, não de construção.

Vou lembrar, também, que é importante o Prefeito procurar conhecer um pouco a história de Gaspar Silveira Martins, que proferiu a frase com a qual comecei este Grande Expediente: "Ideias não são metais que se fundem".

Com Gaspar Martins, Presidente Rodrigo Maia, quero reconhecer que V.Exa., na Presidência do Democratas, deu o melhor de si; respeitou a todos; tratou-nos, todos, igualmente; deu a todos espaços políticos dignos. V.Exa. sempre se colocou à disposição do partido, para que sempre fosse fator de união, jamais de desagregação. Portanto, meu reconhecimento público, com a admiração e o respeito que tenho por V.Exa.

Quero concluir dizendo que o Brasil precisa de exemplos, principalmente de referências, no mundo político, que falem firmemente de dignidade, lealdade, princípios e valores. Os 44 milhões de brasileiros que não votaram no projeto vencedor vão continuar tendo nos Parlamentares do Democratas - na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, nas Câmaras Municipais e nas Assembleias Legislativas, como na Assembleia do Paraná - e nos Deputados que aqui estão nos prestigiando verdadeiros guerreiros pela liberdade, pelo direito de propriedade, pelo respeito aos contratos e, principalmente, pela construção de um país muito mais justo, mais respeitador das nossas famílias, um país que nos tome menos dinheiro.

Vou reafirmar, em alto e bom som: nós, do Democratas, não vamos nos entregar, não vamos nos render, tampouco capitular!

Que o Governo do PT nos aguarde! Estaremos firmes e fortes para defender os 44 milhões de brasileiros que disseram não. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Parabenizo V.Exa. pelo discurso.

Muito obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

12. Data: 08/05/2012

Orador: ONYX LORENZONI, DEM-RS

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho à tribuna desta Casa para dizer que passei a tarde inteira na CPI do Cachoeira e queria levantar um tema da maior relevância.

O princípio do sigilo, consagrado na nossa Constituição, no nosso ordenamento legal, foi criado para proteger o bem, a individualidade das pessoas, para resguardar atividades e principalmente salvaguardar - vou insistir nessa palavra - o bem. Do jeito que está o sigilo no caso Cachoeira, mantido pelo STF, a CPI tem a obrigação de pedir que se levante esse sigilo porque está protegendo o mal, Sr. Presidente. Ele tem que ser afastado.

A única forma que tem a sociedade livre e democrática de poder combater a corrupção, que parece que se transformou em um câncer incurável, do qual nós não conseguimos nos livrar, é colocar luz onde há treva. O jeito de fazer isso é retirar o sigilo, porque não há investigação em curso. O que está apurado já está na instância judicial. Portanto, levantar o sigilo significa dar conhecimento a cada brasileiro e a cada brasileira de um esquema terrível de corrupção que se instalou no Brasil. Isso nos dá a chance, a oportunidade, como brasileiros e brasileiras, de enfrentar essa luta e, como outros países, superar, vencer, isolar a corrupção e dizer que o Brasil não precisa conviver com ela e que pode, sim, ter governos éticos e honestos.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Muito obrigado.

13. Data: 08/10/2013

Orador: ONYX LORENZONI, DEM-RS

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que acompanham esta sessão, quando, num assunto complexo como este, os discursos falam na simplificação e na redução de que, para os programas de atendimento à população carente, o que importa é ter um médico, não importando a formação, a qualidade e, principalmente, a capacidade de resolver os problemas, significa, ao revés, dizer que para o pobre qualquer coisa serve.

É isso que está sendo dito nesse programa, quando o Governo usa da sua veia totalitária, do seu autoritarismo, para, primeiro, aceitar qualquer médico, independente da sua formação, independente da sua habilitação. E o que é pior: aceita de maneira imoral, ou amoral, sustentar uma ditadura sanguinária. Ou alguém aqui esqueceu, naquela Comissão Geral, quando o médico cubano disse que aqueles que apoiam o regime castrista sujam as suas mãos com o sangue dos cubanos que foram trucidados pelos irmãos Castro?

Mas isso não ruboriza o Governo, isso não tem a menor importância. O que tem importância é dar continuidade a um processo, gradual e continuado, de fazer prevalecer toda e qualquer tese emanada do foro de São Paulo, e no caminho de uma ação que retire do Estado brasileiro os princípios fundamentais de liberdade, de democracia e de respeito a todo estamento jurídico construído no Brasil. E tem um foco específico, que é o foco de desviar a atenção. Este é o Governo que menos gastou com saúde no Brasil.

O Senador Tião Viana, do PT, hoje Governador do Acre, propôs aqui, neste Congresso - e nós aprovamos, nós votamos, e o PT e a Presidente Dilma vetaram -, 10% da receita do Governo Federal de impostos para a saúde. E qual foi o resultado desse veto? Qual foi o resultado dessa negação por parte do Governo petista? Uma poupança macabra para fazer superávit primário de 221 bilhões de reais.

Deputado Arlindo Chinaglia, o cálculo não é meu, não é de um Deputado de oposição. O cálculo é da Associação Nacional dos Auditores dos Tribunais de Contas do Brasil. Eles apresentaram esse cálculo, e comparamos o que o Brasil gastou efetivamente com saúde.

(O microfone é desligado.)

O SR. ONYX LORENZONI - E aquilo, Presidente Henrique, que o Governo sonogou, que o Governo negou entregar à população brasileira.

Ora, Deputado Arlindo Chinaglia, V.Exa. é médico, Deputado que eu respeito, foi Presidente desta Casa. O Governo da Presidente Dilma Rousseff e do Presidente Lula negaram, nos últimos 10 anos, 200 bilhões para a saúde dos brasileiros para fazer superávit primário.

(O Sr. Presidente faz soarem as campanhas.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI - Eu concluo, Presidente. Eu concluo com a indignação de quem sabe que esse dinheiro impediu que milhões de pessoas no Brasil tivessem melhoria na sua qualidade de vida. Algumas pessoas pagaram com a própria vida para que o Governo sonogasse esse recurso. Essa é a verdade que o Programa Mais Médicos quer esconder.

É por isso que nós votamos contra.

14. Data: 04/06/2014

Orador: ONYX LORENZONI, DEM-RS

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, demais pessoas que acompanham esta sessão, eu venho até a tribuna para falar sobre o decreto bolivariano (Decreto nº 8.243/14) da Presidente Dilma, que cria os conselhos para fazer o assessoramento, o aconselhamento e o direcionamento das políticas públicas no Brasil.

Primeiro, decreto não é lei. E decreto não pode criar nada que não tenha ressonância, participação ou decisão do Poder Legislativo. Mas esse decreto serve para mostrar o perfil autoritário da Presidente Dilma e do PT, que, nesse caminho bolivariano, tentam fazer o quê? Desprestigiar, relativizar e reduzir a relevância do Poder Legislativo e estabelecer no Brasil uma nova sociedade. Ou seja, aquilo que é a voz das ruas passa a não valer; o que vale são os representantes nomeados pelo partido que está no poder.

Está errado, Sr. Presidente! Está incorreto! E nós não podemos nos calar neste momento. Empoderar seletivamente movimentos sociais é um conceito de democracia participativa que nós, lá no Rio Grande do Sul, já conhecemos, com o famoso orçamento participativo.

Era como o Poder Executivo se afastava das suas atribuições, dava uma capa de democracia às suas decisões, seletivamente inflava as reuniões do orçamento e dizia que praticava a democracia, quando, na verdade, praticava uma forma autoritária de administração.

O PT deseja, ao longo desses anos, derrubar qualquer instituição que fique no meio do caminho do projeto de poder centralizado e autoritário que implanta no Brasil. Não é a primeira vez que ele faz isso. Quero lembrar aqui que ele usa o mesmo canal constitucional usado no Programa Nacional de Direitos Humanos.

Ou alguém aqui já esqueceu que, quando havia invasões de terra pelo MST, primeiro o proprietário tinha que se sentar com o MST, para só depois ir ao Judiciário? E a reintegração de posse só aconteceria após o diálogo entre quem invadiu e o legítimo proprietário da terra. Mas este Parlamento teve a condição de afastar completamente esta tese.

Nada disso é de surpreender. Democracia e princípios democráticos não têm nada a ver com a mentalidade socialista petista, que não lutou por democracia e até se negou, Sr. Presidente,

Deputado Inocêncio Oliveira - e V.Exa. estava aqui -, a assinar a primeira formulação da Constituição de 1988.

Enquanto o silêncio conivente perdurar e o silêncio conveniente cinicamente se mantiver, continuaremos a ver a democracia brasileira ser atacada, continuaremos a ver a democracia ser fragilizada. Para o PT e para o Governo do PT, a imprensa só vale quando elogia; o Judiciário só é justo quando comandado por compadres - vejam os episódios recentes na mais alta Corte do País; e o Legislativo só é adequado, Deputada Maria do Rosário, quando subalterno. Mas não é isso. O reformismo petista não pretende aprimorar em nada a democracia. A sua intenção é substituir a República e a democracia por uma nação socialista dominada autoritariamente por um único partido, uma única voz.

A nós da Oposição resta a mais justa das lutas, a luta pela democracia e pela liberdade, regime esse incomparavelmente superior ao socialismo que o PT e o Foro de São Paulo tentam implantar em nosso País.

Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que assistem à TV Câmara, de minha parte, resta dizer que vamos combater, com todas as nossas forças, sem nenhum descanso, esse projeto que semeia o ódio entre irmãos para tentar dividir a nossa sociedade e que, apoiado em um populismo desavergonhado, compromete o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos.

Sr. Presidente, o Brasil não merece a Presidente e o Governo que tem.

15. Data: 21/05/2015

Orador: JAIR BOLSONARO, PP-RJ

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nas galerias, seria a Escola Comunitária de Campinas? A garotada das galerias é de Campinas?

Por coincidência, eu sou registrado em Campinas. Fui eleito pelo Rio de Janeiro e estou no sétimo mandato de Deputado Federal. Fui criado no Vale do Ribeira. Estive 17 anos no Exército Brasileiro, paguei todos os meus pecados e agora estou aqui na Câmara.

Quero me dirigir a vocês, jovens. Nunca a nossa liberdade e a nossa democracia esteve tão ameaçada como está no momento por esse partido que está no poder. É um partido que nos divide o tempo todo para governar. Joga brancos contra negros, homossexuais contra heterossexuais, pais contra filhos, nortistas contra sulistas, ricos contra pobres. E agora está tentando jogar homens contra mulheres com a intenção de criar cotas para mulheres nesta Casa. Eu poderia até pensar em ser favorável se a bancada feminina, maciçamente, não tivesse votado, na semana passada, contra as viúvas na questão da pensão do INSS.

Mas vamos lá. Há algo mais grave do que a corrupção acontecendo - podem ter certeza disso -: a questão ideológica. Em livros escolares de muitas escolas deste Brasil, em especial das escolas públicas, prega-se abertamente que o capitalismo é o inferno e o socialismo é o paraíso. Eles querem dividir rendas. Pelo que eu sei, na conta de divisão, cada vez o produto fica menor. Seremos todos iguais por baixo no futuro. Essa é a política do Governo que está aí.

Vejam um exemplo claro: a aproximação de ditaduras e ditadores por parte desse Governo que está aí - Lula e, agora, Dilma Rousseff. No livro do ex-Presidente do Uruguai, Mujica, ele é bem claro ao dizer que Dilma Rousseff usa espões venezuelanos e cubanos para tomar decisões de Estado. Ou seja, ela não decide em cima do que a ABIN leva para ela. Os militares nada mais levam, porque eles nos tratam como inimigos. As Forças Armadas são tratadas como inimigas pelo Governo que aí está. Não vou chamá-lo de corrupto, não, porque quanto a isso já ganharam

a medalha de ouro antes das Olimpíadas do ano que vem. É um Governo que ideologicamente está nos conduzindo para perder um bem mais precioso do que a nossa vida: a nossa liberdade.

Então, no livro do Mujica - um livro, não uma entrevista -, ele é bem claro: Dilma Rousseff decidiu entrar em contato, na época, em 2012, com o Presidente do Uruguai, usando fotos, gravações e relatórios de agentes venezuelanos e cubanos, para interferir na decisão que seria tomada na semana seguinte para que o Paraguai fosse excluído do MERCOSUL e entrasse, na época, a Venezuela de Hugo Chávez. E agora, sim, lá tem presos políticos. Esses bandidos que falavam que eram presos políticos do regime militar são mentirosos e recebiam dinheiro da Coreia do Norte ou de Cuba para impor a luta armada em nosso País, como a própria Dilma Rousseff. O primeiro marido sequestrou um avião com 96 pessoas a bordo e foi para Cuba. Era Claudio Galeno. O segundo marido, Carlos Araújo, foi bem claro em uma declaração às emissoras de televisão que passou a lua de mel assaltando caminhões de carga na Baixada Fluminense com Dilma Rousseff. Foram presos logo depois. Dizem que eram presos políticos. Grande mentira! Grande mentira!

Esse Governo sempre esteve ao lado de ditaduras e de ditadores e sempre defendeu regimes de países que nunca admitiram liberdade em seu solo, como o de Fidel Castro. Dilma Rousseff é, no sentido figurativo, apaixonada por Fidel Castro, apaixonada pelo regime norte-coreano. Lula, há pouco tempo, enquanto Presidente, esteve no Irã e fez de tudo junto à comunidade de energia nuclear do mundo para que o Irã enriquecesse urânio acima de 20%. E eles queriam a bomba atômica para quê? Para varrer Israel! Esse Governo tem aparelhado tudo neste País.

Eu entendo que, por ocasião das eleições de 2018, vocês só vão poder confiar na lisura do pleito caso nós venhamos a aprovar aqui algo que permita auditar as urnas eletrônicas. Ou seja, queremos o voto impresso ao lado da urna eletrônica. Sem isso, o PT vai eleger um poste ou - quem sabe? - vai eleger Lula em 2018, para a desgraça do nosso País, para a desgraça da nossa democracia e liberdade.

Parabéns a vocês, de Campinas, que estão aqui hoje nos visitando!

16. Data: 17/04/2016

Orador: JAIR BOLSONARO, PSC-RJ

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ.) - Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha! (Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputado?

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ.) - Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S.Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!

(Apupos no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota, Deputado?

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ.) - Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é "sim"!

(Manifestação no plenário.)

O SR. BETO MANSUR - Deputado Jair Bolsonaro, do PSC do Rio de Janeiro, votou "sim". Acumulado: 236 votos.

17. Data: 10/05/2017

Orador: JAIR BOLSONARO, PSC-RJ

O SR. JAIR BOLSONARO (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Tenente-Coronel Yossi Shelly, sou o Capitão Jair Bolsonaro. A minha continência ao Estado de Israel.

Prezado Alan Rick, recursos minerais, água potável, terras agricultáveis, biodiversidade, precipitação pluviométrica, extensão territorial - veja o que Israel não tem, e o que eles são. Veja agora, no Brasil, o que nós temos e o que não somos.

A força de um povo que tem história, que tem cultura, que tem fé, que é uno, que planeja, que ama a liberdade e que respeita a democracia, de um povo que é marco na resistência de nossa civilização.

O que acontece comigo, como cristão, entendo ser uma missão de Deus. Eu sonho alimentar, com Israel, muitíssimas parcerias.

O povo de Israel vive!

Shalom! (Palmas.)

18. Data: 15/12/2015

Orador: PASTOR MARCO FELICIANO, PSC-SP

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, praticamente no apagar das luzes do ano legislativo, eu venho aqui, como representante do povo brasileiro, parabenizar as famílias que saíram às ruas no último dia 13.

Vimos pessoas saírem às ruas por todo o País com um clamor, num momento praticamente de desespero, pedindo que todas as pessoas pensem no melhor para o nosso País.

As pessoas que foram para as ruas, sejam elas jovens, velhos, crianças, anciões, saíram com esperança, com a esperança renovada.

Eu sei que muitas pessoas não acreditaram no movimento, todavia, eu quero dar aqui a eles os parabéns. Parabéns ao MBL - Movimento Brasil Livre, parabéns aos Revoltados Online, parabéns ao Vem Pra Rua, parabéns às Musas de Direita, parabéns a esses meninos e meninas que pensam na liberdade do nosso País, uma liberdade exercida pela democracia.

Não é golpe, Sr. Presidente. Em 1992, o PT pediu o impeachment de Collor, e não foi golpe. Em 1994, pediu o impeachment de Itamar, e não foi golpe. Em 1999, pediu o impeachment de FHC, e não foi golpe. Em 2015, o impeachment se tornou golpe. Não é golpe!

O Brasil precisa de liberdade. Exercemos a nossa liberdade com coerência e com carinho. O sábio Salomão escreveu assim: "A esperança demorada enfraquece o coração...". Mas não vamos deixar que esse enfraquecimento tome conta de nós. Vamos aqui lutar. Vamos continuar a sonhar.

Em 2013, éramos dois aqui dentro do Parlamento. Em 2015, nós temos uma legião de homens e mulheres que lutam pela liberdade do nosso País.

Chega de sofrimento! Chega de comunismo barato! É hora de vermos o nosso País respirar alegria e respirar ares de esperança. Viva o Brasil! Liberdade já!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

19. Data: 16/04/2016

Orador: PASTOR MARCO FELICIANO, PSC-SP

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Brasil que assiste à sessão, senhoras e senhores que estão acordando neste momento, a Câmara dos Deputados está aqui se desdobrando, no tempo e no espaço, para o evento mais importante que esta Casa deste momento, o único e o mais importante projeto que esta Casa vai votar: o impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

Neste momento histórico para todos os brasileiros, é difícil achar palavras. Os meus colegas Deputados já expuseram as mais diferentes opiniões, mas me permitam voltar ao tema que está sendo tão discutido aqui, que é o golpe, que tanto foi levantado nesta Casa pelos governistas quando, na verdade, não há golpe nenhum.

Golpe foram eles que deram, ao tentar de todas as formas atingir a educação de nossas crianças com a abordagem de assuntos sexuais, para crianças com menos de 4 anos de idade, com a sepultada - graças a Deus - ideologia de gênero.

Há também o assassinato de crianças, com a legalização do aborto, que até hoje tentam mascarar com os mais variados nomes aqui nesta Casa.

Há a tentativa de destruir a família tradicional, com teorias desgastadas de que os tempos mudaram. O que mudou, na verdade, foram eles, que prometeram uma coisa e fizeram tudo diferente, num verdadeiro estelionato eleitoral. Entregaram um país rico, celeiro do mundo, campeão de produção agrícola, maior produtor de soja, milho e carne, sem falar nos minerais abundantes por aqui e escassos no resto do mundo, à sanha de verdadeiros gafanhotos, que conseguiram quebrar uma das empresas mais valiosas do mundo, a PETROBRAS.

Deixaram milhares de aposentados pelos fundos de pensão das estatais sem perspectiva de uma aposentadoria digna, para a qual já tinham contribuído, por causa da má gestão feita por asseclas que investiram em papéis que já se sabia serem podres, com vultosos prejuízos, que beiram os 40 bilhões de dólares.

Mais de 10 milhões de brasileiros perambulam desempregados; milhares de empresas estão quebradas; o crédito internacional, escasso, com notas de descrédito, colocando-nos entre as mais atrasadas economias do planeta.

Senhoras e senhores, existem crimes que possuem tipificação penal - por exemplo, homicídio culposo, que é aquele que acontece sem intenção, e homicídio doloso, que é aquele que acontece intencionalmente - e, deles, as respectivas penas.

Todavia, existem crimes que nós não conseguimos tipificar. Que nome podemos dar ao crime de um bandido que destrói a mente de uma criança em formação na sua primeira infância e a desvirtua sexualmente, quando ainda é praticamente um embrião, um ser humano em formação? Que nome damos a esse crime? Pedofilia? Para este Governo, não é pedofilia, é apenas a mera expressão de que o gênero humano tem que ser reconstruído a partir da liberdade de pensamento.

Em 2011, esta Casa realizou o seminário vergonhosamente intitulado Diversidade Sexual na Primeira Infância, em que pessoas dos mais altos gabaritos, intelectuais, disseram que crianças de 0 a 6 anos tinham que ter a liberdade de escolher o que queriam. Se o menininho na creche quisesse tocar no órgão genital do outro, ninguém poderia impedi-lo, porque ele estava se descobrindo sexualmente.

Que nome podemos dar ao crime de uma mulher que, em nome de sua sanidade mental e da proteção do seu próprio corpo, assassina uma criança, um bebê, um feto até a décima segunda

semana da gestação? Para nós, é aborto, mas, para este Governo, não é crime e, tampouco, crime hediondo.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que pega o dinheiro que deveria ser aplicado na saúde dos seus filhos e o destina para a saúde de filhos de outros, em outros países? "De que o senhor está falando, Deputado?" Estou falando deste Governo, que investiu 10 milhões de dólares na construção de um hospital na Palestina, enquanto os hospitais no Brasil estão em frangalhos, na bancarota. No Brasil, as mulheres estão dando à luz nas calçadas, e as pessoas estão morrendo por falta de atendimento médico.

Que nome podemos dar ao crime de um pai de família que cria com seus vizinhos um grupo para planejar a destruição da própria casa? Isso não é loucura. Estou falando do Fórum de São Paulo. Isso já foi dito aqui tantas vezes pelo Deputado Jair Bolsonaro! Países da América do Sul companheiros desejam ressuscitar aquilo que morreu na Europa comunista.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que prometeu "posso não concordar com o que dizes, meu filho, mas defenderei o teu direito de dizê-lo", mas fez calar, em uma democracia, a voz dos mais bravos dos seus filhos, como este Governo fez, por exemplo, com o Prof. Olavo de Carvalho, com as jornalistas Rachel Sheherazade e Joice Hasselmann e até mesmo com artistas como Lobão?

Esses cidadãos simplesmente expressaram o que pensavam, e tiveram os contratos destruídos, as vozes caladas, as bocas amordaçadas. E alguns perderam o emprego. O Prof. Olavo de Carvalho teve que sair do Brasil e morar em outro país.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que coloca um filho contra o outro, fomentando o preconceito entre ambos os filhos, em uma disputa acirrada, com ódio e rancor, e até assassinato? É o que este Governo fez com o nosso País. O Brasil, Pastor Deputado Takayama, era unido. O brasileiro tinha alegria de ir à rua. Não havia entre nós o que hoje chamam de politicamente correto. É a maior chatice de todas. Colocaram negros contra brancos, meu Líder Andre Moura; pobres contra ricos; índios contra agricultores; crentes contra ateus; homossexuais contra heterossexuais. Dividiram tanto o nosso País que temos hoje um muro da vergonha bem à frente da Esplanada dos Ministérios. Este não é o Brasil que conheci na minha infância.

Senhoras e senhores, que nome podemos dar ao crime de um pai que propaga ser educador - sabe ler e escrever e diz que vai ensinar o seu filho -, mas os seus filhos não sabem ler nem escrever ou, quando sabem ler, não conseguem compreender aquilo que leram? Refiro-me à Pátria Educadora, do Brasil, que deseduca. Nossas crianças saem da escola. Basta aos que têm mídia social ver as respostas que as pessoas postam nas redes sociais. Não sabem ler, não conseguem conjugar os verbos da língua portuguesa, não conseguem entender aquilo que leem. Gostam de ler apenas o título, e daí fazem uma ideia. Nossas crianças e nossos jovens estão sendo idiotizados pela Internet. A USP, que já foi a coroa da educação em nosso País, perdeu em 2013 a cadeira entre as 200 melhores universidades do mundo.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que desperta a esperança de um filho dizendo "você vai se formar, vai ter um diploma, vai ter uma formação acadêmica" e o inicia na faculdade, mas, antes da conclusão do curso, o filho é obrigado a sair de lá porque o pai não tem dinheiro para sustentar o estudo e o deixa à deriva, sem diploma, sem esperança? "Que loucura é essa, Deputado?" Não é loucura, foi o que o Governo fez. O Ministério da Educação, em 2015, anunciou que o dinheiro para os novos contratos do FIES acabou. Por isso, o MEC não vai mais reabrir as inscrições.

Meninos e meninas que tinham sonhos e esperanças foram deixados à deriva, não vão concluir a universidade, a faculdade, por culpa de um Governo que não soube se estabilizar, que fez falcatruas na economia, que vendeu um sonho que não existia - são bandidos.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que promete ao filho "eu vou proteger você, meu filho, de qualquer coisa", e de repente joga o seu filho para os leões, joga o seu filho na mão de bandidos que praticam os assassinatos mais espúrios que pode haver na história do mundo? Eu estou falando do meu Brasil, que em 2013 contabilizou 56 mil assassinatos, número muito maior do que o de mortos na guerra da Síria. Esse é o Brasil do PT.

A pergunta que faço é esta: se não há como tipificar tais crimes, como podemos puni-los? Qual é a pena para quem comete tais crimes hediondos? Só existe uma pena: impeachment, afastamento da Presidente, que é responsável por isso!

Presidente não pode errar, não pode conduzir o País para a bancarrota como aconteceu e, nosso País.

Eu estou aqui falando por analogia, Sr. Presidente, amigos Deputados, senhoras e senhores brasileiros que assistem à sessão, para denunciar esse desgoverno, desgoverno do PT, que não é partido dos trabalhadores, é partido das trevas. Só quem tem pacto com as trevas faz pacto com o diabo para colocar o Brasil onde ele está hoje. Não aceitamos mais isso.

No domingo, nós vamos ter aqui dois sepultamentos. Na verdade, dois sepultamentos mesmo! Um é o desse desgoverno que é o PT, e o outro, o da reputação de muitos amigos Parlamentares que aqui estão. A história não os perdoará.

Não falo aqui dos Deputados que desde sempre assumiram compromisso com os seus partidos de votar contra o impeachment. Eu falo daqueles Deputados que infelizmente se esconderam atrás da capa da dúvida - digo, sim, atrás da capa da dúvida -, talvez para, na calada das noites, como está acontecendo aqui em Brasília, em lugares dos mais escusos, venderem-se, serem achacados ou achacarem, extorquirem. Vendem-se e locupletam-se pelas 30 moedas de prata da traição.

Queria lembrá-los aqui de que Judas, um dos homens mais famosos da história, o maior de todos os traidores, recebeu dinheiro, mas não pôde usar esse dinheiro. Ele ficou com tanto arrependimento que o jogou aos pés daqueles que lhe pagaram, e eles lavaram as mãos. A dor de consciência foi tão grande que ele se suicidou.

Vai haver um suicídio político nesta Nação. Não estou ameaçando. Eu apenas aviso como bom amigo. As suas famílias, meus amigos, vão pagar o preço dessa traição. Os seus filhos sofrerão bullying na escola. As suas esposas não poderão mais ir ao salão de cabeleireiro arrumar o cabelo e pintar as unhas. Seus vizinhos vão olhar para V.Exas. de soslaio.

Srs. Deputados, permitam-me falar aqui com o coração. Eu sei do que estou falando. Em 2013, eu vi a minha família sofrer bullying. A minha filha mais velha teve que sair da universidade no Brasil porque professores e alunos a atacavam por causa de uma questão política. A minha esposa adoeceu por 2 anos seguidos. Não podia dormir na cama, dormia sentada, por causa da síndrome do pânico, uma doença psicossomática de que sofrem pessoas cuja alma passou por um trauma muito grande, como aquele que nós passamos, de não poder ir a lugar público sem ser xingados, apedrejados ou cuspidos.

Eu sei o que nós passamos. Amigos, não permitam que as suas famílias passem por isso! A diferença é que eu sobrevivi, e a minha família sobreviveu também. E sobrevivemos porque nós tínhamos uma bandeira. Era uma bandeira lógica, a bandeira da família brasileira, a bandeira da família tradicional, a bandeira da família civilizada.

As coisas passaram, a minha esposa foi curada, a minha filha pôde voltar para o Brasil. De cabeça erguida, voltei para este Parlamento, com o dobro de votos. Repito: voltei porque eu tinha uma bandeira. Uma bandeira que estava escondida ou desaparecida deste plenário de repente voltou à tona.

Eu pergunto: qual será a bandeira de V.Exas.? Como vão superar um trauma desses V.Exas. e suas famílias? Como V.Exas. vão justificar o fato de estarem protegendo um partido que tem presos dois tesoureiros, que tem preso marqueteiro, que tem presos Deputados, e até Senador já esteve lá?

Como vão superar isso, quando vier à tona, através da Lava-Jato, toda a sujeira feita pelo pseudopai dos pobres, quando estudarem a história e souberem que este desgoverno, em todos os mandatos, teve a maioria dos seus Ministros derrubados por problemas com corrupção, caíram?

Não há condição alguma de este Governo continuar. Ele não vai se reerguer mais. Eles sabem disso. Acabou! Game over! Deu, PT! A Presidente praticou crime de responsabilidade fiscal, sim!

Nós precisamos neste momento - e eu encerro aqui - é de esperança. Precisamos de alguém que nos una novamente. Vamos precisar de alguém que nos mostre a luz no fundo do túnel. Vamos precisar de alguém que nos inspire confiança, que nos faça sonhar novamente. O brasileiro precisa voltar a sonhar.

Ao vencermos com o impeachment, todos sabem, não será fácil reconstruir o Brasil, nem a confiança, nem as finanças, nem os empregos perdidos. Vamos precisar do esforço de todos, do sacrifício de muitos, da união de todo o Brasil e de muita fé e muitas orações.

Eu não tenho medo de falar isso aqui, mesmo sabendo que, do outro lado, esses que sou contra digam que o Estado é laico. Passaram a vida inteira falando sobre isso, que o Estado é laico. Mas o Estado não é laicista, o Estado laico protege o direito ao culto.

E é em nome dessa fé que eu quero dizer a todos que o PSC, do qual eu tenho muito orgulho, vai votar a favor do impeachment. A Presidente Dilma vai ser afastada.

Termino dizendo que nós não aceitamos mais o constrangimento, Presidente Dilma, de ouvir a senhora falar sobre a "mulher sapiens". Não entra mais nos nossos ouvidos a tal da "mosquita", nem a saudação à mandioca, nem que "atrás de uma criança tem um ser oculto que é um cachorro". E chega desse negócio de estocar o vento.

Que Deus abençoe o Brasil! Que Deus abençoe a nossa Nação! Que Deus ilumine o Parlamento!

E, Presidente Dilma, como disse o Presidente Lula para a senhora: "Tchau, querida".

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

20. Data: 14/02/2017

Orador: PASTOR MARCO FELICIANO, PSC-SP

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e povo brasileiro que nos assiste pela TV Câmara, venho a esta tribuna neste momento fazer alusão a uma matéria que saiu hoje na revista Época de um colunista muito conceituado e conhecido no Brasil, o Sr. Walcyr Carrasco.

O Sr. Walcyr Carrasco é dramaturgo, escritor e dono de uma mente brilhante, mas hoje, infelizmente, peca na sua fala através da sua coluna.

Ele aponta a religião como o lado errado do debate sobre as drogas no País. Ele afirma que o Estado, sendo laico, não pode sofrer interferência da religião. Erra o nobre Walcyr Carrasco quando afirma isso. Primeiro, quando a sociedade joga o jovem nos braços da libertinagem, e esse jovem, em nome de um mundo progressista, em nome de um momento zen, se envolve com drogas e fica completamente destruído, é nas mãos da religião que a sociedade o coloca.

Porventura, não sabe o nobre Sr. Walcyr Carrasco que as maiores instituições terapêuticas que tratam drogaditos, dependentes de droga, no nosso País são da igreja? Ora, quando o jovem está como lixo na sociedade, a igreja pode acolhê-lo e ajudá-lo. Então, por que a igreja também não pode se meter em assunto dessa natureza, totalmente pérfida, como é o da descriminalização das drogas, que se que aprovar no nosso País?

Fico imaginando o desconhecimento do Dr. Walcyr Carrasco acerca de tal assunto. Ele apela para um pensamento progressista que vem da Escola de Frankfurt sobre o neoliberalismo, sobre o novo marxismo impregnado no nosso Ocidente. É um pensamento baseia tudo no Estado laico, como se o antídoto fosse a liberação geral de tudo.

Não! O nosso Estado é laico, e graças a Deus por isso! Mas a laicidade nos dá o direito e a liberdade de pensar sobre qualquer tipo de religião. Ninguém pode ser tolhido nesse seu direito. É isso o que diz a nossa Carta Magna. Não se pode tolher o direito da igreja de ser representada, quer seja no Parlamento, quer seja no Executivo ou no Judiciário, através de pessoas que têm a sua fé, uma fé viva.

O nosso Estado é laico, mas não é um Estado ateu. O que se quer provar no nosso País, em nome da laicidade, é que a religião é um problema que se coloca na frente do progressismo apontado por alguns.

Ora, se ser progressista é descriminalizar as drogas, se ser progressista é descriminalizar o aborto, se ser progressista é colocar pautas como essa que estão aí, completamente ateias, eu não quero ser um progressista jamais.

Então, digo ao nobre Dr. Walcyr Carrasco que use a sua imaginação para compor novelas, para escrever livros, mas que não venha falar sobre um assunto que não lhe é muito peculiar, que é o assunto da fé. A fé é inerente ao ser humano e está impregnada no próprio DNA do ser humano.

Nossa Carga Magna, a Constituição Federal, no seu preâmbulo, diz que é sob a proteção de Deus que nós iniciamos os trabalhos nesta Casa, por isso confiamos a Ele a Constituição brasileira. Devemos crer em Deus não apenas nos momentos ruins, mas também nos momentos que esta Casa dedica ao bom debate acerca das coisas que podem ser perniciosas ou benéficas à população brasileira.

Por isso, digo aqui "não" - com todas as letras - à descriminalização das drogas! O prejuízo social, o custo social para o nosso País seria sem tamanho. Não bastassem os que já são drogados, imaginem mais pessoas, por curiosidade, usufruindo de uma liberdade plena, começando a se envolver com isso! Não à descriminalização das drogas! Esse pensamento tem que ser banido do nosso País!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

21. Data: 16/10/2018

Orador: PASTOR MARCO FELICIANO, PODE-SP

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PODE - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros que nos assistem pela TV Câmara, é com muito orgulho que

assomo a esta tribuna neste momento para rememorar a minha Nação que existem duas maneiras de passar por esta vida: uma é fazendo história e a outra é contando história.

Quem tem memória se lembra de que em 2013, dentro desta Casa, eu fui o primeiro Parlamentar a ser perseguido violentamente pela esquerda, que é preconceituosa, que nos acusa daquilo que eles fazem e nos chama daquilo que eles são.

É interessante que naquele momento, um momento de muita dificuldade, o Presidente do nosso País, naquela época a Presidente Dilma, que sofreu impeachment, tinha na sua base 400 Deputados, 60 Senadores e 75% de aprovação nacional, ou seja, era um Governo perpetuado. De repente, a pequenina Comissão de Direitos Humanos e Minorias desta Casa se torna o grande holofote do País, e todos passam a observá-la. E à frente desta Casa está um simples pastor, ou à frente desta Comissão estava apenas um Parlamentar eleito dentro de um contexto democrático. Esse Parlamentar começa a ser perseguido. Eu apanhei nas ruas, eu apanhei em aviões, eu apanhei em shopping centers. Naquele momento, éramos apenas meia dúzia de Parlamentares que gritavam contra essa esquerda que havia destruído nosso País. E foram eles pais e mães dessa grande corrupção que dilacerou a nossa Nação.

E agora, no meio desse contexto de luta, de dificuldade, sofrendo aqui, sofrendo ali... A própria Igreja Cristã demorou quase 40 dias para se levantar e me defender. Todos queriam ver o que acontecia. Interessante: do meu lado, de primeira mão, no primeiro momento, levanta-se um personagem, o Jair Bolsonaro, até então visto nesta Casa como apenas um Deputado bufão. De repente, Bolsonaro se torna aquele que me blinda. Bolsonaro se torna o meu protetor. Bolsonaro começa a caminhar comigo dentro desta Casa, fazendo o papel que muitos Deputados da minha fé deveriam fazer, e não tinham coragem.

De repente, passam-se os anos, e hoje vejo o grande Jair Bolsonaro ser alçado a futuro líder desta Nação. Lembro-me de que, naquela época, Bolsonaro dizia para mim que eu era o capitão dele e ele era o meu soldado. Hoje, com muito orgulho, digo: "Sou seu soldado, Jair Bolsonaro".

O meu candidato a Presidente da República tem muitos defeitos, mas tem uma qualidade que supera todos eles. Ele é um homem honesto. Podem falar o que quiser de Jair Bolsonaro, mas ele é um homem honesto, é um homem íntegro, é um homem de família, é um homem que respeita os padrões da vida dos grandes brasileiros ou da maioria da nossa Nação brasileira. É por isso que eu estive ao lado dele no primeiro turno, pedindo licença ao meu partido, que tinha um grande candidato, o Senador Alvaro Dias. Mas eu disse à minha Presidente: "Gratidão não prescreve". Estive ao lado dele no primeiro turno e estou ao lado dele no segundo turno. Já disse a ele e ao pessoal do PSL que eu tenho 6 milhões de seguidores nas mídias sociais.

As minhas mídias sociais, caro irmão Manato, gostaria que V.Exa. dissesse ao nosso querido Presidente que elas estão à disposição dele para combatermos as fake news e colocarmos Jair Bolsonaro na governança do nosso País.

O País passa por essa mudança. Eu termino como comecei. Melhor do que contar história é fazer parte da história. E eu vejo a ascensão de Jair Bolsonaro como uma resposta do povo brasileiro que não suporta mais viver enclausurado num País que estaria se tornando um grande Venezuela, mas que agora caminha para um momento de liberdade e de reflexão.

Jair Bolsonaro está na frente nas pesquisas e há de ser o Presidente da República. E termino dizendo: Brasil acima de todos, e Deus acima de tudo!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

22. Data: 20/05/2015

Orador: ONYX LORENZONI, DEM-RS

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero saudar a todos na figura do Embaixador de Israel no Brasil, o Sr. Reda Mansour.

Quero fazer uma referência muito especial ao Presidente da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, o Deputado João Campos.

O acolhimento caloroso se tornou um dos traços dominantes deste País. Com o mesmo carinho, com a mesma tolerância e com o mesmo espírito fraterno recebemos pessoas de todo o mundo, milhões de imigrantes de diferentes origens étnicas e culturais, que trouxeram para o Brasil seus costumes, tradições, religião e língua materna. Aprendemos com eles, assimilamos seus códigos, influenciados, fomos influenciados. Da convivência vieram o respeito e a aceitação. Eu mesmo sou a terceira geração de italianos no Brasil.

Foi nesse processo riquíssimo, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, e demais presentes, que nós compreendemos o povo judeu. Uma história milenar, lamentavelmente, ao longo dos anos, com episódios reiterados de sofrimento, opressão, destruição e morte, que se misturaram à glória, à honra, à bravura e à resiliência, em amálgamas singulares, que, ao mesmo tempo, fazem lembrar a universalidade da vida humana. Portanto, frágeis e sujeitos à tirania, mas sempre capazes, com a bênção de Deus, de superar e enfrentar os tiranos, de revelar a grandeza e a capacidade que o ser humano tem de superar as adversidades.

Em 1947, o brasileiro Oswaldo Aranha, a poucas horas de terminar o domínio inglês na área que hoje é do Estado de Israel, participou da promulgação do Estado judeu. Lembro o grande líder judeu David Ben-Gurion, uma figura exponencial dessa luta. Talvez ele sirva de símbolo daquele momento, para que possamos lembrar aquele histórico momento.

Sr. Presidente, tive a honra de, no ano passado, acompanhar uma missão da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados ao Estado de Israel. Como homem de fé, eu me emocionei por estar na Terra Santa. Como homem de fé, reafirmei a minha crença e os meus valores. Como homem de fé, vi o extraordinário trabalho feito pelo povo judeu em qualquer área do conhecimento humano.(Palmas.)

De uma das melhores universidades existentes no mundo, geradora de tecnologia, àquilo que é impensável, se compararmos o tamanho do Brasil com o tamanho de Israel e as carências hídricas que tem Israel, é quase impossível compreender o milagre de Israel ser um dos maiores produtores de peixes do planeta, enquanto o Brasil sonha um dia poder ombrear com ele nesse tipo de produção, não apenas na questão tecnológica, mas também na preocupação que o povo israelense tem de produzir com qualidade, protegendo o seu meio ambiente.

O Estado de Israel...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) - ... 70 anos, mas a força e a plenitude com que se apresenta ao mundo não vêm da nossa era.

Ao contrário, são frutos remotos, de um passado extremamente denso, repleto de lutas por superação, por sobrevivência, em condições subumanas muitas vezes. Lamentavelmente, alvo de incompreensão, intolerância, segregação, preconceito e ódio, mas, protegido e abençoado pelo nosso Deus, o povo israelense usou essa forja para se tornar a nação que é hoje. A atual geração dos israelenses aprendeu, com os seus antepassados, a amar a terra de origem, a resistir e a fazer dela um pedaço de progresso, realidade e esperança.

Em nome dos democratas, da minha bancada nesta Casa, parablenzo o povo judeu pelo Estado de Israel.

Parabéns, filhos do povo judeu, que nos ajudam a construir a realidade presente e futura do Brasil!

Como aqui já foi dito, o Brasil está no nascimento do Estado israelense. A união Brasil-Israel estará abençoada por Deus acima de qualquer governo, de qualquer desmando e de qualquer visão tirânica e autoritária.

Viva a liberdade!

Viva o povo israelense!

Viva Israel!

Viva o nosso Deus!

Viva o Brasil!

23. Data: 08/03/2016

Orador: ONYX LORENZONI, DEM-RS

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) - Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, Sra. Deputada que preside esta sessão e público que nos acompanha, Lula é o maior oportunista do Brasil, e seus aduladores querem transformá-lo em vítima. Vítima de quê? Lula, se é vítima, é vítima das escolhas que fez.

Lula escolheu, junto com José Dirceu - eu participei da CPI dos Correios -, montar no Governo brasileiro uma organização criminosa, uma máfia. Agora quer se fazer de vítima. Lula, o grande beneficiário, o capo dessa máfia, o chefe dessa ORCRIM, o pai dessa facção, tenta passar para o Brasil a imagem de vítima.

Não! Lula é um cínico, um mentiroso, um oportunista. É isso o que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva é.

E onde nós verificamos isso? Por exemplo, no relato que temos aqui do Delegado da Polícia Federal responsável pela condução coercitiva, Dr. Luciano Flores de Lima. Neste documento, ele relata claramente o que se passou quando disse a Lula que precisava ouvi-lo, antes de apresentar o documento da condução coercitiva: "Naquele momento, foi dito por ele que não sairia daquele local, a menos que fosse algemado. Disse ainda que, se eu quisesse colher as declarações dele, teria de ser ali".

Pois bem, Lula já imaginava a vitimização. Esse é o Lula, o mesmo Lula que usou um Deputado daqui para fugir do Ministério Público de São Paulo.

Lula e seu bando atacam a Polícia Federal, atacam o Ministério Público e atacam a Justiça Federal!

Vejam que alguém gravou o Lula dizer à sua subordinada Dilma Vana Rousseff que era para mandar os processos para "aquele lugar" - em respeito às pessoas, eu não vou citar o lugar.

Em 2004, Lula referiu-se à Constituição brasileira assim: "Que a Constituição brasileira se 'ferre'!" Vocês podem imaginar a palavra usada.

Nove em cada dez brasileiros não aguentam mais o petismo. Essa doença trouxe de volta ao Brasil a inflação, 10 milhões de desempregados e um Pibinho, ó, deste tamanho.

O petismo trouxe para o Brasil o maior escândalo de corrupção da nossa história.

E o que é que sobra para Lula e seu bando? Bravatas! Bravatas em cima de bravatas.

É bom ele saber que a Lava-Jato será para a América Latina o que foi a Operação Mãos Limpas para a Europa. Ela mudará a cultura, mudará comportamentos, mudará completamente a forma como as sociedades encaram a administração pública.

Dilma confirma com seus atos quem é o capo. Vejam só, senhoras e senhores! Dilma levou uma semana para visitar as vítimas de Mariana depois do maior acidente ambiental de toda a história brasileira. Pois levou, Deputado Caio Narcio, menos de 20 horas para, sem nenhuma agenda em São Paulo, gastar o dinheiro público para ir lá beijar a mão do chefe da máfia. Lula é o chefe e Dilma é subordinada às vontades de seu chefe.

Nunca importou para o petismo o Brasil e os brasileiros. Aos petistas sempre importou o projeto de dominação e a roubalheira. Lula, se é vítima, é vítima das suas próprias escolhas.

A hora está chegando. A Justiça vai pegar Lula e seu bando. Só resta a eles continuar irresponsavelmente nessa cantilena triste de dividir o Brasil, de jogar brasileiros contra brasileiros na tentativa vã de encobrir seus crimes e sua roubalheira.

Não tenho nenhuma dúvida de que no dia 13 de março milhões de brasileiros irão às ruas de verde e amarelo, em paz, com fé e esperança. Dia 13 nós vamos mostrar, com a população nas ruas, a importância que nós brasileiros damos a uma legislação arrojada, à responsabilização dos poderosos. A lei deve ser feita verdadeiramente para todos. Não há mais ninguém além da lei, Sr. Lula. O senhor não está além da Lei! O senhor tem que se curvar ao império da lei, o senhor e o seu bando.

Eu guardo aqui comigo a esperança de que no dia 13 nós que estamos do lado certo, nós que estamos do lado da decência, nós que estamos do lado de um Brasil democrático, livre, que respeita a lei, vamos para as ruas, sim, com paz no coração, não aceitando provocações, mandar um forte recado a essa gente que acha que é dona do Brasil.

Vocês não são donos do Brasil! O Brasil é dos brasileiros. Nós vamos mostrar nas ruas que estamos cansados, que chega de mentiras, que chega de roubalheira, que chega de PT.

Lula, a sua hora vai chegar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

24. Data: 14/02/2017

Orador: ONYX LORENZONI, DEM-RS

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, nobres Parlamentares que estão aqui neste momento e aqueles que nos acompanham nesta sessão, quero falar um pouco sobre liberdade e direitos. Por que isso? Porque há um processo de hipocrisia que vivemos no nosso País, e é importante que façamos uma reflexão sobre isso.

Em 2003 - e vou lembrar, Deputado Julio Lopes, não por acaso -, quando Lula chegou ao poder, estabeleceu-se no Brasil o Estatuto do Desarmamento. O que era isso? Nada mais era do que um discurso hipócrita que afirmava que desarmando o cidadão de bem, desarmando a sociedade, nós iríamos controlar a violência e evitar o aumento da criminalidade no Brasil. Mas não era nada disso. Fazia parte do projeto petista de dominação e poder. Aliás, todos os governos totalitários desarmaram as suas populações para que tivessem mais facilidade, Deputado Vanderlei Macris, de fazer o que a literatura registra à exaustão: o controle social.

Esse era um dos instrumentos do projeto de poder petista. Aí, dá-lhe campanha de desarmamento. E o que as campanhas de desarmamento trouxeram para o Brasil? Algum marginal, algum

bandido, algum traficante, algum homicida, algum estuprador, algum sequestrador entregou a sua arma? É evidente que não.

E, hipocritamente, o Governo Federal da época - e lamentavelmente continua a se fazer isso hoje no Brasil - transferia para o cidadão comum, para o cidadão de bem, a responsabilidade sobre os índices de criminalidade no Brasil. O desarmamento era uma farsa desde o seu início, um roteiro que ficou invertendo valores no País.

De lá para cá, a criminalidade só cresceu. E nós últimos 10 anos, é bom lembrar, o comércio legal de armas, Sr. Presidente Carlos Manato, reduziu-se em 90% no Brasil. A pergunta que não cala é: o que aconteceu com a criminalidade? Cresceu exponencialmente no Brasil.

Como se não bastasse, nós ainda vimos o Estado dar garantia ao bandido de que o cidadão ou a cidadã não teria capacidade, nem instrumento algum para proteger a sua vida, a sua família, a sua integridade ou o seu patrimônio.

Durante o seu período, o Governo anterior colocou quase 9 milhões de brasileiros na ilegalidade, pois muitos se negaram a entregar sua arma, porque sabiam que o Estado não poderia prover a sua segurança e queriam manter um direito inalienável, expresso inclusive na Declaração Universal dos Direitos Humanos, segundo o qual o cidadão tem o direito de defender a sua vida a qualquer preço, pois é o bem maior de todos nós.

Este ano o referendo sobre o desarmamento, que ocorreu em 2005, fará 12 anos. Na ocasião, 2 em cada 3 brasileiros disseram ao Governo que queriam manter o direito de poder ter uma arma no Brasil. O que fizeram o Governo Lula e o Governo Dilma? Fizeram ouvidos moucos. Não deram a menor atenção.

Por que estou falando sobre isso agora? Porque chega de hipocrisia. Já que estamos livres do ranço petista, está na hora de o atual Governo recolocar as coisas nos seus devidos lugares.

Por isso, eu faço um pedido a todos os Parlamentares, ao Presidente da Casa, à Mesa Diretora da casa, Deputado Carlos Manato - que V.Exa. transmita esta preocupação -, no sentido de que possamos dar andamento ao Projeto de Lei nº 3.722, de 2012, do nobre Deputado Rogério Peninha Mendonça, que altera o Estatuto do Desarmamento para dar condição à sociedade de recuperar aquilo que foi a vontade do brasileiro. Mais de 65% da população disse que queria manter o direito à legítima defesa. A liberdade do exercício desse direito é algo que nós juramos defender na Constituição.

E, cá para nós, nenhum governo tem o direito de garantir ao bandido que nós não podemos reagir. Nós temos que ter o direito de defender a nossa vida e a de nossas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

25. Data: 29/05/2018

Orador: ONYX LORENZONI, DEM-RS

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Srs. Deputados, Sras. Deputadas e aqueles que acompanham este debate, eu venho à tribuna porque alguns oportunistas de esquerda e vários outros desfilaram aqui, ao longo do dia de hoje, dizendo que o problema é o livre mercado. Que livre mercado? O Brasil tem um livre mercado muito pequeno, que foi reduzido no Governo Fernando Henrique e também nos Governos petistas.

O modelo socialista convencional, de tomada do poder, de controle dos meios de produção, foi há muito superado pelo modelo da Escola de Frankfurt, que é seguido pelo PSDB, ou pelo modelo

gramsciano, que é seguido pelo PT e que aconteceu no Brasil, de maneira objetiva, com o dinheiro do povo. E disso ninguém fala.

O PT, ao longo do último Governo, repetiu a experiência nacional socialista alemã, a experiência nazista: usou o dinheiro do povo para concentrar a economia brasileira. Foi isto que aconteceu: usou o dinheiro do BNDES, usou o dinheiro dos fundos de pensão, usou o dinheiro da Caixa. E o pior: quem tinha que nos proteger, que era o CADE, a CVM e a Justiça, silenciou, coniventemente com o que foi feito no Brasil.

E qual era o modelo nazista repetido pelo PT no Brasil? Pegar um grupo político corrupto, como está demonstrado fartamente pela Operação Lava-Jato, fazer a cooptação de empresários alinhados e daí concentrar a economia brasileira em cima daquela política que ficou conhecida, do lado de lá desta tribuna, como a política dos campeões nacionais.

Pois muito bem, onde estão os caminhoneiros nisso? Estão no meio, são o marisco. Estão entre o rochedo monopolista que se chama PETROBRAS, que reajusta seus preços de acordo com o mercado internacional, com a variação do câmbio, e o sistema altamente oligopolizado. Ou alguém aqui tem dúvida de que chocolate, cerveja, banco, carne de boi, carne de frango, carne de porco, varejo não está tudo oligopolizado no Brasil? É claro! O caminhoneiro autônomo precisa repassar e diluir o custo; vai ao setor majoritário e oligopolizado, mas este não aceita dividir.

Quer ver um exemplo de livre mercado que funciona? O das padarias. A farinha de trigo é produzida por poucos grupos no Brasil. Uma boa parte dela é importada e tem o mesmo problema da variação cambial. Por que não está havendo problema nas padarias brasileiras? Porque o valor, o custo é dividido, é absorvido por milhares de padarias e por milhões de consumidores. É isso que se chama lei do mercado.

E contra isso o Tenente-Coronel Theodore Roosevelt, no início do século passado, resolveu o problema dos americanos. Com a lei antitruste, quebrou o monopólio de John Rockefeller, que era o monopólio do petróleo, tal como é aqui. Lá nos Estados Unidos, são 35 empresas petrolíferas; nenhuma é do Governo. Vá lá ver o preço da gasolina. Esse é um dos problemas que o Brasil, obrigatoriamente, vai ter que enfrentar, e não essa falácia que ouvimos por aqui.

É muito importante, neste momento, reconhecer a manifestação dos caminhoneiros autônomos. Eu defendo os caminhoneiros autônomos, porque eles são a parte fraca desse processo. E o que é o caminhoneiro autônomo? É a tal classe média brasileira que tem capacidade de indignação, que está querendo dizer algo aos governantes de um governo que se sucede. Por acaso, o Temer era Vice de quem, se não era Vice da Dilma? Eu disse e repito: juntaram-se duas quadrilhas, a quadrilha titular foi afastada e assumiu a quadrilha suplente. Este Governo é sucessão do Governo petista.

Portanto, hoje, os caminhoneiros e a sociedade brasileira sofrem, sim, os erros acumulados de maneira incessante: em parte, propositalmente, como Palocci lembra na sua delação; organizadamente, como Palocci mostra na sua delação; e involuntariamente pela incompetência da ex-economista que tudo sabia e queria estocar vento, Dilma Rousseff.

Hoje, o Brasil paga uma conta, mas em outubro o Brasil vai mudar.

26. Data: 28/10/2018

Jair Bolsonaro

"Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.

Nunca estive sozinho. Sempre senti a presença de Deus e a força do povo brasileiro.

Orações de homens, mulheres, crianças, famílias inteiras que, diante da ameaça de seguirmos por um caminho que não é o que os brasileiros desejam e merecem, colocaram o Brasil, nosso amado Brasil, acima de tudo.

Faço de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade. Isso é uma promessa não de um partido. Não é a palavra vã de um homem. É um juramento a Deus.

A verdade vai libertar este grande país, e a liberdade vai nos transformar em uma grande nação.

A verdade foi o farol que nos guiou até aqui e que vai seguir iluminando o nosso caminho.

O que ocorreu hoje nas urnas não foi a vitória de um partido, mas a celebração de um país pela liberdade.

O compromisso que assumimos com os brasileiros foi de fazer um governo decente, comprometido exclusivamente com o país e com o nosso povo --e eu garanto que assim será.

Nosso governo será formado por pessoas que tenham o mesmo propósito de cada um que me ouviu neste momento: o propósito de transformar o nosso Brasil em uma grande, livre e próspera nação.

Podem ter certeza de que nós trabalharemos dia e noite para isso. Liberdade é um princípio fundamental: liberdade de ir e vir, de andar nas ruas, em todos os lugares deste país, liberdade de empreender, liberdade política e religiosa, liberdade de informar e ter opinião. Liberdade de fazer escolhas e ser respeitado por elas.

Este é um país de todos nós, brasileiros natos ou de coração. Um Brasil de diversas opiniões, cores e orientações.

Como defensor da liberdade, vou guiar um governo que defenda e proteja os direitos do cidadão que cumpre seus deveres e respeita as leis; elas são para todos. Porque assim será o nosso governo; constitucional e democrático.

Acredito na capacidade do povo brasileiro, que trabalha de forma honesta, de que podemos juntos --governo e sociedade-- construir um futuro melhor.

Esse futuro de que falo e acredito passa por um governo que crie as condições para que todos cresçam. Isso significa que o governo federal dará um passo atrás --reduzindo a sua estrutura e a burocracia; cortando desperdícios e privilégios, para que as pessoas possam dar muitos passos à frente.

Nosso governo vai quebrar paradigmas: vamos confiar nas pessoas. Vamos desburocratizar, simplificar e permitir que o cidadão, o empreendedor, tenha mais liberdade para criar e construir e seu futuro.

Vamos "desamarrar" o Brasil.

Outro paradigma que vamos quebrar: o governo, de verdade, a Federação. As pessoas vivem nos municípios; portanto, os recursos federais irão diretamente do governo central para os estados e municípios. Colocaremos de pé a federação brasileira. Nesse sentido é que repetimos que precisamos de mais Brasil e menos Brasília.

Muito do que estamos fundando no presente trará conquistas no futuro. As sementes serão lançadas e regadas para que a prosperidade seja o desígnio dos brasileiros do presente e do futuro. Esse não será um governo de resposta apenas às necessidades imediatas.

As reformas a que nos propomos serão para criar um novo futuro para os brasileiros. E quando digo isso falo com uma mão voltada para o seringueiro no coração da selva amazônica e a outra para o empreendedor suando para criar e desenvolver sua empresa. Porque não existem brasileiros do sul ou do norte. Somos todos um só país, somos todos uma só nação!

Uma nação democrática!

O estado democrático de direito tem como um dos seus pilares o direito de propriedade.

Reafirmamos aqui o respeito e a defesa deste princípio constitucional e fundador das principais nações democráticas do mundo.

Emprego, renda e equilíbrio fiscal: é o nosso compromisso para ficarmos mais próximos de oportunidades e trabalho para todos.

Quebraremos o círculo vicioso do crescimento da dívida, substituindo-o pelo círculo virtuoso de menores déficits, dívidas decrescente e juros mais baixos.

Isso estimulará os investimentos, o crescimento e a consequente geração de empregos. O déficit público primário precisa ser eliminado o mais rápido possível e convertido em superávit.

Este é o nosso propósito.

Aos jovens, uma palavra do fundo do meu coração: vocês têm vivido um período de incerteza e estagnação econômica. Vocês foram e estão sendo testados a provar sua capacidade de resistir. Prometo que isso vai mudar. Esta é a nossa missão. Governaremos com os olhos nas futuras gerações e não na próxima eleição.

Libertaremos o Brasil e o Itamaraty das relações internacionais com viés ideológico a que foram submetidos nos últimos anos. O Brasil deixará de estar apartado das nações mais desenvolvidas.

Buscaremos relações bilaterais com países que possam agregar valor econômico e tecnológico aos produtos brasileiros. Recuperaremos o respeito internacional pelo nosso amado Brasil.

Durante a nossa caminhada de quatro anos pelo Brasil, uma frase se repetiu muitas vezes: "Bolsonaro, você é a nossa esperança".

Cada abraço, cada aperto de mão, cada palavra ou manifestação de estímulo que recebemos nesta caminhada fortaleceram o nosso propósito de colocar o Brasil no lugar que merece.

Nesse projeto que construímos, cabem todos aqueles que têm o mesmo objetivo que o nosso.

Mesmo no momento mais difícil desta caminhada, quando, por obra de Deus e da equipe médica de Juiz de Fora, ganhei uma nova certidão de nascimento, não perdemos a convicção de que juntos poderíamos chegar a esta vitória.

É com esta mesma convicção que afirmo: ofereceremos a vocês um governo decente, que trabalhará, verdadeiramente, para todos os brasileiros.

Somos um grande país, e agora vamos juntos transformar esse país em um grande nação. Uma nação livre, democrática e próspera!

BRASIL ACIMA DE TUDO,

DEUS ACIMA DE TODOS!"